



CLIPPING SINDILAT

Julho de 2017

Veículo: Correio do Povo
Página: 1, Rural
Data: 03/07/2017
Centimetragem: 102cm



CR
correio do povo rural
Coordenação: Eldir Ogilori | rural@correiodopovo.com.br
Reportagem: Cintia Marchi | Ano: 34 Número: 1.773

Mercado crescente

CINTIA MARCHI

Aumento do consumo de produtos com baixo teor de lactose leva a indústria a apostar na pesquisa e ampliar sua linha de itens para buscar novos clientes

As vendas de leite com baixo teor de lactose (açúcar do leite) cresceram 40% em 2015 e mais 40% em 2016, revelaram dados da Associação Gaúcha de Supermercados (Agas). A comercialização desta variedade já corresponde a 5% do mercado de leite no Rio Grande do Sul. Em contrapartida, o volume de vendas do tradicional leite longa vida caiu 5% do final de 2014 ao final de 2016. De olho na forma como o alimento tem transitado na mesa dos gaúchos, as indústrias se movimentam para atenuar o enfraquecimento das vendas e aproveitar as oportunidades que surgem com um novo nicho de mercado.

Diante da equação, os laticínios atuam em pelo menos três frentes. Em uma delas buscam ampliar o portfólio de produtos. Em outra tentam desfazer os mitos criados em torno do leite longa vida para que o consumo do "carro-chefe" volte a crescer. E na terceira apostam na área de pesquisa para atender as novas exigências dos consumidores, que são crescentes (na página 2, conheça o projeto de produção de leite sem a proteína causadora de alergia). Levantamento do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados (Sindilat/RS) mostra que há potencial para fomentar o consumo no País. O brasileiro ingere, em média, 178 litros por ano. Os vizinhos argentinos e uruguaios consomem 203 e 242 litros, respectivamente. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) recomenda o consumo anual de 220 litros por pessoa.

O aumento do consumo, contudo, depende da melhoria do poder de compra dos gaúchos impactados pela crise econômica, da reconquista da confiança perdida pelas fraudes de adulteração do leite reveladas nos últimos anos e também da disseminação de mais informações sobre o alimento, que é fonte barata de diversos nutrientes. "De tempos em tempos, aparecem informações sobre vilões da alimentação, como já ocorreu com o ovo e com o glúten. Agora, a vilã da vez é a lactose. Mesmo sem um diagnóstico, as pes-

soas ouvem falar da intolerância à lactose e da alergia à proteína do leite de vaca e acabam restringindo o leite das suas dietas", observa o médico alergista Gil Bordini Alves, integrante da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia. Para a professora da área de Tecnologia de Leite e Derivados da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Neila Richards, dois terços das pessoas que preferem o leite com baixo teor de lactose são influenciados por "moda" e não por necessidade. "O aumento exagerado do consumo do leite com baixo teor de lactose chega a ser um problema porque o organismo daquelas pessoas que não têm intolerância, quando fica muito tempo sem ingerir nada com lactose, começa a perder a enzima que tinha a função de quebrar o açúcar do leite", alerta.

A veterinária Roberta Zäge, participante do Conselho Científico Agro Sustentável, recomenda que as pessoas busquem conhecer melhor os benefícios do leite. "Muitas vezes, circulam informações contrárias ao leite que são totalmente prejudiciais para aqueles que deixam de ingerir-lo. A conta vem com o tempo", adverte. Segundo a FAO, o leite contém proteínas, calorias, cálcio, magnésio, selênio, riboflavina e vitaminas A, B5, B12, C e D.

VALOR AGREGADO

Se a lactose é motivo para uma parcela de consumidores rejeitarem o tradicional leite longa vida, ela também abre oportunidades de mercado para os laticínios. O presidente do Sindilat e do Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado (Conseleite), Alexandre Guerra, afirma que grande parte das indústrias já tem em seus portfólios produtos especiais. Para elaborá-los, as indústrias reduzem os níveis de lactose do leite, mas preservam todos os outros nutrientes.

Segundo Guerra, em 2016, uma parcela de 2,5% do total de leite processado no Brasil era destinada às linhas especiais, sobretudo para a de baixo teor de

lactose. Em 2017, o percentual passou para 3,3%. "É uma oportunidade que existe para as indústrias e para os produtores. Quando uma empresa lança um novo produto, ela consegue agregar valor, ter uma margem diferenciada de lucro e remunerar melhor o fornecedor da matéria-prima", ressalta Guerra, que também é diretor administrativo e financeiro da Cooperativa Santa Clara. Em 2014, a empresa disponibilizou ao mercado o leite zero lactose e, na sequência, queijos, nata e doce de leite.

Atenta às tendências de consumo, a Cooperativa Píá também embarcou nesse mercado. De dois anos para cá, lançou leite, iogurte, requeijão, doce de leite e, mais recentemente, o achocolatado, tudo voltado para o público que restringe lactose na alimentação. O presidente da Píá, Jefferson Smaniotto, diz que o mercado desse tipo de produto cresce na ordem de dois pontos percentuais ao ano. Segundo o executivo, os itens da linha especial saem da indústria com valor maior porque é necessário considerar os custos de produção mais elevados, bem como o tempo de fabricação, já que se inclui no processo industrial a etapa do uso da lactase, enzima que transforma a lactose em glicose. O assessor de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), Márcio Roberto Langer, confirma que o produtor de leite consegue ser melhor remunerado na medida em que surge novos produtos no mercado. No entanto, vai depender muito da região onde ele está inserido. "As marcas atentas às tendências estão muito concentradas no Vale do Taquari, na Serra e no Norte do Estado. Lá, há uma disputa mais acirrada pelo leite dos produtores, principalmente aqueles com melhor qualidade". Segundo Langer, há um esforço da Fetag e outras entidades para se chegar a uma fórmula de formação de preço e de remuneração mais justa aos produtores, levando em consideração as mudanças no mix de produtos na área do leite nos últimos anos.

Veículo: Correio do Povo
Página: 2, Rural
Data: 03/07/2017
Centimetragem: 120cm

2 | CORREIO DO POVO RURAL | 2/7/2017

Projeto para alérgicos



Segregação exigirá controle rigoroso para evitar misturas ao longo do processo, da ordenha ao envasamento

Em uma passagem rápida pela área de laticínios dos supermercados é possível identificar uma grande oferta de produtos destinados a quem é intolerante à lactose. O mesmo não ocorre para o público que sofre de alergia à proteína do leite de vaca. Uma inovação, no entanto, está sendo gestada no Rio Grande do Sul para a produção de um leite "não-alérgico". O Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Rio Grande do Sul (Sindilat) anunciou no mês passado que irá desenvolver um projeto-piloto para atender a este nicho de mercado, que hoje é proibido de consumir leite de vaca. A medida poderá, no futuro, ser mais uma opção de diversificação do portfólio da indústria, de melhor remuneração dos produtores e de aumento na profissionalização das propriedades, já que exigiria um controle severo sobre esse leite diferenciado.

No momento, o Sindilat busca parcerias para o projeto-piloto. O secretário-executivo do sindicato, Darlan Palharini, diz que os estudos vão considerar que a produção deve ter viabilidade econômica e que, na ponta do consumo, mesmo no caso de dietas especiais, o leite não pode sofrer grandes alterações de preços. A veterinária Roberta Züge foi a responsável por apresentar os detalhes da novidade do leite destinado a quem tem alergia à proteína, no último Fórum Itinerante do Leite, em junho, em Palmeira das Missões (RS). Ela explica que esta tecnologia já é disseminada na Austrália e Nova Zelândia, países onde inúmeras fazendas comercializam o produto. "Uma empresa australiana detinha patente deste leite, mas isto caiu em 2015 e agora esta tecnologia pode ser usada em qualquer rebanho do mundo. Só que no Brasil ainda carecemos de normativas", comenta Roberta.

A produção de leite sem proteína passa por diversas etapas. As vacas da propriedade têm que passar por testes de genotipagem para verificar se produzem o leite com ou sem a proteína beta-caseína, que causa a alergia. Se o teste indicar a produção de leite tipo A2A2, sem a presença do gene A1, significa que essa vaca serve para disponibilizar leite aos alérgicos. O custo do teste laboratorial para a genotipagem é de cerca de R\$ 70 por animal. Num segundo momento, o produtor teria que segregar o rebanho A2A2 e ordenhá-lo separadamente. "Não

muda nada no manejo, nem na alimentação deste gado", esclarece Roberta. De acordo com a veterinária, as pesquisas indicam que, originalmente, todos os bovinos produziam apenas leite A2A2. No entanto, por conta de uma mutação genética, os animais começaram a apresentar também o tipo A1. Estudos apontam ainda que os animais de origem zebuina têm prevalência maior de leite A2A2 do que o gado de origem europeia.

A professora da área de Tecnologia de Leite e Derivados da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Neila Richards, estima, no entanto, que o custo deste leite não saia por menos de R\$ 12 o litro, cerca de quatro vezes mais do que o longa vida integral. Ela observa que o produtor, o transportador, a agroindústria e o laticínio que vierem a trabalhar com o leite A2A2 terão que estabelecer um controle rigoroso para que não haja contato algum com o leite A1, que é o que provoca reações alérgicas principalmente em bebês e crianças pequenas. "Só que para viabilizar o processamento deste leite pela indústria teria que ter uma quantidade expressiva. Possivelmente, o A2A2 terá um destino semelhante ao do leite de cabra pasteurizado, para um nicho de consumidores bem específicos", prevê Neila. Para o médico alergista Gil Bordini Alves, a iniciativa é importante na medida em que permitiria às crianças alérgicas ingerirem o alimento. "Mas teria que ser um leite comercialmente acessível. Hoje um grande limitante das fórmulas para tratamento da alergia à proteína do leite de vaca disponíveis é o custo. Algumas fórmulas chegam a custar mais de R\$ 200 a lata", repara.

Em Minas Gerais, há uma experiência em andamento há cerca de 2 anos. O Criatório Vilefor desenvolve, em larga escala, o mapeamento de animais que produzem leite A2A2. O

criador Virgílio Vilefor conta que já foi analisada a genotipagem de beta-caseína de quase 7 mil cabeças das raças Gir Leiteiro e Guzerá em fazendas localizadas nas cidades de Jaíba e Morada Nova de Minas. Atualmente, são produzidos 2 mil litros de leite A2A2 por dia nessas propriedades. Segundo Virgílio, crianças alérgicas já provaram deste leite e relataram não terem sentido sintomas após a ingestão. O mapeamento também visa selecionar reprodutores e doadoras com genótipos A2A2 para abastecer o mercado nacional. O criador acredita que, no futuro, este tipo de leite terá um amplo alcance. "Em 25 anos, toda população mundial estará consumindo o leite A2A2".

DIFERENÇAS DEVEM SER CONHECIDAS

O médico alergista Gil Bordini Alves diz que não se pode confundir a intolerância à lactose e a alergia à proteína do leite de vaca. A primeira atinge mais os adultos, enquanto que a segunda prevalece mais em bebês e crianças. Os sintomas da intolerância são apenas intestinais: diarreia, cólicas e barriga estufada. Já a alergia à proteína do leite é mais grave e pode causar manchas na pele, inchaço nos olhos e na boca, vômito e falta de ar. "Após a ingestão, alguns pacientes com alergia à proteína do leite podem ter quadro de anafilaxia (choque anafilático) que, se não for tratado corretamente, pode levar ao óbito", adverte.

Para diagnosticar a intolerância à lactose, são usados exames de sangue ou o exame respiratório (teste do hidrogênio expirado). Para diagnosticar a alergia é preciso fazer exames de sangue ou testes alérgicos. Mas Bordini explica que o exame referência, neste caso, é o de provocação oral, realizado em ambiente hospitalar por médico especialista. O paciente ingere quantidades crescentes do alimento e observa-se se há alguma reação.

Veículo: Jornal do Comércio

Página: 12, Tributos

Data: 04/07/2017

Centimetragem: 28,5cm

Leite UHT ganha tributação no Rio Grande do Sul a partir de 2018

A partir de 1 de janeiro de 2018, o leite UHT comercializado em todo o Rio Grande do Sul, até então isento de ICMS, passará a ser tributado em 18%. A modificação foi oficializada por meio do Decreto nº 53.612, publicado na última sexta-feira no Diário Oficial do Estado. “Esperamos que a tributação do leite UHT dê condições de o Estado tornar-se competitivo em outros produtos lácteos”, comenta o secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande

do Sul (Sindilat), Darlan Palharini, destacando que a ideia é valorizar o leite industrializado no Rio Grande do Sul.

A medida resulta de trabalho do Sindilat para ajustar a legislação e esclarecer as dúvidas dos laticínios no que diz respeito à data de início da tributação. Em maio deste ano, o governo do Estado publicou a Lei nº 14.988, fazendo referência à data de 1 de janeiro de 2017 para início da tributação do leite UHT. Com o decreto, o prazo foi corrigido.



Alíquota do produto será de 18%

Veículo: Jornal Informativo do Vale
Página: 4, Tema do Dia
Data: 12/07/2017
Centimetragem: 137,5cm

4 » TEMA DO DIA

O INFORMATIVO DO VALE - Segunda-feira, 10 de julho de 2017



"No primeiro trimestre deste ano, o volume de leite importado que entrou no Estado é três vezes maior do que o mesmo importado nos três primeiros meses de 2016. E o pior de tudo é que o próprio Mapa afirma que a importação está abaixo do normal."

Luciano Carminatti,
presidente da Regional
Intersindical dos Trabalhadores Rurais

VAZIO:
Fell caminha pelo galpão que abrigava suas vacas. Desmotivado com a produção, ele afastou do trabalho

Crise do leite eleva grau de incerteza na produção regional

Com volume de importação quase quatro vezes maior do que a exportação, preço no mercado interno desaba, fazendo com que indústria e produtor agonizem em busca de soluções



Rodrigo Nascimento
rodrigon@informativo.com.br

» Vale do Taquari

O produtor Astério Fell (63) não teve coragem de esperar mais, para ver se um dia a "coisa" melhora para quem produz leite. Desde 2015 encerrou a ordenha diária de 200 litros de leite e passou a dedicar-se ao gado de corte. Com cliente fixo e preço em alta, todo ano ele manda para o abate cerca de dez cabeças de boi.

Junto com a aposentadoria dele e da esposa, dá para viver bem, na propriedade de Arroio do Ouro, no interior de Estrela. O casal Fell dá corpo a um universo de 30 mil produtores de leite que, nos três estados do Sul, abandonam o ofício todos os anos. Cansado de "pagar" para trabalhar, deixou a atividade

à qual dedicou mais de 30 anos de luta. "Eu estava sempre no vermelho. Havia meses em que tínhamos que usar o dinheiro da aposentadoria para a produção."

Além disso, Fell viu os dois filhos saírem pela porteira da propriedade, abandonando a atividade para encontrar uma vida melhor. "Hoje eles têm uma madeireira, vendem tudo pela internet, é coisa fina. Quando eles precisam, vou lá ajudar."

Fell deixou a incerteza e a dificuldade diárias, compartilhada entre os produtores e a própria indústria. "Não conseguimos mais produzir com qualidade, equipar nossa propriedade e conviver com valores tão baixos. Por isso, encerramos a produção, junto com várias outras famílias da região."

SOBRE A INCERTEZA

Conforme o presidente da Re-

gional Intersindical dos Trabalhadores Rurais, Luciano Carminatti, a incerteza que fez Fell, de Estrela, parar com o leite é, hoje, o pior sentimento do produtor da região. Segundo ele, são diversos fatores, que vão desde as políticas públicas, que vão na contramão do produtor, até a morosidade do governo em tomar uma medida energética para controlar a quantidade de leite importado no mercado.

"No primeiro trimestre deste ano, o volume de leite importado que entrou no Estado é três vezes maior do que nos três primeiros meses de 2016. E o pior de tudo é que o próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) afirma que a importação está abaixo do normal."

Carminatti critica o governo gaúcho. Segundo ele, falta protecionismo à produção. Na guerra fiscal, os laticínios do Rio Gran-

A safra

"O ideal seria R\$ 1,40 nesta época do ano. Na entressafra, o preço nunca baixa tanto. Difícil pensar de como será em agosto e setembro, quando a produção aumenta e o preço sempre despenca", pontua Luciano Carminatti.

Ocorre que, a partir de agosto, o volume de pasto aumenta. Junto com isso, o clima mais ameno favorece a produção maior por vaca até dezembro. "É difícil pensar o que será do produtor nesta época, se agora já estamos em meio a um sério problema de remuneração."

Para evitar um colapso, em meio à época em que mais se produz leite na região, a intersindical quer juntar forças com os conselhos e entidades do Vale. "Nós estamos em contato com o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari e com a Associação dos Municípios, juntos, eles têm força para nos representar e fazer mais pela produção de leite na região."

de do Sul saem em desvantagem. "E o conselho do leite, que deveria ter parâmetros mais rígidos para negociar o preço médio do leite, não o faz."

O Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Rio Grande do Sul (Conseleite/RS) é a entidade representativa que discute com todos os elos da cadeia produ-

tiva o preço médio do leite. Segundo a última cotação, do início de junho, o valor do produto no mercado gira em torno de R\$ 1,15 por litro.

No Paraná, por exemplo, o conselho responsável pelo preço fixa o valor em R\$ 1,40. "O que há de diferente naquele estado? Será que o leite do Paraná é melhor?"

SEGUE »

Veículo: Jornal Informativo do Vale
Página: 5, Tema do Dia
Data: 12/07/2017
Centimetragem: 137,5cm

O INFORMATIVO DO VALE - Segunda-feira, 10 de julho de 2017

» TEMA DO DIA 5



Lidiane Mallmann

Cinco desafios, segundo a indústria

Alexandre Guerra preside o Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Rio Grande do Sul (Sindilat). Segundo ele, são vários fatores que afetam a produção e o beneficiamento do leite no Estado. Um deles, ligado à característica da produção gaúcha.

"O Rio Grande do Sul é um exportador de leite, mas está em um país que importa o produto, por conta da insuficiência na produção. No primeiro semestre de 2017, o Brasil exportou 28 mil toneladas, mas comprou

de fora cem mil. A maioria de leite em pó, para hidratar aqui", destaca.

O Estado, junto com Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Goiás é autossuficiente na produção de leite. Porém, os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro são grandes consumidores e praticamente não produzem. "Por conta disso, precisamos importar. Para não prejudicar a produção local, o governo precisa mudar a forma de importação e viabilizar a compra de leite dos mercados produtores, como o Rio Grande do Sul."

AS MEDIDAS

Guerra elenca cinco medidas para estancar o problema do leite no Estado. A primeira delas é a moderação na importação. Antes de importar, a ideia é que os mercados consumidores busquem no mercado interno a oferta de leite.

"O governo também pode fazer compras para aliviar a pressão no setor produtivo. Já a indústria e o produtor precisam inovar. Precisamos elevar a qualidade, a produtividade e criar produtos de valor

agregado, que mesmo em meio ao consumo menor, têm espaço no supermercado."

Completando o conjunto de medidas propostas pela indústria gaúcha, elevar a eficiência na produção e modificar a tributação dos produtos são desafios a serem vencidos. "Em janeiro do ano que vem, entrará em vigor a cobrança de ICMS sobre o leite. No entanto, iremos nos beneficiar dos créditos presumidos, que fará justiça na hora de vender nossos produtos fora do Estado."

Pressão na Assembleia

A Comissão de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo da Assembleia Legislativa pede a imediata revogação de dois decretos estaduais de 2016 que reduziram a alíquota de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), na compra de leite fora do Brasil, especialmente do Uruguai.

O aumento da importação foi viabilizado por dois decretos do governador José Ivo Sartori, editados em 2016. O primeiro deles reduziu a alíquota de 18% para 12%. O seguinte baixou para 4% para as empresas com sede no Rio Grande do Sul, e que transferem leite em pó para a industrialização em outros estados e que tem vigência até 31 de agosto.

De acordo com a comissão, calcula-se que, desde o ano passado, 65 mil toneladas do produto tenham

chegado ao estado ao preço de R\$ 1,28 em função da desoneração. Para os produtores locais, a alíquota permanecesse em 18%. Com isso, a estimativa de custo é de R\$ 1,51 o litro. Portanto, para fazer frente ao leite do Uruguai, por exemplo, o produtor gaúcho iria ter que comercializar o litro de leite a R\$ 0,80.

COTA MÁXIMA

Os deputados querem que seja estabelecida uma cota máxima de importações do país vizinho, a retomada das atividades do Instituto Gaúcho do Leite (IGL) e do Fundo-leite, com volume expressivo de recursos, e a retirada do PL 214, que reduz a apropriação de créditos presumidos. A ideia é apresentar estas reivindicações em audiência com o governador José Ivo Sartori, à bancada federal gaúcha e ao Ministério

INOVAÇÃO: para o presidente do Sindilat, a indústria precisa investir em produtos diferentes, de valor agregado



Bruno Karpinski/divulgação

do Desenvolvimento Econômico.

Segundo dados da Associação Gaúcha de Laticinistas e Laticínios (AGL), a importação de leite em pó uruguaio pelo Brasil aumentou de 19 mil para 99 mil toneladas de 2015 a 2016. O Rio Grande do Sul é o maior comprador, responsável

pela importação de 50 mil toneladas em 2016, 331% a mais do que em 2014. O maior volume foi adquirido pela Conaprole, cooperativa uruguaia de produtores que mantém um depósito no município de Ivoti, seguida pela Nestlé e pela Lactalis.



Para ser competitivo ao leite importado, o litro do produto nacional deve ser

R\$ 0,80.

Atualmente, a produção de leite remunera o produtor em cerca de

R\$ 1,15,

quando o essencial para cobrir os custos seria

R\$ 1,40

? Em questão

O secretário Estadual da Agricultura, Ernani Polo, comenta as dificuldades que o setor produtivo enfrenta e os desafios do governo gaúcho em manter ativa a produção de leite e unificar todos os elos da cadeia produtiva

1 O Informativo do Vale - A crise do leite ficou mais acentuada em 2016, quando o volume de leite importado começou a entrar em maior quantidade no Estado. No ano passado, o que o governo gaúcho fez para conter, ou pelo menos, reduzir este problema?

Ernani Polo - Quem faz o regramento sobre importações é a esfera federal, considerando que, pela relação do Mercosul e Organização Mundial do Comércio (OMC), existe por parte destes acordos a exigência do livre comércio.

Por exemplo, com a Argentina existem cotas para leite em pó, que é um acordo privado, o que já não ocorre com o Uruguai. Este livre comércio, então, possibilita o ingresso e a saída de produtos dos países membros, o que pode gerar distorções e impactos em alguns setores como o leite. O que o governo do Estado tem feito é criar políticas públicas para incentivar a transformação do leite em produtos com valor agregado. Por exemplo, foi criado um incentivo para produtos como queijo, creme de leite, leite condensado, queijo e manteiga, para saída do Estado com uma diferenciação tributária, com o objetivo de estimular que o Estado exporte mais produtos com valor agregado e menos leite UHT. Também foi aprovado um projeto criando uma tributação para o leite UHT que ingressa no Estado, inclusive o importado, como uma forma de proteção ao setor leiteiro aqui no Rio Grande do Sul.



2 O Informativo do Vale - Sendo o Rio Grande do Sul a segunda maior bacia leiteira do país, atividade que está em praticamente 80% das propriedades rurais de pequeno porte, como o Estado pode agir para proteger esta cadeia econômica?

Polo - O governo do Estado realiza um trabalho permanente de assistência técnica e extensão, por meio de órgãos como a Emater-RS/Ascar, buscando reconhecer que várias instituições e associações, como universidades, cooperativas e indústrias, realizam um trabalho de aprimorar o manejo nas propriedades, na busca de uma melhor condição para o produtor continuar na atividade. Também é inegável que a profissionalização e a exigência por qualidade é maior, até porque o consumidor quer um produto melhor. Então é preciso aprimorar processos, buscando ter uma produção com volume mínimo para que se tenha uma renda na propriedade. Portanto, as políticas públicas de Estado, especialmente aos pequenos, são fundamentais para que possam crescer em volume de produção e também em qualidade.

3 O Informativo do Vale - A partir da Operação Leite CompenSado, o leite gaúcho ficou desacreditado no resto do país. Há indícios de que alguns estados brasileiros estão com restrições ainda? Como o governo lida com isso?

Polo - Os fatos da Operação Leite CompenSado mostraram uma necessidade de maior controle em todo o processo, inclusive, neste sentido, foi construída a Lei do Leite, com todas as entidades do setor, para aprimorar regramentos e mecanismos de controle. Também estes fatos que ocorreram nos geraram uma oportunidade de fazer uma fiscalização com maior eficiência e controle, tomando estes acontecimentos já superados. Hoje temos o leite mais fiscalizado do Brasil. Portanto podemos afirmar que o nosso leite é de grande qualidade, produzido com todo o cuidado e que possuímos na cadeia produtiva uma fiscalização permanente e necessária. Passamos por momentos difíceis e delicados, mas que foram superados. Retomamos a condição de nos apresentar aos mercados como Estado produtor de leite de qualidade.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA DE VEREADORES DELAJEADO SELEÇÃO ESPECÍFICA

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE LAJEADO, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, que estarão abertas, no período de **11 a 25 de julho de 2017**, as inscrições da Seleção Específica dos Empregos abaixo discriminados nos termos da Legislação vigente. As provas serão realizadas no dia **12 de agosto de 2017**, no horário abaixo especificado e no local definido através do Edital de Homologação das inscrições, devendo os candidatos estar no local das provas **30** (trinta) minutos antes do horário de início, munidos do Cartão de Identificação, Documento de Identificação com foto e caneta azul ou preta.

Empregos	Horas	Vagas	Taxa de Inscrição	Escolaridade	Salário em R\$	Horário
Contador	40:00	01	120,00	Superior concluído e Registro no CRC	5.374,31	08:30
Servente	40:00	01	50,00	Fundamental concluído	816,64	08:30

As inscrições deverão ser feitas exclusivamente via internet na forma especificada no Edital de Abertura, disponível nos sites www.cmlajeado.rs.gov.br e www.schnorr.com.br, e afixado no quadro de publicações da Câmara Municipal, a contar das 12 (doze) horas do dia 11/07/2017. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Câmara de Vereadores ou pelo fone: (051) 3982-1154, no horário de expediente.

Gabinete da Presidência, 07 de julho de 2017.

Waldir Blau - Presidente

Veículo: Zero Hora
Página: Campo Aberto, pg 20
Data: 14/07/2017
Centimetragem: 11cm

APOIO AO LEITE

Preocupadas com o aumento das importações de leite feitas pelo Brasil, entidades ligadas à indústria e aos produtores apresentaram a representantes do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Social e Agrário alternativas para evitar que o preço ao produtor despenque. Secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados, Darlan Palharini explica que um dos pedidos é para que o governo faça compra emergencial de 20 mil toneladas de leite em pó:

– É uma ação preventiva, porque, com a entrada da safra, a tendência é de excesso de produção. Com a compra do governo, a ideia é que não haja queda tão significativa no preço ao produtor.

No primeiro semestre, as importações subiram 5%.

Veículo: Jornal A Hora

Página: 4 a 6, Editorial

Data: 17/07/2017

Centimetragem: Página 4 - 80cm

Página 5 e 6 - 104 cm

A 18ª vítima de homicídio na cidade de Luis Fernando Semblar, foi baleado na manhã de ontem. **Página 15**

Cooperativa escolar de Apendicagem Teutônia contribui para disseminação dos princípios associativistas. **Página 15**

Antes da urbanizadora Lenan e da Compacta são suspeitos de cometer crime contra a ordem econômica por tentar dominar os serviços de coleta de lixo e limpeza urbana. É o que afirma a 2ª Promotoria de Justiça de Estrela. Dois integrantes da administração, o chefe de gabinete e o secretário de Meio Ambiente, também foram denunciados por peculato. **Página 15**

ESTADO PRESSIONADO

Debate **indica** rumo à cadeia leiteira

Representantes dos produtores, integrantes das cooperativas da região, líderes empresariais e agentes públicos cobram do secretário estadual de Agricultura, Ernani Polo, soluções à crise do leite. Debate do Pensar o Vale, ocorreu ontem no Tecnovates. O evento tratou de temas como a importação de leite em pó do Uruguai, a desestruturação do IGL, a lei de créditos presumidos e o incentivo fiscal às empresas multinacionais. **Editorial, páginas 4 a 6**



IMPQ: queda no preço do leite no mercado fez com que mais de 2,5 mil famílias da região abandonassem a atividade nos últimos dois anos. Evento reuniu os principais agentes da cadeia lei



ALÍVIO: motivo de apreensão, a mudança na política de créditos presumidos foi rejeitada pelo secretário Polo. Segundo ele, uma lei aprovada no Senado desobriga o Estado a reduzir os incentivos

ESPERA POR RESPOSTAS

Vale **pressiona** o Estado para barrar a crise no leite

Líderes regionais cobraram soluções do secretário de Agricultura Ernani Polo durante debate Pensar o Vale. Evento realizado no Polo Tecnológico da Univates discutiu temas como a importação de leite em pó do Uruguai, a desestruturação do IGL, a lei de créditos presumidos e o incentivo fiscal às empresas multinacionais.

Reportagem,
Thiago Maurique

do

Tma das principais fontes de renda da agricultura familiar, a cadeia leiteira gaúcha enfrenta uma debandada de produtores. No preço do leite no mercado fez mais de 2,5 mil famílias da região assem a atividade nos últimos meses. Caso a crise avance, o RS pode ter 40 mil produtores nos próximos meses.

No cenário, o **A Hora** promoveu na noite de ontem mais um debate Pensar o Vale, organizado pelo diretor-geral do A Hora, Nelson, o evento reuniu os principais líderes da cadeia leiteira, líderes regionais e o secretário estadual de Agricultura, Ernani Polo.

Com o reitor da Univates, Ney Lazzari, e mais de 12 mil alunos da instituição,

ao menos dez mil são do Vale do Taquari e, portanto, pertencem direta ou indiretamente às cadeias produtivas do leite, aves e suínos. "Estamos economicamente ligados a toda a problemática relacionada a essas cadeias."

Conforme o presidente da Amvat e prefeito de **Estrela**, Rafael Mallmann, o cenário motiva uma das principais preocupações dos municípios, que é incentivar a permanência das famílias no campo.

Presidente do Codevat, Cintia Agostini enfatizou as necessidades da região. "Queremos decisões, ações e resultados", sentenciou. Segundo ela, o Vale responde a menos de 2% do território do RS, mas tem capacidade para produzir 1/3 do leite gaúcho. Para Cintia, um dos motivos que impede o desenvolvimento desse potencial é a importação de leite em pó.

Uruguai abala preços

A presidente do Codevat afirma que quase a metade das exportações de leite em

pó uruguiaio é comprada por indústrias instaladas no estado. Segundo ela, nos últimos dois anos, as importações do produto cresceram 300%, rebaixando os preços pagos ao produtor.

"São valores que não cobrem nem mesmo os custos de produção", alerta. Cintia questiona como as famílias continuarão na atividade se estão operando no prejuízo. "É preciso uma decisão política para resolver esse problema".

Presidente da Fetag, Pedrinho Signorini ressalta os investimentos realizados pelos agricultores para participar dos programas de sanidade animal e outras ações visando a qualidade do leite. "Todos tinham a expectativa de melhorar o parâmetro de pagamento, e assim pagar as prestações de investimentos."

De acordo com Carlos Freitas, presidente executivo da Dália Alimentos, tudo indica que o cenário adverso permanecerá por

“

Estamos economicamente ligados a toda a problemática relacionada a essas cadeias."



Ney Lazzari
Reitor da Univates

“

Temos que encontrar ações conjuntas e unificadas para sermos um país exportador."



Alexandre Guerra
Presidente do Sindilat

“

Todos os dias os gestores buscam formas de evitar a saída das famílias da agricultura



Rafael Mallmann
Presidente da Amvat



Produtores presentes no evento criticam a falta de uma política de proteção contra a entrada de leite em pó importado do Uruguai

menos até março de 2018 caso não se encontre uma forma de estabelecer limites às importações.

"Entendemos que o comércio internacional não pode ser totalmente bloqueado, mas todos os países do mundo criam mecanismos para equilibrar a balança comercial", alega. Freitas defende a ideia de estabelecer cotas de importação, da mesma forma como ocorre na relação entre Uruguai e Argentina.

Segundo ele, a medida é fundamental diante da falta de competitividade do Brasil na comparação com os países vizinhos. Conforme Freitas, o preço médio pago por litro de leite no mercado global varia de US\$ 0,30 a US\$ 0,36, enquanto no país o valor precisa ficar ao menos em US\$ 0,40 para compensar o custo de produção.

"Considerando esse momento de globalização da economia, será muito difícil equilibrar isso no curto prazo", aponta. Para aumentar a produtividade, atesta ser necessário investimento em tecnologia e em profissionais trabalhando no campo, algo que só seria viável com medidas para impedir o volume elevado de importações.

"Nos últimos seis meses, o Brasil impor-

tou US\$ 248 milhões a mais do que exportou", informa. Conforme Freitas, um dos fatores que ainda assegura a atividade na região são as cooperativas que, mesmo perdendo competitividade, continuam comprando leite apenas dos produtores locais.

Incentivo desleal

Se o cooperativismo ainda é um dos pilares de sustentação da cadeia, o sistema enfrenta dificuldades devido a incentivos fiscais concedidos a empresas descritas por Freitas como extrativistas. "São organizações que, ao contrário das cooperativas, não têm qualquer ação de fomento agropecuária."

Segundo ele, essas empresas, em geral provenientes da Região Sudeste, migram para o RS justamente devido ao trabalho de desenvolvimento do setor realizado pelo associativismo em parceria com a Emater.

Além de encontrar uma atividade bem desenvolvida, aponta, ainda ganham imensos benefícios do Fundopem. "Esse pessoal vem para cá com apenas dois profissionais, um para fazer lobby com o governo

e conseguir incentivos fiscais, e outro para captar o leite."

Segundo ele, mesmo a qualidade do leite fica comprometida no momento em que o preço se torna o principal fator levado em consideração.

Nesse sentido, o presidente da Languiru, Dirceu Bayer, ressalta a inexistência de uma liderança forte, capaz de reunir as forças atuantes na cadeia produtiva em um objetivo comum. "Falta alguém que represente a cadeia e que tenha legitimidade."

Desorganização

Bayer lembra do movimento de criação do IGL que, segundo ele, não trouxe efeitos desejados por falta de união. "Tão importante quanto as cooperativas, são os sindicatos e demais entes envolvidos. Precisamos falar a mesma linguagem." Para ele, o Estado tem a capacidade técnica para produzir, mas não tem política para o leite. Deputado estadual,

Edson Brum alega que parte dessa desestruturação da cadeia se explica pela

concorrência interna entre indústrias e cooperativas.

Lembra que a criação do IGL, visou justamente suprir essa lacuna. Segundo o parlamentar, foi um trabalho de anos para estabelecer algo parecido com o que é realizado com sucesso por países como Alemanha, Espanha e o próprio Uruguai. "Depois de tudo isso, o IGL foi desmontado por interesses ideológicos e políticos", critica. Para o deputado, parte do desmonte veio da desestruturação da indústria leiteira, devido à redução do IGL, de maneira a reduzir o bovinos gado para garantir a qualidade animal.

"O problema foi esse, pois não acredito nos números de abate, e sim em sonegação", aponta. Diante disso, relata, foi abandonada uma política construída por várias pessoas de diferentes ideologias por outra completamente equivocada. "Precisamos também da consciência do Sindilat, pois são os associados desse sindicato que estão importando leite em pó", ressalta.

Presidente do Sindilat, Alexandre Guerra afirma que o Estado precisa repensar a sua produtividade para poder competir com o mercado internacional. "Temos que encontrar ações conjuntas para sermos um país exportador", alega. Segundo ele, não é possível impedir as importações porque o Brasil vende mais produtos para o Uruguai do que compra do país vizinho.

Uma das sugestões de Guerra é estabelecer compras governamentais para tirar a pressão do mercado sobre os produtores, além de criar um plano de utilização da capacidade ociosa das indústrias do setor.

Conforme o presidente do Sindilat, outro fator determinante para os problemas da cadeia é a guerra fiscal entre estados. Segundo Guerra, o RS é o que mais sofre consequências disso, por estar longe do Rio de Janeiro e de São Paulo, principais centros consumidores. "Nosso custo de logística é extremamente elevado."

CONTINUA >>>

“

O produtor precisa saber quanto vai receber pelo leite. Sem isso, não tem segurança"



Pedrinho Signori
Diretor da Fetag

“

"Nos falta um líder e união. O IGL frustrou as expectativas e os elos da cadeia não se comunicam"



Dirceu Bayer
Presidente da Languiru

“

"O IGL foi enfraquecido por interesses ideológicos e políticos, inclusive da secretaria."



Edson Brum
Deputado estadual

“

O RS sofre com empresas extrativistas que recebem incentivos fiscais do Fundopem."



Carlos de Freitas
Presidente-executivo Dália

“

"O que nós queremos são decisões e resultados para esse tempo preocupante"



Cintia Ago
Presidente do C

odução", alerta. Cintia
mílias continuarão na
verando no prejuízo. "É
política para resolver

gamento, e assim pagar as prestações dos
investimentos."

- De acordo com Carlos Freitas, presidente-
executivo da Dália Alimentos, tudo indica
que o cenário adverso permanecerá pelo

“

Temos que
encontrar ações
conjuntas e
unificadas para
sermos um país
exportador.”



Alexandre Guerra
Presidente do Sindilat

“

Todos os dias os
gestores buscam
formas de
evitar a saída
das famílias da
agricultura.”



Rafael Mallmann
Presidente da Amvat

Veículo: Correio do Povo
Página: 11, Rural
Data: 19/07/2017
Centimetragem: 6cm

FUNDESA

Demanda maior no trimestre

O setor leiteiro utilizou R\$ 2,1 milhões de recursos do Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa) no segundo trimestre de 2017. O valor é 76,2% maior que o do primeiro trimestre do ano. Parte dos recursos – R\$ 776 mil – foi aplicada em indenizações de 569 bovinos de leite, entre 17 de abril e 17 de julho.

Veículo: Jornal do Comércio
Página: 14, Agronegócios
Data: 19/07/2017
Centimetragem: 18cm

Setor leiteiro foi o que mais investiu em indenizações

O setor leiteiro foi o que mais investiu recursos do Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa) no segundo trimestre de 2017. Foram destinados R\$ 2.151.433,46 - 76,2% a mais se comparado ao primeiro trimestre deste ano, quando foram investidos R\$ 1.222.275,67.

No segundo trimestre, foram atendidos 112 pedidos de inden-

ização de bovinos de leite, o que corresponde a 569 animais e totaliza R\$ 776.063,20. Os dados referem-se ao período entre 17 de abril a 17 de julho. No acumulado do ano, foram destinados R\$ 1.763.628,73 milhão a indenizações - R\$ 472 mil a mais que no primeiro semestre de 2016.

Para Alexandre Guerra, presidente do Sindicato da Indústria

de Laticínios (Sindilat), os dados deixam claro o movimento em prol da sanidade dos animais. "Esses números são resultado do trabalho do setor para deixar o seu rebanho livre de tuberculose e brucelose", diz. De acordo com o presidente do Fundesa, Rogério Kerber, a alta também é derivada da crescente demanda da Secretaria de Agricultura do Estado.

Veículo: Revista Balde Branco
Página: 10, Frases
Data: 20/07/2017
Centimetragem: 4,5cm



Precisamos trabalhar a questão da competitividade dentro da fazenda leiteira, por animal e por área, e também na indústria, ampliando a escala para obter redução de custos”

Alexandre Guerra, presidente do Sindilat-Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Rio Grande do Sul

Veículo: Jornal do Comércio

Página: 14, Agronegócios
Data: 20/07/2017
Centimetragem: 75cm



Secretário Ernani Polo (centro) apresentou na Famurs o texto do governo encaminhado para a Assembleia

Inspeção flexibilizada nas indústrias divide opiniões

Empresas querem acelerar projetos, mas servidores alertam para riscos

Thiago Copetti

thiago.copetti@jornaldocomercio.com.br

Enquanto o Projeto de Lei (PL) nº 125/2017 está parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) devido ao recesso da Assembleia Legislativa, o governo se mobiliza para conseguir apoio à flexibilização na regras de inspeção sanitária no Estado. Em encontro na Federação dos Municípios (Famurs), ontem, com cerca de 80 pessoas, o secretário da Agricultura, Ernani Polo, apresentou a prefeitos e entidades o projeto encaminhado em

regime de urgência à Assembleia para autorizar médicos veterinários privados a fazerem a inspeção nas indústrias de alimentos de origem animal.

A Famurs e o Sindicato da Indústria de Laticínios (Sindilat) se comprometeram a defender a iniciativa junto aos deputados, que têm até o dia 11 de agosto para avaliar a proposta antes que o PL 125/2017 comece a trancar a pauta. O projeto, porém, alimenta polêmicas que colocam, de um lado, o governo e entidades empresariais e, de outro, servidores do Estado e de órgão de defesa do consumidor,

como o Ministério Público Estadual (MPE), que temem a fragilização do trabalho e maiores riscos à qualidade dos alimentos. “Estamos perdendo cerca de R\$ 20 milhões em ICMS ao ano e a chance de gerar cerca de 500 vagas de trabalho. Isso é o reflexo que teremos com o PL aprovado e com o destravamento das ampliações e de novas indústrias que não estão sendo autorizadas a operar pela carência de fiscais”, defende Polo.

Para a presidente da Associação dos Fiscais Agropecuários do Estado (Afaagro), Ângela Antunes, deixar esse trabalho para um profissional, que seria, direta ou indiretamente, pago pela própria empresa que ele deve fiscalizar, vai gerar um relação de promiscuidade

e colocará em risco a saúde do consumidor. “O processo industrial é dinâmico e não é possível separar a inspeção da fiscalização, como quer o governo. A carcaça que passar na linha de produção e tiver um problema não poderá ser resgatada. O animal é abatido, vai para a câmara fria e, muitas vezes, no outro dia, já está indo para o comércio”, diz Ângela.

Outro crítico é o promotor Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) para a área de Segurança Alimentar do MPE. Um dos responsáveis pela Operação Leite Compensado, Silva Filho teme que o modelo deixe ainda mais portas abertas para fraudes. “Inicialmente, sou refratário a esse autocontrole que o governo quer adotar. Não estamos preparados para isso, basta ver os problemas que enfrentamos na área do leite. Se isso passar e for aprovado, vamos ver o que será feito”, alerta.

O QUE ESTÁ EM DEBATE

Hoje, apenas servidores podem fazer a inspeção e a fiscalização sanitária e industrial. O Projeto de Lei nº 125/2017, de 27 de junho, torna a inspeção e a fiscalização atividades distintas e permite que médicos veterinários privados habilitados pelo Estado possam fazer a inspeção, sob fiscalização de servidores.

Neste caso, a indústria vai requerir o serviço da inspeção em seu estabelecimento, conforme suas necessidades, através de contrato de prestação de serviços com empresa credenciada pelo Estado, que será realizado por médico veterinário aprovado e habilitado também pelo governo. O sistema está destinado apenas para as indústrias com comércio dentro do estado do Rio Grande do Sul, não sendo permitido para empresas que vendem nacionalmente e exportadoras.

Fonte: Secretaria da Agricultura

como o Ministério Público Estadual (MPE), que temem a fragilização do trabalho e maiores riscos à qualidade dos alimentos.

O presidente da Famurs, Salmo Dias, disse que a entidade tinha “o dever de se posicionar” sobre o tema, dada a relevância para os municípios, e que a proposta do Piratini estimularia os empreendedores e as economias locais. “A nossa preocupação é que os municípios consigam atender à necessidade do empreendedor local, garantir a qualidade dos alimentos e a saúde da população”, afirmou.

Empresários e governo asseguraram que, sem condições de ampliação do quadro de fiscais estaduais e sem chance de novas contratações, projetos e ampliações têm ficado parados em razão da carência de estrutura para aprovação e fiscalização. A ideia é ter médicos veterinários habilitados pelo Estado fazendo a inspeção e deixar aos servidores a fiscalização do trabalho, dando mais agilidade ao pro-

Página: 19, Economia
Data: 20/07/2017
Centimetragem: 18cm

ENTRE ESTABILIDADE E LEVE QUEDA - A tendência projetada pelo Cepea se confirmou com pequenas variações em outras fontes. Foi o que apresentou, por exemplo, o Conseleite-RS, que indicou que o preço do leite teve uma leve queda em junho. O valor de referência divulgado ficou em R\$ 1,0178, por litro, 1,69% abaixo do consolidado de maio, que fechou em R\$ 1,0353.

Segundo o presidente do Conselho, Alexandre Guerra, a justificativa para este cenário passa pela retração do consumo decorrente da crise econômica e da falta de frio. "Precisamos que o consumo volte a oxigenar a indústria", frisou, lembrando que o valor de referência divulgado é só um balizador. "Cada empresa agrega bônus referentes à qualidade e à quantidade", explica.

Já em Santa Catarina, o presidente do Conseleite do Estado, Adelar Maximiliano Zimmer, destaca que os preços de referência ao produtor para junho registram 3% de queda. "A crescente importação de leite registrada nos últimos meses e a retração no consumo continuam sendo os principais motivos para a queda do preço pago pelas indústrias aos produtores", cita.

O leite acima do padrão registrou o preço de R\$ 1.3094 por litro. O leite padrão ficou estipulado em R\$ 1,1386, e o abaixo do padrão, em R\$ 1,0351. Os valores se referem ao leite posto na propriedade, com Funrural incluso. "Essa retração pressiona o setor e provoca redução de preços no campo e no mercado", estima o dirigente.

Zimmer diz que se trata de um cenário atípico para esta época. "Pela primeira vez em dez anos de Conseleite, é registrada retração nos meses de maio e junho". Não tem dúvida de que a importação do leite em pó contribui para a situação. Somente em maio foram importados US\$ 61 milhões, boa parte, gastos com leite vindo do Uruguai.

Já o presidente do Sindilat explica que a entrada do leite importado no mercado brasileiro vem ocorrendo como instrumento competitivo, uma vez que a produção nos países vizinhos é mais barata do que a das fazendas brasileiras.

Veículo: Revista Balde Branco

Página: 68 e 69, Evento
Data: 20/07/2017
Centimetragem: 114cm

EVENTO

Para Palharini (esq.),
laticíneos diferenciados
são o caminho para
ampliar mercado

Fórum gaúcho discute o FUTURO DO LEITE

Projeto para produção de leite A2A2, estratégia para exportação e fatores de qualidade e competitividade compuseram a pauta do evento realizado em Palmeiras das Missões-RS

BRUNA KARPINSKI

A produção de leite do tipo A2A2, uma opção destinada a pessoas que apresentam reação alérgica à proteína presente no alimento, foi um dos temas apresentados durante o 4º Fórum Itinerante do Leite, ocorrido no dia 1º de maio, em Palmeiras das Missões-RS. Cerca de 2.200 pessoas estiveram presentes ao evento e puderam conhecer detalhes do projeto-piloto envolvendo o produto, que tem o apoio do Sindilat-Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul.

A etapa inicial é identificar o rebanho adequado para tal missão através de seleção genética específica, com vacas capazes de oferecer leite sem a beta-caseína A1. O citado projeto

ainda está sendo costurado, mas a tendência é de que os primeiros testes comecem ainda neste segundo semestre em algumas fazendas, de acordo com o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra. "O leite para alérgicos à proteína do leite deverá ficar ao lado do leite sem lactose nas gôndolas. São alternativas às duas principais causas de limitação de consumo", disse.

Para os laticínios, argumenta Guerra, é mais um produto diferenciado para compor o mix de ofertas. "Atualmente, as indústrias buscam por diferenciais, investem no desenvolvimento de produtos funcionais que agreguem valor e ganho nutritivo à mesa do brasileiro. É importante trabalhar com a visão de que o mercado está mudando

e as necessidades dos novos consumidores são outras", frisou. A iniciativa de produção do leite A2A2 em solo gaúcho deverá ser desenvolvida por meio de parcerias com instituições de ensino que possuam rebanho leiteiro.

"Um dos critérios exigidos é que o perfil do rebanho seja semelhante ao de uma propriedade de tamanho médio

no Rio Grande do Sul", destaca o secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini. Entusiasta da ideia, o dirigente tem corrido o interior gaúcho para tirar os planos do papel. Ao lado do Sindilat no projeto está a médica veterinária Roberta Züge, consultora da Ceres Qualidade, empresa do Paraná especializada em controladoria para produção de leite A2A2.

Palestrante no evento, ela explicou como se obtém o leite sem a proteína que causa alergia: "O primeiro passo é fazer o teste de genotipagem dos animais, já que é preciso uma seleção genética para aquela característica. Com os resultados em mãos, o produtor deve escolher os animais que formarão seu rebanho em lactação com base na presença do gene A2A2, marcador que indica que aquele exemplar produz o leite sem a proteína A1. Para implementar um tanque de leite A2A2 também é necessário rever os cruzamentos, dando preferência a sêmen de touros com essa predisposição genética".

Utilizando uma taxa de reposição convencional dos animais, o tempo estimado para fazer a migração de um rebanho A1 (que produz leite com a proteína que causa alergia) para o A2A2 é de seis anos. "É um trabalho de gerações, não é de um dia para o outro", ressaltou. Apesar disso, a expectativa é de que em pouco mais de um ano o produto seja comercializado no mercado gaúcho em pequenas quantidades, como já ocorre em São Paulo e Minas Gerais, com criadores priorizando a citada seleção para reprodutores da raça Gir Leiteiro.

68

LÁCTEOS EM DIFERENTES DEBATES -

Outro destaque do evento foi o desafio lançado por Alexandre Guerra para se traçar uma estratégia para que o Brasil deixe de ser importador de lácteos e se transforme em exportador. Para isso, pontuou ele, é preciso trabalhar a questão da competitividade dentro da porteira, no que diz respeito à produtividade por animal e por área, e também na indústria, ampliando a escala para obter redução dos custos "sempre atento ao controle sanitário, fundamental para o mercado externo".

"A ampliação do mix de produtos e a lucratividade de toda a cadeia produtiva, que gera renda para mais de 100 mil famílias em 95% do território gaúcho também são medidas importantes para o crescimento do setor", destacou. Segundo o dirigente, as importações aumentaram 20% de janeiro a abril deste ano. Contudo, a redução dos custos do leite no campo abre espaço para a retomada do aumento de pro-

dução, hoje, na casa dos 12 milhões de litros por dia.

Focado no debate sobre os mitos e verdades a respeito do consumo de produtos lácteos, o fórum ainda destacou os benefícios do alimento para a saúde. "Precisamos nos alimentar. E nos alimentar bem passa pelo leite", pontuou a professora de Tecnologia de Leite e Derivados da Universidade Federal de Santa Maria, Neila Richards. Segundo ela, até os 20 anos é essencial consumir leite para garantir formação dos ossos e dos dentes.



Züge: rebanho selecionado para produção de leite A2A2

Por outro lado, para a engenheira de alimentos da Emater, Bruna Bresolin Roldan, no âmbito da agricultura familiar, o desafio é manter a tradição que caracteriza os produtos da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, inovar e crescer. O presidente do Fundesa, Rogério Kerber, pontuou que crescer exige que se foque o mercado internacional. "Nesse cenário, dois pilares são fundamentais:

qualidade e competitividade".

Já o diretor da Farsul-Federação da Agricultura do R. G. do Sul, Jorge Rodrigues, frisou a importância de o crescimento do setor vir acompanhado de renda ao produtor e que se evite a redução de preços que sempre acompanha a elevação da captação. O secretário estadual da Agricultura, Ernani Polo, reforçou a importância social do leite no Estado. "Os avanços obtidos com a Lei do Leite são essenciais para alinhar esse futuro do setor lácteo, principalmente na profissionalização do transporte do produto", disse.

O foco em nichos específicos de mercado foi abordado pelo secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini. "Produzir lácteos diferenciados é o caminho para ampliar mercado e unir as pontas da cadeia pela expansão do setor. Um deles, sugere, é a exportação de derivados lácteos para o mercado do Oriente, onde recentemente o Sindilat esteve para prospectar clientes. A valorização das marcas na gôndola do supermercado é vista pelo executivo como essencial para a expansão da produção e valorização dos produtos lácteos.

O 5º Fórum Itinerante do Leite ocorrerá em Passo Fundo-RS, no segundo semestre de 2017.

Veículo: Correio do Povo
Página: 10, Rural
Data: 24/07/2017
Centimetragem: 22cm

LEITE EM PÓ

Entidades querem redução de estoques

O Sindilat, o IGL, a Fetag e a Secretaria da Agricultura solicitaram a compra governamental emergencial de pelo menos 20 mil toneladas de leite em pó, para reduzir os estoques no Estado, ao ministro do Desenvolvimento Social (MDS), Osmar Terra, e ao secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Caio Rocha, ontem, em Porto Alegre. Segundo o Sindilat, a operação custaria cerca de R\$ 300 milhões aos cofres públicos.

De acordo com o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, se o governo confirmar a aquisição, ajudará a desafogar os altos estoques, formados pelo aumento da produção leiteira nesta época do ano. "É também vai contribuir para tirar a pressão sobre os preços pagos ao produtor, já que o

produto importado é mais competitivo que o nosso", afirmou. De janeiro a junho deste ano, o Brasil importou 64 mil toneladas de leite em pó integral e desnatado. O volume é pouco menor que as 72,5 mil toneladas do primeiro semestre de 2016.

Para o vice-presidente do IGL, Mário Nascimento, é importante o governo agir antes de os preços sofrerem queda acentuada. "Quando o preço oscila muito há um desestímulo ao produtor para continuar na atividade", alertou.

Rocha explicou que, para haver compra governamental, é necessário que o preço do leite em pó fique abaixo do preço de referência estipulado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), de R\$ 11,99 o quilo, o que não ocorre no momento.

Veículo: Jornal A Hora
Página: 15, Agro
Data: 25/07/2017
Centimetragem: 24cm

AGRO 15

Mais produtividade

Segundo o presidente do Sindiat, Alexandre Guerra (foto), é preciso repensar a produtividade para poder competir com o mercado internacional. "A Argentina produz 4,7 mil por vaca ao ano. Aqui chegamos a três mil. Quanto maior a oferta, menor será o custo, a indústria ganha escala e consegue reduzir a ociosidade", destaca.

A capacidade instalada é de 17 milhões de litro por dia, no entanto, a produção chega a 12 milhões. Outro fator determinante é a guerra fiscal e o custo logístico. "Os principais consumidores estão em São Paulo e Rio de Janeiro. A distância diminui os



lucros", diz.

Para o secretário Ernani Polo, melhorar as condições de competição depende de um trabalho integrado entre todos os elos da cadeia. "Temos o leite mais fiscalizado do país. Falta sintonia. Existem bons projetos, mas precisamos nos unir", defende.

JA
página 14

Veículo: Correio do Povo

Página: 13, Rural
Data: 28/07/2017
Centimetragem: 7cm

LEITE

Recuo no preço de referência

O preço de referência projetado para o litro do leite em julho é de R\$ 0,9515, com uma queda de 3,77% em relação ao consolidado de junho, que foi de R\$ 0,9888, segundo o Consete. O presidente do conselho, Alexandre Guerra, diz que o recuo do preço é reflexo do aumento da produção, redução da demanda e maior oferta de importações. Ele acredita que o valor deve se estabilizar a partir de agora e voltar a crescer em setembro.

Veículo: Jornal do Comércio

Página: 14, Agronegócios
Data: 28/07/2017
Centimetragem: 45cm

Aumento da oferta e crise política provocam queda do preço do leite ao produtor

O aumento da produção de leite no campo e a importação que eleva a oferta do alimento no mercado interno refletiram nos preços no Rio Grande do Sul. Dados divulgados pelo Conselho Paritário Produtor/Indústria de Leite (Conseleite) nesta quinta-feira indicam que o valor de referência do litro projetado para o mês de julho é de R\$ 0,9515, queda de 3,77% em relação ao consolidado de junho (R\$ 0,9888). O movimento foi puxado pela baixa de 6% no valor do leite UHT, de 3,5% no pasteurizado e de 3,4% no queijo muçarela.

"Tivemos uma importante

redução no mercado do UHT, que é quem puxa os preços. Estamos vivendo tempos de preços ruins", frisou o presidente do Conseleite, Alexandre Guerra.

Nos últimos três meses, a redução, segundo o Conseleite, chega a 8,09%. Apesar disso, na ponta, o produtor vive um momento de custos de produção menores e recebe mais pelo litro, uma vez que soma bonificação mensais por qualidade e quantidade que elevam o recebido a valores próximos a R\$ 1,20 por litro.

A preocupação, alerta Guerra, é que o setor já vem de um primeiro semestre difícil. "A

indústria enfrentou meses de prejuízo e, agora, se começa um semestre com valores muito baixos", salientou, lembrando que o pico da safra ocorre em agosto.

Uma das soluções é o governo sinalizar favoravelmente ao pedido feito pelo setor de compra governamental de 20 mil toneladas de leite pó. O pleito foi levado pelo Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados (Sindilat) e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) ao Ministério da Agricultura em reunião em Brasília neste mês.

Guerra alega que o cenário

de preços em baixa reflete diversos fatores. Além do aumento de 20% na captação entre maio e julho, típica nesse período do ano, a importação crescente de leite a preços menores do que o praticado no País também contribuiu. A crise política também chegou ao varejo, o que demonstra a queda do poder de consumo da população.

"Esse cenário ainda será impactado pelo aumento dos combustíveis recentemente anunciado", completou o também presidente do Sindilat. Contudo o Conseleite acredita que os preços chegaram ao "fundo do poço", visto que as

pastagens - prejudicadas pela estiagem e pela recente geadas - não sustentarão um aumento substancial de produção nas próximas semanas.

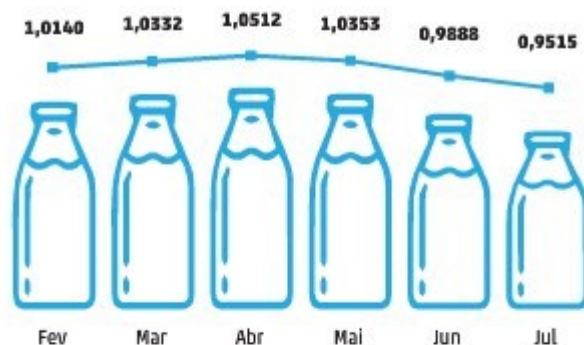
O assessor da política agrícola da Fetag, Márcio Langer, citou o aumento de produção como um dos principais responsáveis pelos preços praticados atualmente. Os dados apresentados pelo Conseleite são resultado de levantamento realizado pela Universidade de Passo Fundo (UPF) com indicadores coletados nas indústrias. Os números foram apresentados pelo professor Eduar do Finamore.

Página: 20, Campo Aberto

Data: 28/07/2017

Centimetragem: 44cm

Preço pago ao produtor
(em R\$)



CRISE ACENTUA QUEDA DO PREÇO DO LEITE

Acostumados com o sobe e desce do preço do leite, normalmente causado por problemas climáticos ou por períodos de entressafra, produtores e indústria se veem agora impactados por fatores econômicos do país. A instabilidade nos últimos meses levou os consumidores a diminuir o consumo da bebida, principalmente de derivados do produto – com maior valor agregado. Nos últimos três meses, segundo dados divulgados ontem pelo Conselho Estadual do Leite (Conseleite), o valor de referência do litro pago ao produtor caiu 8,09% (veja acima).

– A crise desaqueceu o comércio. Além disso, não tivemos um longo período de frio que estimulasse o consumo de leite – explica Alexandre Guerra, presidente do Conseleite e do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado (Sindilat).

O movimento é puxado pela baixa de 6% no valor do leite UHT, de 3,5% no pasteurizado e de 3,4%

no queijo mussarela. Para piorar o quadro, o produto de países do Mercosul entra com valor mais competitivo no mercado brasileiro.

– Não temos condições de competir com o leite importado – lamenta Guerra.

A expectativa é de que o valor tenha chegado ao “fundo do poço”, visto que as pastagens prejudicadas pela estiagem e pela geada não sustentarão aumento de produção nas próximas semanas.

– Teremos desaquecimento da produção a partir de agora, o que ajudará a recuperar os preços. Embora a queda pareça positiva para o consumidor, amanhã ou depois essa conta retorna – diz Márcio Langer, assessor de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetag).

Para regulação dos preços, o setor busca intervenção do governo federal, pressionando pela compra de 20 mil toneladas de leite em pó. Com a remoção de produto excedente, a esperança é de aliviar a pressão do mercado.



SINDILAT/RS
Sindicato da Indústria de Laticínios
do Rio Grande do Sul

CLIPPING ELETRÔNICO

Julho de 2017

Veículo: AgroLink

Link: https://www.agrolink.com.br/noticias/alta-nas-vendas-de-produtos-com-baixo-teor-de-lactose-aumenta-investimentos_394864.html

Página: Notícias

Data: 03/07/2017



Alta nas vendas de produtos com baixo teor de lactose aumenta investimentos

As vendas de leite com baixo teor de lactose (açúcar do leite) cresceram 40% em 2015 e mais 40% em 2016, revelaram dados da Associação Gaúcha de Supermercados (Agas). A comercialização desta variedade já corresponde a 5% do mercado de leite no Rio Grande do Sul.

Em contrapartida, o volume de vendas do tradicional leite longa vida caiu 5% do final de 2014 ao final de 2016. De olho na forma como o alimento tem transitado na mesa dos gaúchos, as indústrias se movimentam para atenuar o enfraquecimento das vendas e aproveitar as oportunidades que surgem com um novo nicho de mercado.

Diante da equação, os laticínios atuam em pelo menos três frentes. Em uma delas buscam ampliar o portfólio de produtos. Em outra tentam desfazer os mitos criados em torno do leite longa vida para que o consumo do “carro-chefe” volte a crescer. E na terceira apostam na área de pesquisa para atender as novas exigências dos consumidores, que são crescentes (na página 2, conheça

o projeto de produção de leite sem a proteína causadora de alergia).

Levantamento do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados (Sindilat/RS) mostra que há potencial para fomentar o consumo no País. O brasileiro ingere, em média, 178 litros por ano. Os vizinhos argentinos e uruguaios consomem 203 e 242 litros, respectivamente. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) recomenda o consumo anual de 220 litros por pessoa.

O aumento do consumo, contudo, depende da melhoria do poder de compra dos gaúchos impactados pela crise econômica, da reconquista da confiança perdida pelas fraudes de adulteração do leite reveladas nos últimos anos e também da disseminação de mais informações sobre o alimento, que é fonte barata de diversos nutrientes. “De tempos em tempos, aparecem informações sobre vilões da alimentação, como já ocorreu com o ovo e com o glúten. Agora, a vilã da vez é a lactose.

Mesmo sem um diagnóstico, as pessoas ouvem falar da intolerância à lactose e da alergia à proteína do leite de vaca e acabam restringindo o leite das suas dietas”, observa o médico alergista Gil Bardini Alves, integrante da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia.

Para a professora da área de Tecnologia de Leite e Derivados da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Neila Richards, dois terços das pessoas que preferem o leite com baixo teor de lactose são influenciados por “moda” e não por necessidade. “O aumento exagerado do consumo do leite com baixo teor de lactose chega a ser um problema porque o organismo daquelas pessoas que

não têm intolerância, quando fica muito tempo sem ingerir nada com lactose, começa a perder a enzima que tinha a função de quebrar o açúcar do leite”, alerta.

A veterinária Roberta Züge, participante do Conselho Científico Agro Sustentável, recomenda que as pessoas busquem conhecer melhor os benefícios do leite. “Muitas vezes, circulam informações contrárias ao leite que são totalmente prejudiciais para aqueles que deixam de ingeri-lo. A conta vem com o tempo”, adverte. Segundo a FAO, o leite contém proteínas, calorias, cálcio, magnésio, selênio, riboflavina e vitaminas A, B5, B12, C e D.

Valor agregado

Se a lactose é motivo para uma parcela de consumidores refutarem o tradicional leite longa vida, ela também abre oportunidades de mercado para os laticínios. O presidente do Sindilat e do Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado (Conseleite), Alexandre Guerra, afirma que grande parte das indústrias já tem em seus portfólios produtos especiais. Para elaborá-los, as indústrias reduzem os níveis de lactose do leite, mas preservam todos os outros nutrientes.

Segundo Guerra, em 2016, uma parcela de 2,5% do total de leite processado no Brasil era destinada às linhas especiais, sobretudo para a de baixo teor de lactose. Em 2017, o percentual passou para 3,3%. “É uma oportunidade que existe para as indústrias e para os produtores. Quando uma empresa lança um novo produto, ela consegue agregar valor, ter uma margem diferenciada de lucro e remunerar melhor o fornecedor da matéria-prima”, ressalta Guerra, que também é diretor administrativo e financeiro da Cooperativa Santa Clara.

Em 2014, a empresa disponibilizou ao mercado o leite zero lactose e, na sequência, queijos, nata e doce de leite.

Atenta às tendências de consumo, a Cooperativa Piá também embarcou nesse mercado. De dois anos para cá, lançou leite, iogurte, requeijão, doce de leite e, mais recentemente, o achocolatado, tudo voltado para o público que restringe lactose na alimentação.

O presidente da Piá, Jeferson Smaniotto, diz que o mercado desse tipo de produto cresce na ordem de dois pontos percentuais ao ano. Segundo o executivo, os itens da linha especial saem da indústria com valor maior porque é necessário considerar os custos de produção mais elevados, bem como o tempo de fabricação, já que se inclui no processo industrial a etapa do uso da lactase, enzima que transforma a lactose em glicose.

O assessor de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), Márcio Roberto Langer, confirma que o produtor de leite consegue ser melhor remunerado na medida em que surgem novos produtos no mercado. No entanto, vai depender muito da região onde ele está inserido. “As marcas atentas às tendências estão muito concentradas no Vale do Taquari, na Serra e no Norte do Estado. Lá, há uma disputa mais acirrada pelo leite dos produtores, principalmente aqueles com melhor qualidade”.

Segundo Langer, há um esforço da Fetag e outras entidades para se chegar a uma fórmula de formação de preço e de remuneração mais justa aos produtores, levando em consideração as mudanças no mix de produtos na área do leite nos últimos anos.

Veículo: AgroLink

Link: https://www.agrolink.com.br/noticias/producao-de-leite--nao-alergico--e-aposta-para-o-mercado_394863.html

Página: Notícias

Data: 03/07/2017



Produção de leite "não-alérgico" é aposta para o mercado

Em uma passagem rápida pela área de lácteos dos supermercados é possível identificar uma grande oferta de produtos destinados a quem é intolerante à lactose. O mesmo não ocorre para o público que sofre de alergia à proteína do leite de vaca. Uma inovação, no entanto, está sendo gestada no Rio Grande do Sul para a produção de um leite “não-alérgico”.

O Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Rio Grande do Sul (Sindilat) anunciou no mês passado que irá desenvolver um projeto-piloto para atender a este nicho de mercado, que hoje é proibido de consumir leite de vaca. A medida poderá, no futuro, ser mais uma opção de diversificação do portfólio da indústria, de melhor remuneração dos produtores e de aumento na profissionalização das propriedades, já que exigiria um controle severo sobre esse leite diferenciado.

No momento, o Sindilat busca parcerias para o projeto-piloto. O secretário-executivo do sindicato, Darlan Palharini, diz que os estudos vão considerar que a produção deve ter viabilidade econômica e que, na ponta do consumo, mesmo no caso de dietas especiais, o leite não pode sofrer grandes alterações de preços.

A veterinária Roberta Züge foi a responsável por apresentar os detalhes da novidade do leite destinado a quem tem alergia à proteína, no último Fórum Itinerante do Leite, em junho, em Palmeira das Missões (RS). Ela explica que esta tecnologia já é disseminada na Austrália e Nova Zelândia, países onde inúmeras fazendas comercializam o produto. “Uma empresa australiana

detinha patente deste leite, mas isto caiu em 2015 e agora esta tecnologia pode ser usada em qualquer rebanho do mundo. Só que no Brasil ainda carecemos de normativas”, comenta Roberta.

A produção de leite sem proteína passa por diversas etapas. As vacas da propriedade têm que passar por testes de genotipagem para verificar se produzem o leite com ou sem a proteína beta-caseína, que causa a alergia. Se o teste indicar a produção de leite tipo A2A2, sem a presença do gene A1, significa que essa vaca serve para disponibilizar leite aos alérgicos. O custo do teste laboratorial para a genotipagem é de cerca de R\$ 70 por animal.

Num segundo momento, o produtor teria que segregar o rebanho A2A2 e ordenhá-lo separadamente. “Não muda nada no manejo, nem na alimentação deste gado”, esclarece Roberta. De acordo com a veterinária, as pesquisas indicam que, originalmente, todos os bovinos produziam apenas leite A2A2. No entanto, por conta de uma mutação genética, os animais começaram a apresentar também o tipo A1. Estudos apontam ainda que os animais de origem zebuína têm prevalência maior de leite A2A2 do que o gado de origem europeia.

A professora da área de Tecnologia de Leite e Derivados da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Neila Richards, estima, no entanto, que o custo deste leite não sairia por menos de R\$ 12 o litro, cerca de quatro vezes mais do que o longa vida integral. Ela observa que o produtor, o transportador, a agroindústria e o laticínio que vierem a trabalhar com o leite A2A2 terão que estabelecer um controle rigoroso para que não haja contato algum

com o leite A1, que é o que provoca reações alérgicas principalmente em bebês e crianças pequenas.

“Só que para viabilizar o processamento deste leite pela indústria teria que ter uma quantidade expressiva. Possivelmente, o A2A2 terá um destino semelhante ao do leite de cabra pasteurizado, para um nicho de consumidores bem específico”, prevê Neila.

Para o médico alergista Gil Bardini Alves, a iniciativa é importante na medida em que permitiria às crianças alérgicas ingerirem o alimento. “Mas teria que ser um leite comercialmente acessível. Hoje um grande limitante das fórmulas para tratamento da alergia à proteína do leite de vaca disponíveis é o custo. Algumas fórmulas chegam a custar mais de R\$ 200 a lata”, repara.

Em Minas Gerais, há uma experiência em andamento há cerca de 2 anos. O Criatório Villefort desenvolve, em larga escala, o mapeamento de animais que produzem leite A2A2. O criador Virgílio Villefort conta que já foi analisada a genotipagem de beta-caseína de quase 7 mil cabeças das raças Gir Leiteiro e Guzerá em fazendas localizadas nas cidades de Jaíba e Morada Nova de Minas.

Atualmente, são produzidos 2 mil litros de leite A2A2 por dia nessas propriedades. Segundo Virgílio, crianças alérgicas já provaram deste leite e relataram não terem sentido sintomas após a ingestão. O mapeamento também visa selecionar reprodutores e doadoras com genótipos A2A2 para abastecer o mercado nacional. O criador acredita que, no futuro, este tipo de leite terá um amplo alcance. “Em 25 anos, toda população mundial estará consumindo o leite A2A2”.

Diferenças devem ser conhecidas

O médico alergista Gil Bardini Alves diz que não se pode confundir a intolerância à lactose e a alergia à proteína do leite de vaca. A primeira atinge mais os adultos, enquanto que a segunda prevalece mais em bebês e crianças. Os sintomas da intolerância são apenas intestinais: diarreia, cólicas e barriga estufada.

Já a alergia à proteína do leite é mais grave e pode causar manchas na pele, inchaço nos olhos e na boca, vômito e falta de ar. “Após a ingestão, alguns pacientes com alergia à proteína do leite podem ter quadro de anafilaxia (choque anafilático) que, se não for tratado corretamente, pode levar ao óbito”, adverte. Para diagnosticar a intolerância à lactose, são usados exames de sangue ou o exame respiratório (teste do hidrogênio expirado).

Para diagnosticar a alergia é preciso fazer exames de sangue ou testes alérgicos. Mas Bardini explica que o exame referência, neste caso, é o de provocação oral, realizado em ambiente hospitalar por médico especialista. O paciente ingere quantidades crescentes do alimento e observa-se se há alguma reação.

Veículo: Correio do Povo

Link: <http://www2.correiodopovo.com.br/Noticias/Rural/2017/7/621792/Producao-de-leite-naoalergico-e-aposta-para-o-mercado>

Página: Notícias

Data: 03/07/2017

Produção de leite "não-alérgico" é aposta para o mercado

Em uma passagem rápida pela área de lácteos dos supermercados é possível identificar uma grande oferta de produtos destinados a quem é intolerante à lactose. O mesmo não ocorre para o público que sofre de alergia à proteína do leite de vaca. Uma inovação, no entanto, está sendo gestada no Rio Grande do Sul para a produção de um leite “não-alérgico”.

O Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Rio Grande do Sul (Sindilat) anunciou no mês passado que irá desenvolver um projeto-piloto para atender a este nicho de mercado, que hoje é proibido de consumir leite de vaca. A medida poderá, no futuro, ser mais uma opção de diversificação do portfólio da indústria, de melhor remuneração dos produtores e de aumento na profissionalização das propriedades, já que exigiria um controle severo sobre esse leite diferenciado.

No momento, o Sindilat busca parcerias para o projeto-piloto. O secretário-executivo do sindicato, Darlan Palharini, diz que os estudos vão considerar que a produção deve ter viabilidade econômica e que, na ponta do consumo, mesmo no caso de dietas especiais, o leite não pode sofrer grandes alterações de preços.

A veterinária Roberta Züge foi a responsável por apresentar os detalhes da novidade do leite destinado a quem tem alergia à proteína, no último Fórum Itinerante do Leite, em junho, em Palmeira das Missões (RS). Ela explica que esta tecnologia já é disseminada na Austrália e Nova Zelândia, países onde inúmeras fazendas comercializam o produto. “Uma empresa australiana detinha patente deste leite, mas isto caiu em 2015 e agora esta tecnologia pode ser usada em qualquer rebanho do mundo. Só que no Brasil ainda carecemos de normativas”, comenta Roberta.

A produção de leite sem proteína passa por diversas etapas. As vacas da propriedade têm que passar por testes de genotipagem para verificar se produzem o leite com ou sem a proteína beta-caseína, que causa a alergia. Se o teste indicar a produção de leite tipo A2A2, sem a presença do gene A1, significa que essa vaca serve para disponibilizar leite aos alérgicos. O custo do teste laboratorial para a genotipagem é de cerca de R\$ 70 por animal.

Num segundo momento, o produtor teria que segregar o rebanho A2A2 e ordenhá-lo separadamente. “Não muda nada no manejo, nem na alimentação deste gado”, esclarece Roberta. De acordo com a veterinária, as pesquisas indicam que, originalmente, todos os bovinos produziam apenas leite A2A2. No entanto, por conta de uma mutação genética, os animais começaram a apresentar também o tipo A1. Estudos apontam ainda que os animais de origem zebuína têm prevalência maior de leite A2A2 do que o gado de origem europeia.

A professora da área de Tecnologia de Leite e Derivados da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Neila Richards, estima, no entanto, que o custo deste leite não sairia por menos de R\$ 12 o litro, cerca de quatro vezes mais do que o longa vida integral. Ela observa que o produtor, o transportador, a agroindústria e o laticínio que vierem a trabalhar com o leite A2A2 terão que estabelecer um controle rigoroso para que não haja contato algum com o leite A1, que é o que provoca reações alérgicas principalmente em bebês e crianças pequenas.

“Só que para viabilizar o processamento deste leite pela indústria teria que ter uma quantidade expressiva. Possivelmente, o A2A2 terá um destino semelhante ao do leite de cabra pasteurizado, para um nicho de consumidores bem específico”, prevê Neila.

Para o médico alergista Gil Bardini Alves, a iniciativa é importante na medida em que permitiria às crianças alérgicas ingerirem o alimento. “Mas teria que ser um leite comercialmente acessível. Hoje um grande limitante das fórmulas para tratamento da alergia à proteína do leite de vaca disponíveis é o custo. Algumas fórmulas chegam a custar mais de R\$ 200 a lata”, repara.

Em Minas Gerais, há uma experiência em andamento há cerca de 2 anos. O Criatório Villefort desenvolve, em larga escala, o mapeamento de animais que produzem leite A2A2. O criador Virgílio Villefort conta que já foi analisada a genotipagem de beta-caseína de quase 7 mil cabeças das raças Gir Leiteiro e Guzerá em fazendas localizadas nas cidades de Jaíba e Morada Nova de Minas.

Atualmente, são produzidos 2 mil litros de leite A2A2 por dia nessas propriedades. Segundo Virgílio, crianças alérgicas já provaram deste leite e relataram não terem sentido sintomas após a ingestão. O mapeamento também visa selecionar reprodutores e doadoras com genótipos A2A2 para abastecer o mercado nacional. O criador acredita que, no futuro, este tipo de leite terá um amplo alcance. “Em 25 anos, toda população mundial estará consumindo o leite A2A2”.

Diferenças devem ser conhecidas

O médico alergista Gil Bardini Alves diz que não se pode confundir a intolerância à lactose e a alergia à proteína do leite de vaca. A primeira atinge mais os adultos, enquanto que a segunda prevalece mais em bebês e crianças. Os sintomas da intolerância são apenas intestinais: diarreia, cólicas e barriga estufada.

Já a alergia à proteína do leite é mais grave e pode causar manchas na pele, inchaço nos olhos e na boca, vômito e falta de ar. “Após a ingestão, alguns pacientes com alergia à proteína do leite podem ter quadro de anafilaxia (choque anafilático) que, se não for tratado corretamente, pode levar ao óbito”, adverte. Para diagnosticar a intolerância à lactose, são usados exames de sangue ou o exame respiratório (teste do hidrogênio expirado).

Para diagnosticar a alergia é preciso fazer exames de sangue ou testes alérgicos. Mas Bardini explica que o exame referência, neste caso, é o de provocação oral, realizado em ambiente hospitalar por médico especialista. O paciente ingere quantidades crescentes do alimento e observa-se se há alguma reação.

Veículo: Correio do Povo

Link: <http://www2.correiodopovo.com.br/Noticias/Rural/2017/7/621790/Alta-nas-vendas-de-produtos-com-baixo-teor-de-lactose-aumenta-investimentos>

Página: Notícias

Data: 03/07/2017

Alta nas vendas de produtos com baixo teor de lactose aumenta investimentos

As vendas de leite com baixo teor de lactose (açúcar do leite) cresceram 40% em 2015 e mais 40% em 2016, revelaram dados da Associação Gaúcha de Supermercados (Agas). A comercialização desta variedade já corresponde a 5% do mercado de leite no Rio Grande do Sul.

Em contrapartida, o volume de vendas do tradicional leite longa vida caiu 5% do final de 2014 ao final de 2016. De olho na forma como o alimento tem transitado na mesa dos gaúchos, as indústrias se movimentam para atenuar o enfraquecimento das vendas e aproveitar as oportunidades que surgem com um novo nicho de mercado.

Diante da equação, os laticínios atuam em pelo menos três frentes. Em uma delas buscam ampliar o portfólio de produtos. Em outra tentam desfazer os mitos criados em torno do leite longa vida para que o consumo do “carro-chefe” volte a crescer. E na terceira apostam na área de pesquisa para atender as novas exigências dos consumidores, que são crescentes (na página 2, conheça o projeto de produção de leite sem a proteína causadora de alergia).

Levantamento do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados (Sindilat/RS) mostra que há potencial para fomentar o consumo no País. O brasileiro ingere, em média, 178 litros por ano. Os vizinhos argentinos e uruguaios consomem 203 e 242 litros, respectivamente. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) recomenda o consumo anual de 220 litros por pessoa.

O aumento do consumo, contudo, depende da melhoria do poder de compra dos gaúchos impactados pela crise econômica, da reconquista da confiança perdida pelas fraudes de adulteração do leite reveladas nos últimos anos e também da disseminação de mais informações sobre o alimento, que é fonte barata de diversos nutrientes. “De tempos em tempos, aparecem informações sobre vilões da alimentação, como já ocorreu com o ovo e com o glúten. Agora, a vilã da vez é a lactose.

Mesmo sem um diagnóstico, as pessoas ouvem falar da intolerância à lactose e da alergia à proteína do leite de vaca e acabam restringindo o leite das suas dietas”, observa o médico alergista Gil Bardini Alves, integrante da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia.

Para a professora da área de Tecnologia de Leite e Derivados da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Neila Richards, dois terços das pessoas que preferem o leite com baixo teor de lactose são influenciados por “moda” e não por necessidade. “O aumento exagerado do consumo do leite com baixo teor de lactose chega a ser um problema porque o organismo daquelas pessoas que não têm intolerância, quando fica muito tempo sem ingerir nada com lactose, começa a perder a enzima que tinha a função de quebrar o açúcar do leite”, alerta.

A veterinária Roberta Züge, participante do Conselho Científico Agro Sustentável, recomenda que as pessoas busquem conhecer melhor os benefícios do leite. “Muitas vezes, circulam informações contrárias ao leite que são totalmente prejudiciais para aqueles que deixam de ingeri-lo. A conta vem com o tempo”, adverte. Segundo a FAO, o leite contém proteínas, calorias, cálcio, magnésio, selênio, riboflavina e vitaminas A, B5, B12, C e D.

Valor agregado

Se a lactose é motivo para uma parcela de consumidores refutarem o tradicional leite longa vida, ela também abre oportunidades de mercado para os laticínios. O presidente do Sindilat e do Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado (Conseleite), Alexandre Guerra, afirma que grande parte das indústrias já tem em seus portfólios produtos especiais. Para elaborá-los, as indústrias reduzem os níveis de lactose do leite, mas preservam todos os outros nutrientes.

Segundo Guerra, em 2016, uma parcela de 2,5% do total de leite processado no Brasil era destinada às linhas especiais, sobretudo para a de baixo teor de lactose. Em 2017, o percentual passou para 3,3%. “É uma oportunidade que existe para as indústrias e para os produtores. Quando uma empresa lança um novo produto, ela consegue agregar valor, ter uma margem diferenciada de lucro e remunerar melhor o fornecedor da matéria-prima”, ressalta Guerra, que também é diretor administrativo e financeiro da Cooperativa Santa Clara. Em 2014, a empresa disponibilizou ao mercado o leite zero lactose e, na sequência, queijos, nata e doce de leite.

Atenta às tendências de consumo, a Cooperativa Piá também embarcou nesse mercado. De dois anos para cá, lançou leite, iogurte, requeijão, doce de leite e, mais recentemente, o achocolatado, tudo voltado para o público que restringe lactose na alimentação.

O presidente da Piá, Jeferson Smaniotto, diz que o mercado desse tipo de produto cresce na ordem de dois pontos percentuais ao ano. Segundo o executivo, os itens da linha especial saem da indústria com valor maior porque é necessário considerar os custos de produção mais elevados, bem como o tempo

de fabricação, já que se inclui no processo industrial a etapa do uso da lactase, enzima que transforma a lactose em glicose.

O assessor de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), Márcio Roberto Langer, confirma que o produtor de leite consegue ser melhor remunerado na medida em que surgem novos produtos no mercado. No entanto, vai depender muito da região onde ele está inserido. “As marcas atentas às tendências estão muito concentradas no Vale do Taquari, na Serra e no Norte do Estado. Lá, há uma disputa mais acirrada pelo leite dos produtores, principalmente aqueles com melhor qualidade”.

Segundo Langer, há um esforço da Fetag e outras entidades para se chegar a uma fórmula de formação de preço e de remuneração mais justa aos produtores, levando em consideração as mudanças no mix de produtos na área do leite nos últimos anos.

Veículo: Jornal do Comércio

Link: http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/07/economia/571639-leite-uht-ganha-tributacao-no-rio-grande-do-sul-a-partir-de-2018.html

Página: Notícias

Data: 04/07/2017

Leite UHT ganha tributação no Rio Grande do Sul a partir de 2018

A partir de 1 de janeiro de 2018, o leite UHT comercializado em todo o Rio Grande do Sul, até então isento de ICMS, passará a ser tributado em 18%. A modificação foi oficializada por meio do Decreto nº 53.612, publicado na última sexta-feira no Diário Oficial do Estado. "Esperamos que a tributação do leite UHT dê condições de o Estado tornar-se competitivo em outros produtos lácteos", comenta o secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Darlan Palharini, destacando que a ideia é valorizar o leite industrializado no Rio Grande do Sul.

A medida resulta de trabalho do Sindilat para ajustar a legislação e esclarecer as dúvidas dos laticínios no que diz respeito à data de início da tributação. Em maio deste ano, o governo do Estado publicou a Lei nº 14.988, fazendo referência à data de 1 de janeiro de 2017 para início da tributação do leite UHT. Com o decreto, o prazo foi corrigido.

Veículo: AgroNovas

Link: <http://www.agronovas.com.br/leite-ugt-sera-tributado-a-partir-de-2018/>

Página: Notícias

Data: 04/07/2017



LEITE UHT SERÁ TRIBUTADO A PARTIR DE 2018

A partir de 1º de janeiro de 2018 o leite UHT comercializado em todo o Rio Grande do Sul, até então isento de ICMS, passará a ser tributado em 18%. A modificação foi oficializada por meio do decreto nº 53.612, publicado na última sexta-feira (30/7) no Diário Oficial do Estado.

“Esperamos que a tributação do leite UHT dê condições de o Estado tornar-se competitivo em outros produtos lácteos”, comenta o secretário executivo do Sindicato da

Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Darlan Palharini, destacando que a ideia é valorizar o leite industrializado no Rio Grande do Sul.

A medida resulta de trabalho do Sindilat para ajustar a legislação vigente e esclarecer as dúvidas dos laticínios associados no que diz respeito à data de início da tributação. Em maio deste ano, o governo do Estado publicou a Lei nº 14.988 fazendo referência à data de 1º de janeiro de 2017 para início da tributação do leite UHT. Com o decreto, o prazo foi corrigido.

Veículo: Página Rural

Link: <http://www.paginarural.com.br/noticia/245068/entidades-ligadas-a-proteina-animal-planejam-viagem-a-Asia-para-abrir-novos-mercados-diz-sindilat>

Página: Notícias

Data: 04/07/2017



RS: entidades ligadas à proteína animal planejam viagem à Ásia para abrir novos mercados, diz Sindilat

Porto Alegre/RS

Representantes de entidades ligadas à produção de proteína animal participaram de reunião para tratar de viagem à Ásia em novembro deste ano. A comitiva, coordenada pelas secretarias estaduais da Agricultura e do Desenvolvimento Econômico, deve contar com lideranças da indústria da carne bovina, aves, suínos e leite. O encontro ocorreu nesta segunda-feira (03) pela manhã na Secretaria da Agricultura (Seapi).

Segundo o secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Darlan Palharini, os países da Ásia têm demanda por produtos lácteos. "Queremos conhecer mais detalhadamente qual é esta demanda. Uma das possibilidades é o mercado de queijos", avalia. Outros produtos de valor agregado, como o leite A2A2, indicado para pessoas que apresentam alergia à proteína do leite, também tem potencial de exportação.

O secretário da Agricultura, Ernani Polo, destaca que o objetivo da missão à Ásia é apresentar o potencial do Rio Grande do Sul e prospectar novos mercados. Entretanto, ressalta o titular da pasta, esta foi uma primeira reunião para tratar da viagem. Nas próximas semanas, outros encontros devem ocorrer. Enquanto isso, a Seapi aguarda que as entidades do setor manifestem interesse em participar da missão.

Também estiveram presentes na reunião dirigentes do Sindicato da Indústria de Carnes do Rio Grande do Sul (Sicadergs) e da Associação Brasileira de Proteína Animal (Abpa), além de representantes da Famurs e Fiergs.

Fonte: Sindicato da Indústria de Laticínios (Sindilat/RS)

Veículo: AgroNovas

Link: <http://www.agronovas.com.br/entidades-ligadas-a-proteina-animal-planejam-viagem-a-asia-para-abrir-novos-mercados/>

Página: Notícias

Data: 04/07/2017



ENTIDADES LIGADAS À PROTEÍNA ANIMAL PLANEJAM

VIAGEM À ÁSIA PARA ABRIR NOVOS MERCADOS

Representantes de entidades ligadas à produção de proteína animal participaram de reunião para tratar de viagem à Ásia em novembro deste ano. A comitiva, coordenada pelas secretarias estaduais da Agricultura e do Desenvolvimento Econômico, deve contar com lideranças da indústria da carne bovina, aves, suínos e leite. O encontro ocorreu nesta segunda-feira (3/7) pela manhã na Secretaria da Agricultura (Seapi).

Segundo o secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Darlan Palharini, os países da Ásia têm demanda por produtos lácteos. “Queremos conhecer mais detalhadamente qual é esta demanda. Uma das possibilidades é o mercado de queijos”, avalia. Outros produtos de valor agregado, como o leite A2A2, indicado para pessoas que apresentam alergia à proteína do leite, também tem potencial de exportação.

O secretário da Agricultura, Ernani Polo, destaca que o objetivo da missão à Ásia é apresentar o potencial do Rio Grande do Sul e prospectar novos mercados. Entretanto, ressalta o titular da pasta, esta foi uma primeira reunião para tratar da viagem. Nas próximas semanas, outros encontros devem ocorrer. Enquanto isso, a Seapi aguarda que as entidades do setor manifestem interesse em participar da missão.

Também estiveram presentes na reunião dirigentes do Sindicato da Indústria de Carnes do Rio Grande do Sul

(Sicadergs) e da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), além de representantes da Famurs e Fiergs.

Veículo: Jornal Dia Dia

Link: <http://jornaldiadia.com.br/2016/?p=305295>

Página: Notícias

Data: 05/07/2017



Entidades ligadas à proteína animal planejam viagem à Ásia para abrir novos mercados

Representantes de entidades ligadas à produção de proteína animal participaram de reunião para tratar de viagem à Ásia em novembro deste ano. A comitiva, coordenada pelas secretarias estaduais da Agricultura e do Desenvolvimento Econômico, deve contar com lideranças da indústria da carne bovina, aves, suínos e leite. O encontro ocorreu nesta segunda-feira (3/7) pela manhã na Secretaria da Agricultura (Seapi).

Segundo o secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Darlan Palharini, os países da Ásia têm demanda por produtos lácteos. “Queremos conhecer mais detalhadamente qual é esta demanda. Uma das possibilidades é o mercado de queijos”, avalia. Outros produtos de valor agregado, como o leite A2A2, indicado para pessoas que apresentam alergia à proteína do leite, também tem potencial de exportação.

O secretário da Agricultura, Ernani Polo, destaca que o objetivo da missão à Ásia é apresentar o potencial do Rio Grande do Sul e prospectar novos mercados. Entretanto, ressalta o titular da pasta, esta foi uma primeira reunião para tratar da viagem. Nas próximas semanas, outros encontros devem ocorrer. Enquanto

isso, a Seapi aguarda que as entidades do setor manifestem interesse em participar da missão.

Também estiveram presentes na reunião dirigentes do Sindicato da Indústria de Carnes do Rio Grande do Sul (Sicadergs) e da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), além de representantes da Famurs e Fiergs.

Veículo: MilkPoint

Link: <https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/entidades-ligadas-a-proteina-animal-planejam-viagem-a-asia-106037n.aspx>

Página: Notícias

Data: 05/07/2017



Entidades ligadas à proteína animal planejam viagem à Ásia

Representantes de entidades ligadas à produção de proteína animal participaram de reunião para tratar de uma viagem à Ásia prevista para novembro deste ano. A comitiva, coordenada pelas secretarias estaduais da Agricultura e do Desenvolvimento Econômico, deve contar com lideranças da indústria da carne bovina, aves, suínos e leite. O encontro ocorreu nesta segunda-feira (3/7) pela manhã na Secretaria da Agricultura (Seapi).

Segundo o secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Darlan Palharini, **os países da Ásia têm demanda por produtos lácteos**. "Queremos conhecer mais detalhadamente qual é esta demanda. Uma das possibilidades é o mercado de queijos", avalia. Outros produtos de valor agregado, como o leite A2A2, indicado para pessoas que apresentam alergia à proteína do leite, também têm potencial de exportação.

O secretário da Agricultura, Ernani Polo, destaca que o objetivo da missão à Ásia é apresentar o potencial do Rio Grande do Sul e prospectar novos mercados. Entretanto, ressalta o titular da pasta, esta foi uma primeira reunião para tratar da viagem. Nas próximas semanas, outros encontros devem ocorrer. Enquanto isso, a Seapi aguarda que as entidades do setor manifestem

interesse em participar da missão.

Também estiveram presentes na reunião dirigentes do Sindicato da Indústria de Carnes do Rio Grande do Sul (Sicadergs) e da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), além de representantes da Famurs e Fiergs.

As informações são da Assessoria de Imprensa Sindilat.

Veículo: MilkPoint

Link: <https://www.milkpoint.com.br/industria/cadeia-do-leite/giro-de-noticias/rs-vendas-de-leite-com-baixo-teor-de-lactose-cresceram-40-em-2015-e-2016-106038n.aspx>

Página: Notícias

Data: 05/07/2017



RS: vendas de leite com baixo teor de lactose cresceram 40% em 2015 e 2016

As **vendas de leite com baixo teor de lactose** cresceram 40% em 2015 e mais 40% em 2016, revelaram dados da Associação Gaúcha de Supermercados (Agas). A comercialização desta variedade já corresponde a 5% do mercado de leite no Rio Grande do Sul.

Em contrapartida, o volume de vendas do tradicional leite longa vida caiu 5% do final de 2014 ao final de 2016. De olho na forma como o alimento tem transitado na mesa dos gaúchos, as indústrias se movimentam para atenuar o enfraquecimento das vendas e aproveitar as oportunidades que surgem com um novo nicho de mercado.

Diante da equação, os laticínios atuam em pelo menos três frentes. Em uma delas buscam ampliar o portfólio de produtos. Em outra tentam desfazer os mitos criados em torno do leite longa vida para que o consumo do "carro-chefe" volte a crescer. E na terceira apostam na área de pesquisa para atender as novas exigências dos consumidores, que são crescentes.

Levantamento do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados (Sindilat/RS) mostra que há potencial para fomentar o consumo no País. O brasileiro ingere, em média, 178 litros por ano. Os vizinhos argentinos e uruguaaios consomem 203 e 242 litros, respectivamente. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) recomenda o consumo anual de 220 litros por pessoa.

O aumento do consumo, contudo, depende da melhoria do poder de compra dos gaúchos impactados pela crise econômica, da reconquista da confiança perdida pelas fraudes de adulteração do leite reveladas nos últimos anos e também da disseminação de mais informações sobre o alimento, que é fonte barata de diversos nutrientes. "De tempos em tempos, aparecem informações sobre vilões da alimentação, como já ocorreu com o ovo e com o glúten. Agora, a vilã da vez é a lactose.

Mesmo sem um diagnóstico, as pessoas ouvem falar da **intolerância à lactose** e da **alergia à proteína do leite de vaca** e acabam restringindo o leite das suas dietas", observa o médico alergista Gil Bardini Alves, integrante da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia.

Para a professora da área de Tecnologia de Leite e Derivados da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Neila Richards, dois terços das pessoas que preferem o leite com baixo teor de lactose são influenciados por "moda" e não por necessidade. "O aumento exagerado do consumo do leite com baixo teor de lactose chega a ser um problema porque o organismo daquelas pessoas que não têm intolerância, quando fica muito tempo sem ingerir nada com lactose, começa a perder a enzima que tinha a função de quebrar o açúcar do leite", alerta.

A veterinária Roberta Züge, participante do Conselho Científico Agro Sustentável, recomenda que as pessoas busquem conhecer melhor os benefícios do leite. "Muitas vezes, circulam informações contrárias ao leite que são totalmente prejudiciais para aqueles que deixam de ingeri-lo. A conta vem com o tempo", adverte. Segundo a FAO, o leite contém proteínas, calorias, cálcio, magnésio, selênio, riboflavina e vitaminas A, B5, B12, C e D.

Valor agregado

Se a lactose é motivo para uma parcela de consumidores refutarem o tradicional leite longa vida, ela também abre oportunidades de mercado para

os laticínios. O presidente do Sindilat e do Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado (Conseleite), Alexandre Guerra, afirma que grande parte das indústrias já tem em seus portfólios produtos especiais. Para elaborá-los, as indústrias reduzem os níveis de lactose do leite, mas preservam todos os outros nutrientes.

Segundo Guerra, em 2016, uma parcela de 2,5% do total de leite processado no Brasil era destinada às linhas especiais, sobretudo para a de **baixo teor de lactose**. Em 2017, o percentual passou para 3,3%. "É uma oportunidade que existe para as indústrias e para os produtores. Quando uma empresa lança um novo produto, ela consegue agregar valor, ter uma margem diferenciada de lucro e remunerar melhor o fornecedor da matéria-prima", ressalta Guerra, que também é diretor administrativo e financeiro da Cooperativa Santa Clara. Em 2014, a empresa disponibilizou ao mercado o leite zero lactose e, na sequência, queijos, nata e doce de leite.

Atenta às tendências de consumo, a Cooperativa Piá também embarcou nesse mercado. De dois anos para cá, lançou leite, iogurte, requeijão, doce de leite e, mais recentemente, o achocolatado, tudo voltado para o público que restringe lactose na alimentação.

O presidente da Piá, Jeferson Smaniotto, diz que o mercado desse tipo de produto cresce na ordem de dois pontos percentuais ao ano. Segundo o executivo, os itens da linha especial saem da indústria com valor maior porque é necessário considerar os custos de produção mais elevados, bem como o tempo de fabricação, já que se inclui no processo industrial a etapa do uso da lactase, enzima que transforma a lactose em glicose.

O assessor de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), Márcio Roberto Langer, confirma que o produtor de leite consegue ser melhor remunerado na medida em que surgem novos produtos no mercado. No entanto, vai depender muito da região onde ele está inserido. "As marcas atentas às tendências estão muito concentradas no Vale do Taquari, na Serra e no Norte do Estado. Lá, há uma disputa mais acirrada pelo leite dos produtores, principalmente aqueles com melhor qualidade".

Segundo Langer, há um esforço da Fetag e outras entidades para se chegar a uma fórmula de formação de preço e de remuneração mais justa aos produtores, levando em consideração as mudanças no mix de produtos na

área do leite nos últimos anos.

As informações são do Correio do Povo.

Veículo: MilkPoint

Link: <https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/rs-leite-ugt-sera-tributado-a-partir-de-2018-106036n.aspx>

Página: Notícias

Data: 05/07/2017



RS: leite tributado a partir de 2018

UHT será

A partir de 1º de janeiro de 2018 o leite UHT comercializado em todo o Rio Grande do Sul, até então isento de ICMS, passará a ser tributado em 18%. A modificação foi oficializada por meio do decreto nº 53.612, publicado na última sexta-feira (30/7) no Diário Oficial do Estado.

“Esperamos que a **tributação do leite UHT** dê condições de o Estado tornar-se competitivo em outros produtos lácteos”, comenta o secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Darlan Palharini, destacando que a ideia é valorizar o leite industrializado no Rio Grande do Sul.

A medida resulta de trabalho do Sindilat para ajustar a legislação vigente e esclarecer as dúvidas dos laticínios associados no que diz respeito à data de início da tributação. Em maio deste ano, o governo do Estado publicou a Lei nº 14.988 fazendo referência à data de 1º de janeiro de 2017 para início da tributação do leite UHT. Com o decreto, o prazo foi corrigido.

As informações são da Assessoria de Imprensa Sindilat.

Veículo: EdairyNews

Link: <http://edairynews.com/br/rs-leite-ugt-sera-tributado-partir-2018-53207/>

Página: Notícias

Data: 05/07/2017

RS: leite UHT será tributado a partir de 2018

RS/leite UHT A partir de 1º de janeiro de 2018 o leite UHT comercializado em todo o Rio Grande do Sul, até então isento de ICMS, passará a ser tributado em 18%.

RS: leite UHT será tributado a partir de 2018 A partir de 1º de janeiro de 2018 o leite UHT comercializado em todo o Rio Grande do Sul, até então isento de ICMS, passará a ser tributado em 18%. A modificação foi oficializada por meio do decreto nº 53.612, publicado na última sexta-feira (30/7) no Diário Oficial do Estado.

“Esperamos que a tributação do leite UHT dê condições de o Estado tornar-se competitivo em outros produtos lácteos”, comenta o secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Darlan Palharini,

destacando que a ideia é valorizar o leite industrializado no Rio Grande do Sul.

A medida resulta de trabalho do Sindilat para ajustar a legislação vigente e esclarecer as dúvidas dos laticínios associados no que diz respeito à data de início da tributação. Em maio deste ano, o governo do Estado publicou a Lei nº 14.988 fazendo referência à data de 1º de janeiro de 2017 para início da tributação do leite UHT. Com o decreto, o prazo foi corrigido.

Fonte: Assessoria de Imprensa Sindilat.

Veículo: Jornal Atualidades

Link: <http://www.jornalatualidades.net/entidades-ligadas-a-proteina-animal-planejam-viagem-a-asia/>

Página: Notícias

Data: 05/07/2017

Entidades ligadas à proteína animal planejam viagem à Ásia

Representantes de entidades ligadas à produção de proteína animal participaram de reunião para tratar de viagem à Ásia em novembro deste ano. A comitiva, coordenada pelas secretarias estaduais da Agricultura e

do Desenvolvimento Econômico, deve contar com lideranças da indústria da carne bovina, aves, suínos e leite. O encontro ocorreu nesta segunda-feira (3/7) pela manhã na Secretaria da Agricultura (Seapi).

Segundo o secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Darlan Palharini, os países da Ásia têm demanda por produtos lácteos. “Queremos conhecer mais detalhadamente qual é esta demanda. Uma das possibilidades é o mercado de queijos”, avalia. Outros produtos de valor agregado, como o leite A2A2, indicado para pessoas que apresentam alergia à proteína do leite, também tem potencial de exportação.

O secretário da Agricultura, Ernani Polo, destaca que o objetivo da missão à Ásia é apresentar o potencial do Rio Grande do Sul e prospectar novos mercados. Entretanto, ressalta o titular da pasta, esta foi uma primeira reunião para tratar da viagem. Nas próximas semanas, outros encontros devem ocorrer. Enquanto isso, a Seapi aguarda que as entidades do setor manifestem interesse em participar da missão.

Também estiveram presentes na reunião dirigentes do Sindicato da Indústria de Carnes do Rio Grande do Sul (Sicadergs) e da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), além de representantes da Famurs e Fiergs.

Fonte: Assessoria de Imprensa Sindilat

Veículo: GuiaLat

Link: http://guialat.com.br/?p=detalhar_noticia&id=603

Página: Notícias

Data: 05/07/2017



Entidades ligadas à proteína animal planejam viagem à Ásia

Segundo o secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini, os países da Ásia têm demanda por produtos lácteos.

Representantes de entidades ligadas à produção de proteína animal participaram de reunião para tratar de uma viagem à Ásia prevista para novembro deste ano. A comitiva, coordenada pelas secretarias estaduais da Agricultura e do Desenvolvimento Econômico, deve contar com lideranças da indústria da carne bovina, aves, suínos e leite. O encontro ocorreu nesta segunda-feira (3/7) pela manhã na Secretaria da Agricultura (Seapi).

Segundo o secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Darlan Palharini, os países da Ásia têm demanda por produtos lácteos. "Queremos conhecer mais detalhadamente qual é esta demanda. Uma das possibilidades é o mercado de queijos", avalia. Outros produtos de valor agregado, como o leite A2A2, indicado para pessoas que apresentam alergia à proteína do leite, também têm potencial de exportação.

O secretário da Agricultura, Ernani Polo, destaca que o objetivo da missão à Ásia é apresentar o potencial do Rio Grande do Sul e prospectar novos mercados. Entretanto, ressalta o titular da pasta, esta foi uma primeira reunião para tratar da viagem. Nas próximas semanas, outros encontros devem ocorrer. Enquanto isso, a Seapi aguarda que as entidades do setor manifestem interesse em participar da missão.

Também estiveram presentes na reunião dirigentes do Sindicato da Indústria de Carnes do Rio Grande do Sul (Sicadergs) e da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), além de representantes da Famurs e Fiergs.

Veículo: GuiaLat

Link: http://guialat.com.br/?p=detalhar_noticia&id=602

Página: Notícias

Data: 05/07/2017



Produção de leite não-alérgico é aposta para o mercado

Em uma passagem rápida pela área de lácteos dos supermercados é possível identificar uma grande oferta de produtos destinados a quem é intolerante à lactose. O mesmo não ocorre para o público que sofre de alergia à proteína do leite de vaca. Uma inovação, no entanto, está sendo gestada no Rio Grande do Sul para a produção de um leite “não-alérgico”.

O Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Rio Grande do Sul (Sindilat) anunciou no mês passado que irá desenvolver um projeto-piloto para atender a este nicho de mercado, que hoje é proibido de consumir leite de vaca. A medida poderá, no futuro, ser mais uma opção de diversificação do portfólio da indústria, de melhor remuneração dos produtores e de aumento na profissionalização das propriedades, já que exigiria um controle severo sobre esse leite diferenciado.

No momento, o Sindilat busca parcerias para o projeto-piloto. O secretário-executivo do sindicato, Darlan Palharini, diz que os estudos vão considerar que a produção deve ter viabilidade econômica e que, na ponta do consumo, mesmo no caso de dietas especiais, o leite não pode sofrer grandes alterações de preços.

A veterinária Roberta Züge foi a responsável por apresentar os detalhes da novidade do leite destinado a quem tem alergia à proteína, no último Fórum Itinerante do Leite, em junho, em Palmeira das Missões (RS). Ela explica que esta tecnologia já é disseminada na Austrália e Nova Zelândia, países onde inúmeras fazendas comercializam o produto. “Uma empresa australiana detinha patente deste leite, mas isto caiu em 2015 e agora esta tecnologia pode ser usada em qualquer rebanho do mundo. Só que no Brasil ainda carecemos de normativas”, comenta Roberta.

A produção de leite sem proteína passa por diversas etapas. As vacas da propriedade têm que passar por testes de genotipagem para verificar se produzem o leite com ou sem a proteína beta-caseína, que causa a alergia. Se o teste indicar a produção de leite tipo A2A2, sem a presença

do gene A1, significa que essa vaca serve para disponibilizar leite aos alérgicos. O custo do teste laboratorial para a genotipagem é de cerca de R\$ 70 por animal.

Num segundo momento, o produtor teria que segregar o rebanho A2A2 e ordenhá-lo separadamente. “Não muda nada no manejo, nem na alimentação deste gado”, esclarece Roberta. De acordo com a veterinária, as pesquisas indicam que, originalmente, todos os bovinos produziam apenas leite A2A2. No entanto, por conta de uma mutação genética, os animais começaram a apresentar também o tipo A1. Estudos apontam ainda que os animais de origem zebuína têm prevalência maior de leite A2A2 do que o gado de origem europeia.

A professora da área de Tecnologia de Leite e Derivados da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Neila Richards, estima, no entanto, que o custo deste leite não sairia por menos de R\$ 12 o litro, cerca de quatro vezes mais do que o longa vida integral. Ela observa que o produtor, o transportador, a agroindústria e o laticínio que vierem a trabalhar com o leite A2A2 terão que estabelecer um controle rigoroso para que não haja contato algum com o leite A1, que é o que provoca reações alérgicas principalmente em bebês e crianças pequenas.

“Só que para viabilizar o processamento deste leite pela indústria teria que ter uma quantidade expressiva. Possivelmente, o A2A2 terá um destino semelhante ao do leite de cabra pasteurizado, para um nicho de consumidores bem específico”, prevê Neila.

Para o médico alergista Gil Bardini Alves, a iniciativa é importante na medida em que permitiria às crianças alérgicas ingerirem o alimento. “Mas teria que ser um leite comercialmente acessível. Hoje um grande limitante das fórmulas para tratamento da alergia à proteína do leite de vaca disponíveis é o custo. Algumas fórmulas chegam a custar mais de R\$ 200 a lata”, repara.

Em Minas Gerais, há uma experiência em andamento há cerca de 2 anos. O Criatório Villefort desenvolve, em larga escala, o mapeamento de animais que produzem leite A2A2. O criador Virgílio Villefort conta que já foi analisada a genotipagem de beta-caseína de quase 7 mil cabeças das raças Gir Leiteiro e Guzerá em fazendas localizadas nas cidades de Jaíba e Morada Nova de Minas.

Atualmente, são produzidos 2 mil litros de leite A2A2 por dia nessas propriedades. Segundo Virgílio, crianças alérgicas já provaram deste leite e relataram não terem sentido sintomas após a ingestão. O mapeamento também visa selecionar reprodutores e doadoras com genótipos A2A2 para abastecer o mercado nacional. O criador acredita que, no futuro, este tipo

de leite terá um amplo alcance. “Em 25 anos, toda população mundial estará consumindo o leite A2A2”.

Diferenças devem ser conhecidas

O médico alergista Gil Bardini Alves diz que não se pode confundir a intolerância à lactose e a alergia à proteína do leite de vaca. A primeira atinge mais os adultos, enquanto que a segunda prevalece mais em bebês e crianças. Os sintomas da intolerância são apenas intestinais: diarreia, cólicas e barriga estufada.

Já a alergia à proteína do leite é mais grave e pode causar manchas na pele, inchaço nos olhos e na boca, vômito e falta de ar. “Após a ingestão, alguns pacientes com alergia à proteína do leite podem ter quadro de anafilaxia (choque anafilático) que, se não for tratado corretamente, pode levar ao óbito”, adverte. Para diagnosticar a intolerância à lactose, são usados exames de sangue ou o exame respiratório (teste do hidrogênio expirado).

Para diagnosticar a alergia é preciso fazer exames de sangue ou testes alérgicos. Mas Bardini explica que o exame referência, neste caso, é o de provocação oral, realizado em ambiente hospitalar por médico especialista. O paciente ingere quantidades crescentes do alimento e observa-se se há alguma reação.

Veículo: GuiaLat

Link: http://guialat.com.br/?p=detalhar_noticia&id=601

Página: Notícias

Data: 05/07/2017



As vendas de leite com baixo teor de lactose cresceram 40% em 2015 e mais 40% em 2016, revelaram dados da Associação Gaúcha de Supermercados (Agas). A comercialização desta variedade já corresponde a 5% do mercado de leite no Rio Grande do Sul.

Em contrapartida, o volume de vendas do tradicional leite longa vida caiu 5% do final de 2014 ao final de 2016. De olho na forma como o alimento tem transitado na mesa dos gaúchos, as indústrias se movimentam para atenuar o enfraquecimento das vendas e aproveitar as oportunidades que surgem com um novo nicho de mercado.

Diante da equação, os laticínios atuam em pelo menos três frentes. Em uma delas buscam ampliar o portfólio de produtos. Em outra tentam desfazer os mitos criados em torno do leite longa vida para que o consumo do "carro-chefe" volte a crescer. E na terceira apostam na área de pesquisa para atender as novas exigências dos consumidores, que são crescentes.

Levantamento do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados (Sindilat/RS) mostra que há potencial para fomentar o consumo no País. O brasileiro ingere, em média, 178 litros por ano. Os vizinhos argentinos e uruguaios consomem 203 e 242 litros, respectivamente. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) recomenda o consumo anual de 220 litros por pessoa.

O aumento do consumo, contudo, depende da melhoria do poder de compra dos gaúchos impactados pela crise econômica, da reconquista da confiança perdida pelas fraudes de adulteração do leite reveladas nos últimos anos e também da disseminação de mais informações sobre o alimento, que é fonte barata de diversos nutrientes. "De tempos em tempos, aparecem informações sobre vilões da alimentação, como já ocorreu com o ovo e com o glúten. Agora, a vilã da vez é a lactose.

Mesmo sem um diagnóstico, as pessoas ouvem falar da intolerância à lactose e da alergia à proteína do leite de vaca e acabam restringindo o leite das suas dietas", observa o médico alergista Gil Bardini Alves, integrante da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia.

Para a professora da área de Tecnologia de Leite e Derivados da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Neila Richards, dois terços das pessoas que preferem o leite com baixo teor de lactose são

influenciados por "moda" e não por necessidade. "O aumento exagerado do consumo do leite com baixo teor de lactose chega a ser um problema porque o organismo daquelas pessoas que não têm intolerância, quando fica muito tempo sem ingerir nada com lactose, começa a perder a enzima que tinha a função de quebrar o açúcar do leite", alerta.

A veterinária Roberta Züge, participante do Conselho Científico Agro Sustentável, recomenda que as pessoas busquem conhecer melhor os benefícios do leite. "Muitas vezes, circulam informações contrárias ao leite que são totalmente prejudiciais para aqueles que deixam de ingeri-lo. A conta vem com o tempo", adverte. Segundo a FAO, o leite contém proteínas, calorias, cálcio, magnésio, selênio, riboflavina e vitaminas A, B5, B12, C e D.

Valor agregado

Se a lactose é motivo para uma parcela de consumidores refutarem o tradicional leite longa vida, ela também abre oportunidades de mercado para os laticínios. O presidente do Sindilat e do Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado (Conseleite), Alexandre Guerra, afirma que grande parte das indústrias já tem em seus portfólios produtos especiais. Para elaborá-los, as indústrias reduzem os níveis de lactose do leite, mas preservam todos os outros nutrientes.

Segundo Guerra, em 2016, uma parcela de 2,5% do total de leite processado no Brasil era destinada às linhas especiais, sobretudo para a de baixo teor de lactose. Em 2017, o percentual passou para 3,3%. "É uma oportunidade que existe para as indústrias e para os produtores. Quando uma empresa lança um novo produto, ela consegue agregar valor, ter uma margem diferenciada de lucro e remunerar melhor o fornecedor da matéria-prima", ressaltava Guerra, que também é diretor administrativo e financeiro da Cooperativa Santa Clara. Em 2014, a empresa disponibilizou ao mercado o leite zero lactose e, na sequência, queijos, nata e doce de leite.

Atenta às tendências de consumo, a Cooperativa Piá também embarcou nesse mercado. De dois anos para cá, lançou leite, iogurte, requeijão, doce de leite e, mais recentemente, o achocolatado, tudo voltado para o público que restringe lactose na alimentação.

O presidente da Piá, Jeferson Smaniotto, diz que o mercado desse tipo de produto cresce na ordem de dois pontos percentuais ao ano. Segundo o executivo, os itens da linha especial saem da indústria com valor maior porque é necessário considerar os custos de produção mais elevados, bem como o tempo de fabricação, já que se inclui no processo industrial a etapa do uso da lactase, enzima que transforma a lactose em glicose.

O assessor de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), Márcio Roberto Langer, confirma que o produtor de leite consegue ser melhor remunerado na medida em que surgem novos produtos no mercado. No entanto, vai depender muito da região onde ele está inserido. "As marcas atentas às tendências estão muito concentradas no Vale do Taquari, na Serra e no Norte do Estado. Lá, há uma disputa mais acirrada pelo leite dos produtores, principalmente aqueles com melhor qualidade".

Segundo Langer, há um esforço da Fetag e outras entidades para se chegar a uma fórmula de formação de preço e de remuneração mais justa aos produtores, levando em consideração as mudanças no mix de produtos na área do leite nos últimos anos.

Veículo: GuiaLat

Link: http://guialat.com.br/?p=detalhar_noticia&id=600

Página: Notícias
Data: 05/07/2017



Leite UHT será tributado a partir de 2018 no RS

A partir de 1º de janeiro de 2018 o leite UHT comercializado em todo o Rio Grande do Sul, até então isento de ICMS, passará a ser tributado em 18%. A modificação foi oficializada por meio do decreto nº 53.612, publicado na última sexta-feira (30/7) no Diário Oficial do Estado.

“Esperamos que a tributação do leite UHT dê condições de o Estado tornar-se competitivo em outros produtos lácteos”, comenta o secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Darlan Palharini, destacando que a ideia é valorizar o leite industrializado no Rio Grande do Sul.

A medida resulta de trabalho do Sindilat para ajustar a legislação vigente e esclarecer as dúvidas dos laticínios associados no que diz respeito à data de início da tributação. Em maio deste ano, o governo do Estado publicou a Lei nº 14.988 fazendo referência à data de 1º de janeiro de 2017 para início da tributação do leite UHT. Com o decreto, o prazo foi corrigido.

Veículo: AgroNovas

Link: <http://www.agronovas.com.br/embrapa-e-sindilat-revisam-metodologia-de-projeto-dos-medidores/>

Página: Notícias

Data: 06/07/2017



EMBRAPA E SINDILAT REVISAM METODOLOGIA DE PROJETO DOS MEDIDORES

Reunidos na tarde desta terça-feira (4/7), representantes do Sindilat e da Embrapa debateram a necessidade de revisão no projeto que avalia a qualidade e confiabilidade dos medidores de vasão e coleta automática de amostras acoplados aos caminhões tanque em operação no Rio Grande do Sul. Iniciado efetivamente há cerca de um ano e meio, o projeto enfrentou dificuldades logísticas e de adaptação da tecnologia europeia à realidade gaúcha.

Ao lado do chefe geral da Embrapa Clima Temperado, Clênio Pillon, a pesquisadora em Qualidade do Leite Maira Zanela apresentou resultados parciais coletados ontem em Porto Alegre. Contudo, para obter conclusões será preciso readequar o projeto, revisando amostragem das rotas de coleta e operações. O presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, ressaltou a importância da iniciativa, que busca dar mais exatidão no controle tanto para quem produz quanto para a sociedade. “Vamos revisar o projeto para que possamos ter dele os resultados”, salientou. O secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, lembrou que a ideia é apresentar um estudo aos laticínios sobre a viabilidades dos equipamentos. Atualmente, há um equipamento em operação na Cooperativa Piá e dois na Languiru.

O projeto “Metodologia de Coleta de Automática de Amostras de Leite” teve início em 2016 em uma parceria entre o Sindilat, a Embrapa Clima Temperado e Cosulati. A ideia, na época, era testar equipamentos de cinco empresas (Bartec, Fabbo Bombas, Arsopi, Gea Equipamentos e Gimenez) e traçar um comparativo com os resultados obtidos pelo sistema convencional de amostras (manual). Contudo, nem todos os equipamentos foram instalados como previsto para testagem. (Fonte: Assessoria de Imprensa Sindilat)

Veículo: AgroNovas

Link: <http://www.agronovas.com.br/mapa-apresenta-plano-para-retirada-da-vacinacao-contra-aftosa/>

Página: Notícias

Data: 06/07/2017



MAPA APRESENTA PLANO PARA RETIRADA DA VACINAÇÃO CONTRA AFTOSA

De olho no mercado externo e nas potencialidades que podem ser abrir ao Brasil, o Ministério da Agricultura dará início, neste segundo semestre, à fase de execução de seu plano de retirada da vacinação contra febre aftosa do rebanho nacional. O projeto foi detalhado nesta terça-feira (4/7), em reunião no Ministério da Agricultura. O encontro contou com a presença do presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, do diretor Renato Kreimeier, e do secretário-

executivo, Darlan Palharini. Segundo Guerra, o rebanho bovino brasileiro é referência em qualidade e também em sanidade. “Precisamos avançar sempre em busca de novos mercados”, pontuou.

Segundo o coordenador do Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa (PNEFA) do Mapa, Plínio Lopes, a meta é suspender a imunização integralmente até 2021 e ter o status de livre de vacinação reconhecido pela OIE em 2023. Para isso, a execução do projeto começa já no segundo semestre deste ano com a regionalização das ações. Em agosto, o Mapa irá retirar a cepa C da vacina contra febre aftosa usada no país, o que, na prática, quer dizer que, na campanha de maio de 2018, as doses aplicadas no rebanho já serão bivalentes. Outra mudança em curso é a redução de volume das doses para 2 ml com o objetivo de evitar inflamações e reduzir perdas.

As operações começarão com a organização do território nacional em cinco blocos de acordo com peculiaridades geográficas e efetivo técnico. Os primeiros estados a retirarem a vacinação serão Acre e Rondônia, com previsão para o primeiro semestre de 2019. Em junho de 2020, será a vez de Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. Em 2021, o trabalho se completa com o fim da imunização na Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Sergipe, São Paulo, Tocantins e Rio Grande do Sul.

O coordenador do programa ainda acrescentou que todo o trabalho será coordenado por um grupo nacional composto de representantes do setor e que terá respaldo em fóruns regionais de debate. Lopes garantiu que se esse colegiado

julgar que o país não está em condições de “dar esse passo” ele será soberano e a vacina não será retirada. Questionado sobre a metodologia de composição desses grupos, Lopes disse que ainda não há definição.

Veículo: Página Rural

Link: <http://www.paginarural.com.br/noticia/245183/embrapa-e-sindilat-revisam-metodologia-de-projeto-dos-medidores>

Página: Notícias

Data: 06/07/2017



RS: Embrapa e Sindilat revisam metodologia de projeto dos medidores

Porto Alegre/RS

Reunidos na tarde desta terça-feira (04), representantes do Sindilat e da Embrapa debateram a necessidade de revisão no projeto que avalia a qualidade e confiabilidade dos medidores de vasão e coleta automática de amostras acoplados aos caminhões tanque em operação no Rio Grande do Sul. Iniciado efetivamente há cerca de um ano e meio, o projeto enfrentou dificuldades logísticas e de adaptação da tecnologia europeia à realidade gaúcha.

Ao lado do chefe geral da Embrapa Clima Temperado, Clênio Pillon, a pesquisadora em Qualidade do Leite Maira Zanela apresentou resultados parciais coletados ontem em Porto Alegre. Contudo, para obter conclusões será preciso readequar o projeto, revisando amostragem das rotas de coleta e operações.

O presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, ressaltou a importância da iniciativa, que busca dar mais exatidão no controle tanto para quem produz quanto para a sociedade. "Vamos revisar o projeto para que possamos ter dele os resultados", salientou.

O secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, lembrou que a ideia é apresentar um estudo aos laticínios sobre a viabilidades dos equipamentos. Atualmente, há um equipamento em operação na Cooperativa Piá e dois na Languiru. O projeto "Metodologia de Coleta de Automática de Amostras de Leite" teve início em 2016 em uma parceria entre o Sindilat, a Embrapa Clima Temperado e Cosulati. A ideia, na época, era testar equipamentos de cinco empresas (Bartec, Fabbo Bombas, Arsopi, Gea Equipamentos e Gimenez) e traçar um comparativo com os resultados obtidos pelo sistema convencional de amostras (manual). Contudo, nem todos os equipamentos foram instalados como previsto para testagem.

Fonte: Sindicato da Indústria de Laticínios (Sindilat/RS)

Veículo: O LEITE

Link: <http://www.oleite.com.br/Noticia/-producao-de-leite-2522nao-alergico2522-e-aposta-para-o-mercado-497255>

Página: Notícias

Data: 06/07/2017

Produção de leite "não-alérgico" é aposta para o mercado

Em uma passagem rápida pela área de lácteos dos supermercados é possível identificar uma grande oferta de produtos destinados a quem é intolerante à lactose.

O mesmo não ocorre para o público que sofre de alergia à proteína do leite de vaca. Uma inovação, no entanto, está sendo gestada no Rio Grande do Sul para a produção de um leite “não-alérgico”.

O Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Rio Grande do Sul (Sindilat) anunciou no mês passado que irá desenvolver um projeto-piloto para atender a este nicho de mercado, que hoje é proibido de consumir leite de vaca. A medida poderá, no futuro, ser mais uma opção de diversificação do portfólio da indústria, de melhor remuneração dos produtores e de aumento na profissionalização das propriedades, já que exigiria um controle severo sobre esse leite diferenciado.

No momento, o Sindilat busca parcerias para o projeto-piloto. O secretário-executivo do sindicato, Darlan Palharini, diz que os estudos vão considerar que a produção deve ter viabilidade econômica e que, na ponta do consumo, mesmo no caso de dietas especiais, o leite não pode sofrer grandes alterações de preços.

A veterinária Roberta Züge foi a responsável por apresentar os detalhes da novidade do leite destinado a quem tem alergia à proteína, no último Fórum Itinerante do Leite, em junho, em Palmeira das Missões (RS). Ela explica que esta tecnologia já é disseminada na Austrália e Nova Zelândia, países onde inúmeras fazendas comercializam o produto. “Uma empresa australiana detinha patente deste leite, mas isto caiu em 2015 e agora esta tecnologia pode ser usada em qualquer rebanho do mundo. Só que no Brasil ainda carecemos de normativas”, comenta Roberta.

A produção de leite sem proteína passa por diversas etapas. As vacas da propriedade têm que passar por testes de genotipagem para verificar se produzem o

leite com ou sem a proteína beta-caseína, que causa a alergia. Se o teste indicar a produção de leite tipo A2A2, sem a presença do gene A1, significa que essa vaca serve para disponibilizar leite aos alérgicos. O custo do teste laboratorial para a genotipagem é de cerca de R\$ 70 por animal.

Num segundo momento, o produtor teria que segregar o rebanho A2A2 e ordenhá-lo separadamente. “Não muda nada no manejo, nem na alimentação deste gado”, esclarece Roberta. De acordo com a veterinária, as pesquisas indicam que, originalmente, todos os bovinos produziam apenas leite A2A2. No entanto, por conta de uma mutação genética, os animais começaram a apresentar também o tipo A1. Estudos apontam ainda que os animais de origem zebuína têm prevalência maior de leite A2A2 do que o gado de origem europeia.

A professora da área de Tecnologia de Leite e Derivados da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Neila Richards, estima, no entanto, que o custo deste leite não sairia por menos de R\$ 12 o litro, cerca de quatro vezes mais do que o longa vida integral. Ela observa que o produtor, o transportador, a agroindústria e o laticínio que vierem a trabalhar com o leite A2A2 terão que estabelecer um controle rigoroso para que não haja contato algum com o leite A1, que é o que provoca reações alérgicas principalmente em bebês e crianças pequenas.

“Só que para viabilizar o processamento deste leite pela indústria teria que ter uma quantidade expressiva. Possivelmente, o A2A2 terá um destino semelhante ao do leite de cabra pasteurizado, para um nicho de consumidores bem específico”, prevê Neila.

Para o médico alergista Gil Bardini Alves, a iniciativa é importante na medida em que permitiria às crianças alérgicas ingerirem o alimento. “Mas teria que ser um leite comercialmente acessível. Hoje um grande limitante das fórmulas para tratamento da alergia à proteína do leite de vaca disponíveis é o custo. Algumas fórmulas chegam a custar mais de R\$ 200 a lata”, repara.

Em Minas Gerais, há uma experiência em andamento há cerca de 2 anos. O Criatório Villefort desenvolve, em larga escala, o mapeamento de animais que produzem leite A2A2. O criador Virgílio Villefort conta que já foi analisada a genotipagem de beta-caseína de quase 7 mil cabeças das raças Gir Leiteiro e Guzerá em fazendas localizadas nas cidades de Jaíba e Morada Nova de Minas.

Atualmente, são produzidos 2 mil litros de leite A2A2 por dia nessas propriedades. Segundo Virgílio, crianças alérgicas já provaram deste leite e relataram não terem sentido sintomas após a ingestão. O mapeamento também visa selecionar reprodutores e doadoras com genótipos A2A2 para abastecer o mercado nacional. O criador acredita que, no futuro, este tipo de leite terá um amplo alcance. “Em 25 anos, toda população mundial estará consumindo o leite A2A2”.

Diferenças devem ser conhecidas

O médico alergista Gil Bardini Alves diz que não se pode confundir a intolerância à lactose e a alergia à proteína do leite de vaca. A primeira atinge mais os adultos, enquanto que a segunda prevalece mais em bebês e crianças. Os sintomas da intolerância são apenas intestinais: diarreia, cólicas e barriga estufada.

Já a alergia à proteína do leite é mais grave e pode causar manchas na pele, inchaço nos olhos e na boca, vômito e falta de ar. “Após a ingestão, alguns pacientes com alergia à proteína do leite podem ter quadro de anafilaxia (choque anafilático) que, se não for tratado corretamente, pode levar ao óbito”, adverte. Para diagnosticar a intolerância à lactose, são usados exames de sangue ou o exame respiratório (teste do hidrogênio expirado).

Para diagnosticar a alergia é preciso fazer exames de sangue ou testes alérgicos. Mas Bardini explica que o exame referência, neste caso, é o de provocação oral, realizado em ambiente hospitalar por médico especialista. O paciente ingere quantidades crescentes do alimento e observa-se se há alguma reação.

Fonte: Correrio do Povo

<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Rural/2017/7/6/21792/Producao-de-leite-naoalergico-e-aposta-para-o-mercado>

Veículo: MilkPoint

Link: <https://www.milkpoint.com.br/industria/cadeia-do-leite/giro-de-noticias/embrapa-e-sindilat-revisam-metodologia-de-projeto-dos-medidores-106091n.aspx>

Página: Notícias

Data: 07/07/2017



Embrapa e Sindilat revisam metodologia de projeto dos medidores

Reunidos na tarde desta terça-feira (4/7), representantes do Sindilat e da Embrapa debateram a necessidade de revisão no projeto que avalia a **qualidade e confiabilidade dos medidores de vasão e coleta automática de amostras** acoplados aos caminhões tanque em operação no Rio Grande do Sul. Iniciado efetivamente há cerca de um ano e meio, o projeto enfrentou dificuldades logísticas e de adaptação da tecnologia europeia à realidade gaúcha.

Ao lado do chefe geral da Embrapa Clima Temperado, Clênio Pillon, a pesquisadora em Qualidade do Leite Maira Zanela apresentou resultados parciais coletados ontem em Porto Alegre. Contudo, para obter conclusões será preciso readequar o projeto, revisando amostragem das rotas de coleta e operações.

O presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, ressaltou a importância da iniciativa, que busca dar mais exatidão no controle tanto para quem produz quanto para a sociedade. "Vamos revisar o projeto para que possamos ter dele os resultados", salientou. O secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, lembrou que a ideia é apresentar um estudo aos laticínios sobre a viabilidades dos equipamentos. Atualmente, há um equipamento em operação na Cooperativa Piá e dois na Languiru.

O projeto "**Metodologia de Coleta de Automática de Amostras de Leite**" teve início em 2016 em uma parceria entre o Sindilat, a Embrapa Clima Temperado e Cosulati. A ideia, na época, era testar equipamentos de cinco empresas (Bartec, Fabbo Bombas, Arsopi, Gea Equipamentos e Gimenez) e traçar um comparativo com os resultados obtidos pelo sistema convencional de amostras (manual). Contudo, nem todos os equipamentos foram instalados como previsto para testagem.

As informações são da Assessoria de Imprensa Sindilat.

Veículo: MilkPoint

Link: <https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/mapa-apresenta-plano-para-retirada-da-vacinacao-contra-aftosa-106090n.aspx>

Página: Notícias

Data: 07/07/2017



Mapa apresenta plano para retirada da vacinação contra aftosa

De olho no mercado externo e nas potencialidades que podem ser abrir ao Brasil, o Ministério da Agricultura dará início, neste segundo semestre, à fase de execução de seu plano de **retirada da vacinação contra febre aftosa** do rebanho nacional. O projeto foi detalhado nesta terça-feira (4/7), em reunião no Ministério da Agricultura. O encontro contou com a presença do presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, do diretor Renato Kreimeier, e do secretário-executivo, Darlan Palharini. Segundo Guerra, o rebanho bovino brasileiro é referência em qualidade e também em sanidade. "Precisamos avançar sempre em busca de novos mercados", pontuou.

Segundo o coordenador do Programa Nacional de Erradicação de Febre

Aftosa (PNEFA) do Mapa, Plínio Lopes, a meta é suspender a imunização integralmente até 2021 e ter o status de livre de vacinação reconhecido pela OIE em 2023. Para isso, a execução do projeto começa já no segundo semestre deste ano com a regionalização das ações. Em agosto, o Mapa irá retirar a cepa C da vacina contra febre aftosa usada no país, o que, na prática, quer dizer que, na campanha de maio de 2018, as doses aplicadas no rebanho já serão bivalentes. Outra mudança em curso é a redução de volume das doses para 2 ml com o objetivo de evitar inflamações e reduzir perdas.

As operações começarão com a organização do território nacional em cinco blocos de acordo com peculiaridades geográficas e efetivo técnico. Os primeiros estados a retirarem a vacinação serão Acre e Rondônia, com previsão para o primeiro semestre de 2019. Em junho de 2020, será a vez de Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. Em 2021, o trabalho se completa com o fim da imunização na Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Sergipe, São Paulo, Tocantins e Rio Grande do Sul.

O coordenador do programa ainda acrescentou que todo o trabalho será coordenado por um grupo nacional composto de representantes do setor e que terá respaldo em fóruns regionais de debate. Lopes garantiu que se esse colegiado julgar que o país não está em condições de "dar esse passo" ele será soberano e a vacina não será retirada. Questionado sobre a metodologia de composição desses grupos, Lopes disse que ainda não há definição.

As informações são da Assessoria de Imprensa Sindilat

Veículo: O Leite

Link: <http://www.oleite.com.br/Noticia/rs253a-embrapa-e-sindilat-revisam-metodologia-de-projeto-dos-medidores-497463>

Página: Notícias

Data: 07/07/2017

RS: Embrapa e Sindilat revisam metodologia de projeto dos medidores

Porto Alegre/RS

Reunidos na tarde desta terça-feira (04), representantes do Sindilat e da Embrapa debateram a necessidade de revisão no projeto que avalia a qualidade e confiabilidade dos medidores de vasão e coleta automática de

amostras acoplados aos caminhões tanque em operação no Rio Grande do Sul. Iniciado efetivamente há cerca de um ano e meio, o projeto enfrentou dificuldades logísticas e de adaptação da tecnologia europeia à realidade gaúcha.

Ao lado do chefe geral da Embrapa Clima Temperado, Clênio Pillon, a pesquisadora em Qualidade do Leite Maira Zanela apresentou resultados parciais coletados ontem em Porto Alegre. Contudo, para obter conclusões será preciso readequar o projeto, revisando amostragem das rotas de coleta e operações.

O presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, ressaltou a importância da iniciativa, que busca dar mais exatidão no controle tanto para quem produz quanto para a sociedade. "Vamos revisar o projeto para que possamos ter dele os resultados", salientou.

O secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, lembrou que a ideia é apresentar um estudo aos laticínios sobre a viabilidades dos equipamentos. Atualmente, há um equipamento em operação na Cooperativa Piá e dois na Languiru.

O projeto "Metodologia de Coleta de Automática de Amostras de Leite" teve início em 2016 em uma parceria entre o Sindilat, a Embrapa Clima Temperado e Cosulati. A ideia, na época, era testar equipamentos de cinco empresas (Bartec, Fabbo Bombas, Arsopi, Gea Equipamentos e Gimenez) e traçar um comparativo com os resultados obtidos pelo sistema convencional de amostras (manual). Contudo, nem todos os equipamentos foram instalados como previsto para testagem.

Fonte: Sindicato da Indústria de Laticínios (Sindilat/RS)

Veículo: Guialat

Link: http://guialat.com.br/?p=detalhar_noticia&id=633

Página: Notícias

Data: 07/07/2017



Embrapa e Sindilat revisam metodologia de projeto dos medidores

Reunidos na tarde desta terça-feira (4/7), representantes do Sindilat e da Embrapa debateram a necessidade de revisão no projeto que avalia a qualidade e confiabilidade dos medidores de vasão e coleta automática de

amostras acoplados aos caminhões tanque em operação no Rio Grande do Sul. Iniciado efetivamente há cerca de um ano e meio, o projeto enfrentou dificuldades logísticas e de adaptação da tecnologia europeia à realidade gaúcha.

Ao lado do chefe geral da Embrapa Clima Temperado, Clênio Pillon, a pesquisadora em Qualidade do Leite Maira Zanela apresentou resultados parciais coletados ontem em Porto Alegre. Contudo, para obter conclusões será preciso readequar o projeto, revisando amostragem das rotas de coleta e operações.

O presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, ressaltou a importância da iniciativa, que busca dar mais exatidão no controle tanto para quem produz quanto para a sociedade. "Vamos revisar o projeto para que possamos ter dele os resultados", salientou. O secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, lembrou que a ideia é apresentar um estudo aos laticínios sobre a viabilidades dos equipamentos. Atualmente, há um equipamento em operação na Cooperativa Piá e dois na Languiru.

O projeto "Metodologia de Coleta de Automática de Amostras de Leite" teve início em 2016 em uma parceria entre o Sindilat, a Embrapa Clima Temperado e Cosulati. A ideia, na época, era testar equipamentos de cinco empresas (Bartec, Fabbo Bombas, Arsopi, Gea Equipamentos e Gimenez) e traçar um comparativo com os resultados obtidos pelo sistema convencional de amostras (manual). Contudo, nem todos os equipamentos foram instalados como previsto para testagem.

Veículo: Guialat

Link: http://guialat.com.br/?p=detalhar_noticia&id=632

Página: Notícias

Data: 07/07/2017

Mapa



**apresenta
programa**

nacional de febre aftosa

De olho no mercado externo e nas potencialidades que podem ser abrir ao Brasil, o Ministério da Agricultura dará início, neste segundo semestre, à

fase de execução de seu plano de retirada da vacinação contra febre aftosa do rebanho nacional. O projeto foi detalhado nesta terça-feira (4/7), em reunião no Ministério da Agricultura. O encontro contou com a presença do presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, do diretor Renato Kreimeier, e do secretário-executivo, Darlan Palharini. Segundo Guerra, o rebanho bovino brasileiro é referência em qualidade e também em sanidade. "Precisamos avançar sempre em busca de novos mercados", pontuou.

Segundo o coordenador do Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa (PNEFA) do Mapa, Plínio Lopes, a meta é suspender a imunização integralmente até 2021 e ter o status de livre de vacinação reconhecido pela OIE em 2023. Para isso, a execução do projeto começa já no segundo semestre deste ano com a regionalização das ações. Em agosto, o Mapa irá retirar a cepa C da vacina contra febre aftosa usada no país, o que, na prática, quer dizer que, na campanha de maio de 2018, as doses aplicadas no rebanho já serão bivalentes. Outra mudança em curso é a redução de volume das doses para 2 ml com o objetivo de evitar inflamações e reduzir perdas.

As operações começarão com a organização do território nacional em cinco blocos de acordo com peculiaridades geográficas e efetivo técnico. Os primeiros estados a retirarem a vacinação serão Acre e Rondônia, com previsão para o primeiro semestre de 2019. Em junho de 2020, será a vez de Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. Em 2021, o trabalho se completa com o fim da imunização na Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Sergipe, São Paulo, Tocantins e Rio Grande do Sul.

O coordenador do programa ainda acrescentou que todo o trabalho será coordenado por um grupo nacional composto de representantes do setor e que terá respaldo em fóruns regionais de debate. Lopes garantiu que se esse colegiado julgar que o país não está em condições de "dar esse passo" ele será soberano e a vacina não será retirada. Questionado sobre a metodologia de composição desses grupos, Lopes disse que ainda não há definição. [Clique aqui](#) e acesse o plano na íntegra.

Veículo: Informativo

Link: <https://www.informativo.com.br/geral/brasil-exporta-apenas-25p-da-quantidade-de-leite-que-importa,43707.jhtml>

Página: Notícias

Data: 10/07/2017

Brasil exporta apenas 25% da quantidade de leite que importa

Vale do Taquari - O produtor Astério Fell (63) não teve coragem de esperar mais, para ver se um dia a "coisa" melhora para quem produz leite. Desde 2015, encerrou a ordenha diária de 200 litros de leite e passou a dedicar-se ao gado de corte. Com cliente fixo e preço em alta, todo ano ele manda para o abate cerca de dez cabeças de boi.

Junto com a aposentadoria dele e da esposa, dá para viver bem, na propriedade de Arroio do Ouro, no interior de Estrela. O casal Fell dá corpo a um universo de 30 mil produtores de leite que, nos três estados do Sul, abandonam o ofício, todos os anos. Cansado de "pagar" para trabalhar, ele deixou a atividade na qual dedicou mais de 30 anos de luta. "Eu estava sempre no

vermelho. Havia meses em que tínhamos que usar o dinheiro da aposentadoria para a produção."

Além disso, Fell viu os dois filhos saírem pela porteira da propriedade, abandonando a atividade para encontrar uma vida melhor. "Hoje eles têm uma madeireira, vendem tudo pela internet, é coisa fina. Quando eles precisam eu vou lá ajudar."

Fell deixou a incerteza e a dificuldade diárias, compartilhada entre os produtores e a própria indústria. "Não conseguimos mais produzir com qualidade, equipar a nossa propriedade e conviver com valores tão baixos. Por isso, encerramos a produção, junto com várias outras famílias da região."

Sobre a incerteza

Conforme o presidente da Regional Intersindical dos Trabalhadores Rurais, Luciano Carminatti, a incerteza que fez Fell, de Estrela, parar com o leite é hoje o pior sentimento do produtor da região. Segundo ele, são diversos fatores, que vão desde as políticas públicas, que vão na contramão do produtor, até a morosidade do governo em tomar uma medida enérgica para controlar a quantidade de leite importado no mercado.

"No primeiro trimestre deste ano, o volume de leite importado que entrou no Estado é três vezes maior do que o mesmo importado nos três primeiros meses de 2016. E o pior de tudo é que o próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) afirma que a importação está abaixo do normal."

Carminatti critica o governo gaúcho. Segundo ele, falta protecionismo à produção, na guerra fiscal os laticínios do Rio Grande do Sul saem em desvantagem. "E o conselho do leite, que deveria ter parâmetros mais rígidos para negociar o preço médio do leite, não o faz."

O Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Rio Grande do Sul (Conseleite/RS) é a entidade representativa que discute com todos os elos da cadeia produtiva o preço médio do leite. Segundo a última cotação, do início de junho, o valor do produto no mercado gira em torno de R\$ 1,15 por litro.

No Paraná, por exemplo, o conselho responsável pelo preço fixa o valor em R\$ 1,40. "O que há de diferente naquele estado? Será que o leite do Paraná é melhor?"

A safra

"O ideal seria R\$ 1,40 nesta época do ano. Na entressafra, o preço nunca baixa tanto. Difícil pensar de como será em agosto e setembro, quando a produção aumenta e o preço sempre despenca", pontua Luciano Carminatti.

Ocorre que, a partir de agosto, o volume de pasto aumenta. Junto com isso, o clima mais ameno favorece a produção maior por vaca, até dezembro. "É difícil pensar o que será do produtor nesta época, se agora já estamos em meio a um sério problema de

remuneração."

Para evitar um colapso, em meio a época em que mais se produz leite na região, a Intersindical quer juntar forças com os conselhos e entidades do Vale. "Nós estamos em contato com o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari e com a Associação dos Municípios, juntos eles têm força para nos representar e fazer mais pela produção de leite na região."

Cinco desafios, segundo a indústria

Alexandre Guerra preside o Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Rio Grande do Sul (Sindilat). Segundo ele, são vários fatores que afetam a produção e o beneficiamento do leite no Estado. Um deles, ligado à característica da produção gaúcha.

"O Rio Grande do Sul é um exportador de leite, mas está em um país que importa o produto, por conta da insuficiência na produção. No primeiro semestre de 2017, o Brasil exportou 28 mil toneladas, mas comprou de fora, cem mil. A maioria de leite em pó, para hidratar aqui", destaca.

O estado junto com Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Goiás é autossuficiente na produção de leite. Porém, os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro são grandes consumidores e praticamente não produzem. "Por conta disso, precisamos importar. Mas para não prejudicar a produção local, o governo precisa mudar a forma de importação e viabilizar a compra de leite dos mercados produtores, como o Rio Grande do Sul."

As medidas

Guerra elenca cinco medidas para estancar o problema do leite no Estado. A primeira delas é a moderação na importação. Antes de importar, a ideia é que os mercados consumidores busquem no mercado interno a oferta de leite.

"O governo também pode fazer compras para aliviar a pressão no setor produtivo. Já a indústria e o produtor precisam inovar. Precisamos elevar a qualidade, a produtividade e criar produtos de valor agregado, que mesmo em meio ao consumo menor, têm espaço no supermercados."

Completando o conjunto de medidas propostas pela indústria gaúcha, elevar a eficiência na produção e modificar a tributação dos produtos são desafios a serem vencidos. "Em janeiro do ano que vem entrará em vigor a cobrança de ICMS sobre o leite. No entanto, nós iremos nos beneficiar dos créditos presumidos, que fará justiça na hora de vender nossos produtos fora do Estado."

Pressão na Assembleia

A Comissão de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo da Assembleia Legislativa pede a imediata revogação de dois decretos estaduais de 2016 que reduziram a alíquota de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), na compra de leite fora do Brasil, especialmente do Uruguai.

O aumento da importação foi viabilizado por dois decretos do governador José Ivo Sartori, editados em 2016. O primeiro deles reduziu a alíquota de 18% para 12%. O seguinte baixou para 4% para as empresas com sede no Rio Grande do Sul, e que transferem leite em pó para a industrialização em outros estados e que tem vigência até 31 de agosto deste ano.

De acordo com a comissão, calcula-se que desde o ano passado 65 mil toneladas do produto tenham chegado ao estado ao preço de R\$ 1,28 em função da desoneração. Para os produtores locais, a alíquota permanecesse em 18%. Com isso, a estimativa de custo é de R\$ 1,51 o litro. Portanto, para fazer frente ao leite do Uruguai, por exemplo, o produtor gaúcho iria ter que comercializar o litro de leite a R\$ 0,80.

Cota máxima

Os deputados querem que seja estabelecida uma cota máxima de importações do país vizinho, a retomada das atividades do Instituto Gaúcho do Leite (IGL) e do Fundoleite, com volume expressivo de recursos, e a retirada do PL 214, que reduz a apropriação de créditos presumidos. A ideia é apresentar estas reivindicações em audiência com o governador José Ivo Sartori, à bancada federal gaúcha e ao Ministério do Desenvolvimento Econômico.

Segundo dados da Associação Gaúcha de Laticinistas e Laticínios (AGL), a importação de leite em pó uruguaio pelo Brasil aumentou de 19 mil para 99 mil toneladas de 2015 a 2016. O Rio Grande do Sul é o maior comprador, responsável pela importação de 50 mil toneladas em 2016, 331% a mais do que em 2014. O maior volume foi adquirido pela Conaprole, cooperativa uruguaia de produtores que mantém um depósito no município de Ivoti, seguida pela Nestlé e pela Lactalis.

Em questão

O secretário Estadual da Agricultura, Ernani Polo, comenta as dificuldades que o setor produtivo enfrenta e os desafios do governo gaúcho em manter ativa a produção de leite e unificar todos os elos da cadeia produtiva.

1 - O Informativo do Vale - A crise do leite ficou mais acentuada em 2016, quando o volume de leite importado começou a entrar em maior quantidade no Estado. No ano passado, o que o governo gaúcho fez para conter, ou pelo menos, reduzir este problema?

Ernani Polo - Quem faz o regramento sobre importações é a esfera federal, considerando que, pela relação do Mercosul e Organização Mundial do Comércio (OMC), existe por parte destes acordos a exigência do livre comércio. Por exemplo, com a Argentina existem cotas para leite em pó, que é um acordo privado, o que já não ocorre com o Uruguai. Este livre comércio, então, possibilita o ingresso e a saída de produtos dos países membros, o que pode gerar distorções e impactos em alguns setores como o leite. O que o governo do Estado tem feito é criar políticas públicas para incentivar a transformação do leite em produtos com valor agregado. Por exemplo, foi criado um incentivo para produtos como requeijão, creme de leite, leite condensado, queijo e manteiga, para saída do Estado com uma diferenciação tributária, com o objetivo de estimular que o Estado exporte mais produtos com valor agregado e menos leite UHT. Também foi aprovado um projeto criando uma tributação para o leite UHT que ingressa no Estado, inclusive o importado, como uma forma de proteção ao

setor leiteiro aqui no Rio Grande do Sul.

2 - O Informativo do Vale - Sendo o Rio Grande do Sul a segunda maior bacia leiteira do país, atividade que está em praticamente 80% das propriedades rurais de pequeno porte, como o Estado pode agir para proteger esta cadeia econômica?

Polo - O governo do Estado realiza um trabalho permanente de assistência técnica e extensão, por meio de órgãos como a Emater-RS/Ascar, buscando reconhecer que várias instituições e associações, como universidades, cooperativas e indústrias, realizam um trabalho de aprimorar o manejo nas propriedades, na busca de uma melhor condição para o produtor continuar na atividade.

Também é inegável que a profissionalização e a exigência por qualidade é maior, até porque o consumidor quer um produto melhor. Então é preciso aprimorar processos, buscando ter uma produção com volume mínimo para que se tenha uma renda na propriedade. Portanto, as políticas públicas de Estado, especialmente aos pequenos, são fundamentais para que possam crescer em volume de produção e também em qualidade.

3 - O Informativo do Vale - A partir da Operação Leite Compen\$ado, o leite gaúcho ficou desacreditado no resto do país. Há indícios de que alguns estados brasileiros estão com restrições ainda? Como o governo lida com isso?

Polo - Os fatos da Operação Leite Compen\$ado mostraram uma necessidade de maior controle em todo o processo, inclusive, neste sentido, foi construída a lei do leite, junto com todas as entidades do setor, para aprimorar regramentos e mecanismos de controle. Também estes fatos que ocorreram nos geraram uma oportunidade de fazer uma fiscalização com maior eficiência e controle, tornando estes acontecimentos já superados. Hoje temos o leite mais fiscalizado do Brasil. Portanto podemos afirmar que o nosso leite é de grande qualidade, produzido com todo o cuidado e que possuímos na cadeia produtiva uma fiscalização permanente e necessária. Passamos por momentos difíceis e delicados, mas que foram superados. Retomamos a condição de nos apresentar aos mercados como Estado produtor de leite de qualidade.

Veículo: AgroLink

Link: https://www.agrolink.com.br/noticias/producao-de-leite--nao-alergico--e-aposta-para-o-mercado_394863.html

Página: Notícias

Data: 10/07/2017



Produção de leite "não-alérgico" é aposta para o mercado

Em uma passagem rápida pela área de lácteos dos supermercados é possível identificar uma grande oferta de produtos destinados a quem é intolerante à lactose. O mesmo não ocorre para o público que sofre de alergia à proteína do leite de vaca. Uma inovação, no entanto, está sendo gestada no Rio Grande do Sul para a produção de um leite “não-alérgico”.

O Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Rio Grande do Sul (Sindilat) anunciou no mês passado que irá desenvolver um projeto-piloto para atender a este nicho de mercado, que hoje é proibido de consumir leite de vaca. A medida poderá, no futuro, ser mais uma opção de diversificação do portfólio da indústria, de melhor remuneração dos produtores e de aumento na profissionalização das propriedades, já que exigiria um controle severo sobre esse leite diferenciado.

No momento, o Sindilat busca parcerias para o projeto-piloto. O secretário-executivo do sindicato, Darlan Palharini, diz que os estudos vão considerar que a produção deve ter viabilidade econômica e que, na ponta do consumo, mesmo no caso de dietas

especiais, o leite não pode sofrer grandes alterações de preços.

A veterinária Roberta Züge foi a responsável por apresentar os detalhes da novidade do leite destinado a quem tem alergia à proteína, no último Fórum Itinerante do Leite, em junho, em Palmeira das Missões (RS). Ela explica que esta tecnologia já é disseminada na Austrália e Nova Zelândia, países onde inúmeras fazendas comercializam o produto. “Uma empresa australiana detinha patente deste leite, mas isto caiu em 2015 e agora esta tecnologia pode ser usada em qualquer rebanho do mundo. Só que no Brasil ainda carecemos de normativas”, comenta Roberta.

A produção de leite sem proteína passa por diversas etapas. As vacas da propriedade têm que passar por testes de genotipagem para verificar se produzem o leite com ou sem a proteína beta-caseína, que causa a alergia. Se o teste indicar a produção de leite tipo A2A2, sem a presença do gene A1, significa que essa vaca serve para disponibilizar leite aos alérgicos. O custo do teste laboratorial para a genotipagem é de cerca de R\$ 70 por animal.

Num segundo momento, o produtor teria que segregar o rebanho A2A2 e ordenhá-lo separadamente. “Não muda nada no manejo, nem na alimentação deste gado”, esclarece Roberta. De acordo com a veterinária, as pesquisas indicam que, originalmente, todos os bovinos produziam apenas

leite A2A2. No entanto, por conta de uma mutação genética, os animais começaram a apresentar também o tipo A1. Estudos apontam ainda que os animais de origem zebuína têm prevalência maior de leite A2A2 do que o gado de origem europeia.

A professora da área de Tecnologia de Leite e Derivados da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Neila Richards, estima, no entanto, que o custo deste leite não sairia por menos de R\$ 12 o litro, cerca de quatro vezes mais do que o longa vida integral. Ela observa que o produtor, o transportador, a agroindústria e o laticínio que vierem a trabalhar com o leite A2A2 terão que estabelecer um controle rigoroso para que não haja contato algum com o leite A1, que é o que provoca reações alérgicas principalmente em bebês e crianças pequenas.

“Só que para viabilizar o processamento deste leite pela indústria teria que ter uma quantidade expressiva. Possivelmente, o A2A2 terá um destino semelhante ao do leite de cabra pasteurizado, para um nicho de consumidores bem específico”, prevê Neila.

Para o médico alergista Gil Bardini Alves, a iniciativa é importante na medida em que permitiria às crianças alérgicas ingerirem o alimento. “Mas teria que ser um leite comercialmente acessível. Hoje um grande limitante das fórmulas para tratamento da alergia à proteína do leite de vaca disponíveis é o

custo. Algumas fórmulas chegam a custar mais de R\$ 200 a lata”, repara.

Em Minas Gerais, há uma experiência em andamento há cerca de 2 anos. O Criatório Villefort desenvolve, em larga escala, o mapeamento de animais que produzem leite A2A2. O criador Virgílio Villefort conta que já foi analisada a genotipagem de beta-caseína de quase 7 mil cabeças das raças Gir Leiteiro e Guzerá em fazendas localizadas nas cidades de Jaíba e Morada Nova de Minas.

Atualmente, são produzidos 2 mil litros de leite A2A2 por dia nessas propriedades. Segundo Virgílio, crianças alérgicas já provaram deste leite e relataram não terem sentido sintomas após a ingestão. O mapeamento também visa selecionar reprodutores e doadoras com genótipos A2A2 para abastecer o mercado nacional. O criador acredita que, no futuro, este tipo de leite terá um amplo alcance. “Em 25 anos, toda população mundial estará consumindo o leite A2A2”.

Diferenças devem ser conhecidas

O médico alergista Gil Bardini Alves diz que não se pode confundir a intolerância à lactose e a alergia à proteína do leite de vaca. A primeira atinge mais os adultos, enquanto que a segunda prevalece mais em bebês e crianças. Os sintomas da intolerância são apenas intestinais: diarreia, cólicas e barriga estufada.

Já a alergia à proteína do leite é mais grave e pode causar manchas na pele, inchaço nos olhos e na boca, vômito e falta de ar. “Após a ingestão, alguns pacientes com alergia à proteína do leite podem ter quadro de anafilaxia (choque anafilático) que, se não for tratado corretamente, pode levar ao óbito”, adverte. Para diagnosticar a intolerância à lactose, são usados exames de sangue ou o exame respiratório (teste do hidrogênio expirado).

Para diagnosticar a alergia é preciso fazer exames de sangue ou testes alérgicos. Mas Bardini explica que o exame referência, neste caso, é o de provocação oral, realizado em ambiente hospitalar por médico especialista. O paciente ingere quantidades crescentes do alimento e observa-se se há alguma reação.

Veículo: Prentiss

Link: <http://prentiss.com.br/noticias/producao-de-leite-nao-alergico-e-aposta-para-o-mercado/>

Página: Notícias

Data: 10/07/2017

Produção de leite “não-alérgico” é aposta para o mercado

Em uma passagem rápida pela área de lácteos dos supermercados é possível identificar uma grande oferta de produtos destinados a quem é intolerante à lactose. O mesmo não ocorre para o público que sofre de alergia à proteína do leite de vaca. Uma inovação, no entanto, está sendo gestada no Rio Grande do Sul para a produção de um leite “não-alérgico”.

O Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Rio Grande do Sul (Sindilat) anunciou no mês passado que irá desenvolver um projeto-piloto para atender a este nicho de mercado, que hoje é proibido de consumir leite de vaca. A medida poderá, no futuro, ser mais uma opção de diversificação do portfólio da indústria, de melhor remuneração dos produtores e de aumento na profissionalização das propriedades, já que exigiria um controle severo sobre esse leite diferenciado.

No momento, o Sindilat busca parcerias para o projeto-piloto. O secretário-executivo do sindicato, Darlan Palharini, diz que os estudos vão considerar que a produção deve ter viabilidade econômica e que, na ponta do consumo, mesmo no caso de dietas especiais, o leite não pode sofrer grandes alterações de preços.

A veterinária Roberta Züge foi a responsável por apresentar os detalhes da novidade do leite destinado a quem tem alergia à proteína, no último Fórum Itinerante do Leite, em junho, em Palmeira das Missões (RS). Ela explica que esta tecnologia já é disseminada na Austrália e Nova Zelândia, países onde inúmeras fazendas comercializam o produto. “Uma empresa australiana detinha patente deste leite, mas isto caiu em 2015 e agora esta tecnologia pode ser usada em qualquer rebanho do mundo. Só que no Brasil ainda carecemos de normativas”, comenta Roberta.

A produção de leite sem proteína passa por diversas etapas. As vacas da propriedade têm que passar por testes de genotipagem para verificar se produzem o leite com ou sem a proteína beta-caseína, que causa a alergia. Se o teste indicar a produção de leite tipo A2A2, sem a presença do gene A1, significa que essa vaca serve para disponibilizar leite aos alérgicos. O custo do teste laboratorial para a genotipagem é de cerca de R\$ 70 por animal.

Num segundo momento, o produtor teria que segregar o rebanho A2A2 e ordenhá-lo separadamente. “Não muda nada no manejo, nem na alimentação deste gado”, esclarece Roberta. De acordo com a veterinária, as pesquisas indicam que, originalmente, todos os bovinos produziam

apenas leite A2A2. No entanto, por conta de uma mutação genética, os animais começaram a apresentar também o tipo A1. Estudos apontam ainda que os animais de origem zebuína têm prevalência maior de leite A2A2 do que o gado de origem europeia.

A professora da área de Tecnologia de Leite e Derivados da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Neila Richards, estima, no entanto, que o custo deste leite não sairia por menos de R\$ 12 o litro, cerca de quatro vezes mais do que o longa vida integral. Ela observa que o produtor, o transportador, a agroindústria e o laticínio que vierem a trabalhar com o leite A2A2 terão que estabelecer um controle rigoroso para que não haja contato algum com o leite A1, que é o que provoca reações alérgicas principalmente em bebês e crianças pequenas.

“Só que para viabilizar o processamento deste leite pela indústria teria que ter uma quantidade expressiva. Possivelmente, o A2A2 terá um destino semelhante ao do leite de cabra pasteurizado, para um nicho de consumidores bem específico”, prevê Neila.

Para o médico alergista Gil Bardini Alves, a iniciativa é importante na medida em que permitiria às crianças alérgicas ingerirem o alimento. “Mas teria que ser um leite comercialmente acessível. Hoje um grande limitante das fórmulas para tratamento da alergia à proteína do leite de vaca disponíveis é o custo. Algumas fórmulas chegam a custar mais de R\$ 200 a lata”, repara.

Em Minas Gerais, há uma experiência em andamento há cerca de 2 anos. O Criatório Villefort desenvolve, em larga escala, o mapeamento de animais que produzem leite A2A2. O criador Virgílio Villefort conta que já foi analisada a genotipagem de beta-caseína de quase 7 mil cabeças das raças Gir Leiteiro e Guzerá em fazendas localizadas nas cidades de Jaíba e Morada Nova de Minas.

Atualmente, são produzidos 2 mil litros de leite A2A2 por dia nessas propriedades. Segundo Virgílio, crianças alérgicas já provaram deste leite e relataram não terem sentido sintomas após a ingestão. O mapeamento também visa selecionar reprodutores e doadoras com genótipos A2A2 para abastecer o mercado nacional. O criador acredita que, no futuro, este tipo de leite terá um amplo alcance. “Em 25 anos, toda população mundial estará consumindo o leite A2A2”.

Diferenças devem ser conhecidas

O médico alergista Gil Bardini Alves diz que não se pode confundir a intolerância à lactose e a alergia à proteína do leite de vaca. A primeira atinge mais os adultos, enquanto que a segunda prevalece mais em bebês e crianças. Os sintomas da intolerância são apenas intestinais: diarreia, cólicas e barriga estufada.

Já a alergia à proteína do leite é mais grave e pode causar manchas na pele, inchaço nos olhos e na boca, vômito e falta de ar. “Após a ingestão, alguns pacientes com alergia à proteína do leite podem ter quadro de anafilaxia (choque anafilático) que, se não for tratado corretamente, pode levar ao óbito”, adverte. Para diagnosticar a intolerância à lactose, são usados exames de sangue ou o exame respiratório (teste do hidrogênio expirado).

Para diagnosticar a alergia é preciso fazer exames de sangue ou testes alérgicos. Mas Bardini explica que o exame referência, neste caso, é o de provocação oral, realizado em ambiente hospitalar por médico especialista. O paciente ingere quantidades crescentes do alimento e observa-se se há alguma reação.

Fonte : Correio do Povo

Veículo: O LEITE

Link: <http://www.oleite.com.br/Noticia/-producao-de-leite-2522nao-alergico2522-e-aposta-para-o-mercado-497255>

Página: Notícias

Data: 10/07/2017

Produção de leite "não-alérgico" é aposta para o mercado

Em uma passagem rápida pela área de lácteos dos supermercados é possível identificar uma grande oferta de produtos destinados a quem é intolerante à lactose. O mesmo não ocorre para o público que sofre de alergia à proteína do leite de vaca. Uma inovação, no entanto, está sendo gestada no Rio Grande do Sul para a produção de um leite “não-alérgico”.

O Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Rio Grande do Sul (Sindilat) anunciou no mês passado que irá desenvolver um projeto-piloto para atender a este nicho de mercado, que hoje é proibido de consumir leite de vaca. A medida poderá, no futuro, ser mais uma opção de diversificação do portfólio da indústria, de melhor remuneração dos produtores e de aumento na profissionalização das propriedades, já que exigiria um controle severo sobre esse leite diferenciado.

No momento, o Sindilat busca parcerias para o projeto-piloto. O secretário-executivo do sindicato, Darlan Palharini, diz que os estudos vão considerar que a produção deve ter viabilidade econômica e que, na ponta do consumo, mesmo no caso de dietas especiais, o leite não pode sofrer grandes alterações de preços.

A veterinária Roberta Züge foi a responsável por apresentar os detalhes da novidade do leite destinado a quem tem alergia à proteína, no último Fórum Itinerante do Leite, em junho, em Palmeira das Missões (RS). Ela explica que esta tecnologia já é disseminada na Austrália e Nova Zelândia, países onde inúmeras fazendas comercializam o produto. “Uma empresa australiana detinha patente deste leite, mas isto caiu em 2015 e agora esta tecnologia pode ser usada em qualquer rebanho do mundo. Só que no Brasil ainda carecemos de normativas”, comenta Roberta.

A produção de leite sem proteína passa por diversas etapas. As vacas da propriedade têm que passar por testes de genotipagem para verificar se produzem o leite com ou sem a proteína beta-caseína, que causa a alergia. Se o teste indicar a produção de leite tipo A2A2, sem a presença do gene A1, significa que essa vaca serve para disponibilizar leite aos alérgicos. O custo do teste laboratorial para a genotipagem é de cerca de R\$ 70 por animal.

Num segundo momento, o produtor teria que segregar o rebanho A2A2 e ordenhá-lo separadamente. “Não muda nada no manejo, nem na alimentação deste gado”, esclarece Roberta. De acordo com a veterinária, as pesquisas indicam que, originalmente, todos os bovinos produziam apenas leite A2A2. No entanto, por conta de uma mutação genética, os animais começaram a apresentar também o tipo A1. Estudos apontam ainda que os animais de origem zebuína têm prevalência maior de leite A2A2 do que o gado de origem europeia.

A professora da área de Tecnologia de Leite e Derivados da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Neila Richards, estima, no entanto, que o custo deste leite não sairia por menos de R\$ 12 o litro, cerca de quatro vezes mais do que o longa vida integral. Ela observa que o produtor, o transportador, a agroindústria e o laticínio que vierem a trabalhar com o leite A2A2 terão que estabelecer um controle rigoroso para que não haja contato algum com o leite A1, que é o que provoca reações alérgicas principalmente em bebês e crianças pequenas.

“Só que para viabilizar o processamento deste leite pela indústria teria que ter uma quantidade expressiva. Possivelmente, o A2A2 terá um destino semelhante ao do leite de cabra pasteurizado, para um nicho de consumidores bem específico”, prevê Neila.

Para o médico alergista Gil Bardini Alves, a iniciativa é importante na medida em que permitiria às crianças alérgicas ingerirem o alimento.

“Mas teria que ser um leite comercialmente acessível. Hoje um grande limitante das fórmulas para tratamento da alergia à proteína do leite de vaca disponíveis é o custo. Algumas fórmulas chegam a custar mais de R\$ 200 a lata”, repara.

Em Minas Gerais, há uma experiência em andamento há cerca de 2 anos. O Criatório Villefort desenvolve, em larga escala, o mapeamento de animais que produzem leite A2A2. O criador Virgílio Villefort conta que já foi analisada a genotipagem de beta-caseína de quase 7 mil cabeças das raças Gir Leiteiro e Guzerá em fazendas localizadas nas cidades de Jaíba e Morada Nova de Minas.

Atualmente, são produzidos 2 mil litros de leite A2A2 por dia nessas propriedades. Segundo Virgílio, crianças alérgicas já provaram deste leite e relataram não terem sentido sintomas após a ingestão. O mapeamento também visa selecionar reprodutores e doadoras com genótipos A2A2 para abastecer o mercado nacional. O criador acredita que, no futuro, este tipo de leite terá um amplo alcance. “Em 25 anos, toda população mundial estará consumindo o leite A2A2”.

Diferenças devem ser conhecidas

O médico alergista Gil Bardini Alves diz que não se pode confundir a intolerância à lactose e a alergia à proteína do leite de vaca. A primeira atinge mais os adultos, enquanto que a segunda prevalece mais em bebês e crianças. Os sintomas da intolerância são apenas intestinais: diarreia, cólicas e barriga estufada.

Já a alergia à proteína do leite é mais grave e pode causar manchas na pele, inchaço nos olhos e na boca, vômito e falta de ar. “Após a ingestão, alguns pacientes com alergia à proteína do leite podem ter quadro de anafilaxia (choque anafilático) que, se não for tratado corretamente, pode levar ao óbito”, adverte. Para diagnosticar a intolerância à lactose, são usados exames de sangue ou o exame respiratório (teste do hidrogênio expirado).

Para diagnosticar a alergia é preciso fazer exames de sangue ou testes alérgicos. Mas Bardini explica que o exame referência, neste caso, é o de provocação oral, realizado em ambiente hospitalar por médico especialista. O paciente ingere quantidades crescentes do alimento e observa-se se há alguma reação.

Veículo: AgroNovas

Link: <http://www.agronovas.com.br/fiergs-promove-missao-prospectiva-a-feira-anuga/>

Página: Notícias

Data: 11/07/2017



FIERGS PROMOVE MISSÃO PROSPECTIVA À FEIRA ANUGA

A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), por meio do Centro Internacional de Negócios (CIN-RS), está organizando a sua Missão Prospectiva à Feira ANUGA, principal evento internacional do setor de bebidas e alimentos que ocorre na cidade de Colônia, na Alemanha, de 7 a 11 de outubro. As empresas interessadas podem se inscrever até o dia 11 de agosto. Nesta edição, o Sebrae/RS apoia financeiramente a participação de 10 micro e pequenas empresas gaúchas na feira, contribuindo com até 30% do valor total do pacote de viagem de cada organização.

A iniciativa é realizada a cada dois anos e reúne os segmentos de alimentos finos, lácteos, congelados, refrigerados e frescos, orgânicos, carnes, panificação e confeitaria, bebidas quentes e infusões, além de serviços de alimentação e catering. Uma das novidades é que neste ano haverá um novo espaço no pavilhão da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) para exposição coletiva de produtos de até 10 empresas brasileiras.

A programação conta ainda com circuitos guiados e visitas técnicas. A Feira reuniu mais de 7 mil expositores de 108 países em 2015, recebendo cerca de 160 mil visitantes nos cinco dias de evento. As inscrições podem ser feitas através do link: mundosphinx.com.br/app/cni_v2/index.php?acesso=mp_anuga. Para mais informações acesse: http://www.cinrs.org.br/eventos_cin.asp?idEvento=4287.

Veículo: AgroNovas

Link: <http://www.agronovas.com.br/sindilat-participa-da-quarta-etapa-do-circuito-de-gestao-e-inovacao-do-agronegocio/>

Página: Notícias

Data: 11/07/2017

SINDILAT PARTICIPA DA QUARTA ETAPA DO CIRCUITO DE GESTÃO E INOVAÇÃO DO AGRONEGÓCIO



Com foco exclusivo na cadeia do leite, a quarta etapa do Circuito de Gestão e Inovação no Agronegócio será realizada no dia 1º de agosto, em Passo Fundo (RS). Com promoção do Instituto de Educação no Agronegócio (I-UMA), o evento inicia às 13h30min, na Casa Santa Cruz, (R. João Biazus, nº 510, bairro Dom Rodolfo), com entrada franca. A partir das 14h, o secretário executivo do Sindicato da Indústria dos Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Darlan Palharini, ministra uma palestra, com foco na visão do mercado e na competitividade do setor leiteiro. “O mercado é soberano, temos de nos adaptar a ele”, diz, lembrando dos desafios a serem superados, entre eles a importação de leite.

Palharini também pontua as conquistas, como a Lei do Leite, que surgiu através de discussões em eventos similares. “São esses momentos que nos aproximam do produtor e da academia que são tão importantes para debatermos as questões do setor”, conclui.

O Circuito é realizado de forma itinerante e objetiva levar conhecimento ao agronegócio, a partir do debate de temas técnicos ou de mercado, conforme explica a diretora do I-UMA, Jhussara Costa da Rosa. Para esta edição serão apresentadas as visões dos principais elos estratégicos do setor.

O evento contará também com palestras ministradas por representantes da Emater/RS, com o tema Gestão da Atividade Leiteira, e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), debatendo Ações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na Atividade Leiteira, entre outras. As inscrições podem ser feitas pelo e-mail (agrocircuito@i-uma.edu.br) ou telefone: (51) 3239.8958.

Veículo: AgroNovas

Link: <http://www.paginarural.com.br/noticia/245375/ocergs-sescoopr-s-e-ocb-e-realizam-forum-tecnico-do-leite>

Página: Notícias

Data: 11/07/2017



RS: Ocergs-Sescoop/RS e OCB e realizam Fórum Técnico do Leite

Porto Alegre/RS

Com o objetivo de debater alterações na portaria nº5/1983, sobre a destinação de leite e considerações sobre o novo Riisboa (Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal), cooperativas agropecuárias reuniram-se na manhã de hoje (10) na sede do Centro de Formação Profissional Cooperativista (Cfpc), em Porto Alegre. Com a presença de 27 técnicos e dirigentes de oito cooperativas, além de técnicos do Sistema Ocergs-Sescoop/RS, da OCB e da FecoAgro, os participantes assistiram a uma palestra do médico veterinário e consultor da OCB, Nelmon Costa, que apresentou o novo regulamento do Riisboa, com a experiência de ter trabalhado no Ministério da Agricultura.

O evento foi aberto pelo presidente do Sistema Ocergs-Sescoop/RS, Vergílio Perius, que ressaltou o crescimento das cooperativas

agropecuárias gaúchas, mesmo em tempos de dificuldades financeiras do país. “Ficamos felizes em recebê-los em nossa faculdade de cooperativismo, que em 11 MBAs capacita atualmente cerca de 340 pessoas. Isso reforça o que mais precisamos fazer em cooperativas, nos capacitar cada vez mais, em todas as áreas”, frisou. Perius acrescentou ainda a importância da Câmara Temática do Leite da Ocergs, que traça as perspectivas para o setor. “Recebemos cerca de 45% do leite do RS, já recebemos cerca de 70%, temos capacidade para muito mais. Temos uma capacidade industrial ociosa, de cerca de 17 milhões de litros/dia, pois recebemos atualmente 12 milhões de litros/dia. Queremos que as cooperativas sejam a fomentadora desse processo”, finalizou.

Jeferson Smaniotto, presidente da Cooperativa Piá e presidente da Câmara Temática do Leite da Ocergs destacou a iniciativa da CTL, em vista das dificuldades de interpretação da legislação, em realizar esse evento. Justificou ainda a contribuição da OCB no intuito de sanar as dúvidas dos departamentos técnicos das cooperativas.

Já Cloves Moura, assessor da diretoria da Fecoagro, disse que a discussão da política leiteira, especialmente na questão da legislação, é uma reivindicação das cooperativas para contribuir avançar no processo de aprimoramento da legislação. “Temos uma parcela importante do recebimento do leite gaúcho, e precisamos fomentar ainda mais a produção e a qualidade do leite das cooperativas”, argumentou Moura.

O representante da Gerência Técnica e Econômica da OCB, Fernando Ferreira Pinheiro, ressaltou a importância das cooperativas agropecuárias gaúchas que trabalham com a matéria-prima leite e asseverou a importância de a OCB estar inerida nessa discussão. “Temos a Câmara Nacional do Leite, dentro do cooperativismo agropecuário, pois o leite é o único produto, por sua importância para as cooperativas, que tem um espaço específico de discussão”, justificou.

Além da palestra de Nelmon Costa, médico veterinário e consultor da OCB, o evento contou com discussões sobre elementos a serem adequados na legislação, com encaminhamento e redação das proposições, além de uma rodada de análise do mercado de lácteos, por parte de Fernando Ferreira Pinheiro. Participaram das discussões técnicos das cooperativas Santa Clara, Cosulati, Cotriel, Languiru, Piá, Coopernova, Cotrisal e Cooprado, além de Alexandre Guerra, presidente do Sindilat e executivo da cooperativa Santa Clara.

Fonte: Sistema Ocergs-Sescoop/RS

Veículo: AgroNovas

Link: <http://www.agronovas.com.br/sector-lacteo-vai-a-brasilia-solicitar-compra-de-leite-em-po/>

Página: Notícias

Data: 12/07/2017



SECTOR LÁCTEO VAI A BRASÍLIA SOLICITAR COMPRA DE LEITE EM PÓ

Preocupados com as importações de leite, representantes do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) e da Fetag solicitaram, na tarde desta terça-feira (11/7) que o governo federal execute um plano de compras governamentais de leite. O encontro ocorreu na sede do Ministério da Agricultura (Mapa) em Brasília e contou com a presença da coordenadora geral de acesso a mercados do Mapa, Ana Lúcia Oliveira Gomes. Para o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, é de extrema urgência que o governo assegure medidas para controlar o mercado, já que a importação de leite cria um desequilíbrio. “Precisamos de medidas emergenciais para tirar a pressão do mercado e minimizar os impactos negativos”, reivindica

Guerra. Segundo os dirigentes presentes na encontro, o Mapa se comprometeu em estudar um plano de medidas e agendar uma reunião nos próximos dez dias.

A ideia é que sejam adquiridos pelo governo 20 mil toneladas de leite em pó, o que representa um valor em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos. A forma de operacionalizar as compras ainda está em discussão com o Ministério da Agricultura. Para o secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, este custo é pequeno frente às consequências que o excesso de leite traz às indústrias e ao campo. “Esta medida também será importante para não causar um desestímulo nos produtores”, ressalta Palharini. A ideia é que o leite captado pelo governo nas operações seja destinado a projetos assistenciais.

Durante a reunião, também foi solicitada a criação de mecanismos de compra de estoque regulador para o leite, pedido já encaminhado pelo setor ao governo em outras ocasiões.

Veículo: Página Rural

Link: http://www.paginarural.com.br/noticias_detalhes.php?id=245443

Página: Notícias

Data: 12/07/2017



DF: sector lácteo vai a Brasília solicitar compra de leite em pó, destaca Sindilat gaúcho

Brasília/DF

Preocupados com as importações de leite, representantes do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) e da Fetag solicitaram, na tarde desta terça-feira (11) que o governo federal execute um plano de compras governamentais de leite. O encontro ocorreu na sede do Ministério da Agricultura (Mapa) em Brasília e contou com a presença da coordenadora geral de acesso a mercados do Mapa, Ana Lúcia Oliveira Gomes.

Para o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, é de extrema urgência que o governo assegure medidas para controlar o mercado, já que a importação de leite cria um desequilíbrio. "Precisamos de medidas emergenciais para tirar a pressão do mercado e minimizar os impactos negativos", reivindica Guerra. Segundo os dirigentes presentes na encontro, o Mapa se comprometeu em estudar um plano de medidas e agendar uma reunião nos próximos dez dias.

A ideia é que sejam adquiridos pelo governo 20 mil toneladas de leite em pó, o que representa um valor em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos. A forma de operacionalizar as compras ainda está em discussão com o Ministério da Agricultura.

Para o secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, este custo é pequeno frente às consequências que o excesso de leite traz às indústrias e ao campo. "Esta medida também será importante para não causar um desestímulo nos produtores", ressalta Palharini. A ideia é que o leite captado pelo governo nas operações seja destinado a projetos assistenciais.

Durante a reunião, também foi solicitada a criação de mecanismos de compra de estoque regulador para o leite, pedido já encaminhado pelo setor ao governo em outras ocasiões.

Fonte: Sindicato da Indústria de Laticínios (Sindilat/RS)

Veículo: MilkPoint

Link: <https://www.milkpoint.com.br/industria/cadeia-do-leite/giro-de-noticias/fiergs-promove-missao-prospectiva-a-feira-anuga-106157n.aspx>

Página: Notícias

Data: 12/07/2017



Fiergs promove Missão Prospectiva à Feira ANUGA

A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), por meio do Centro Internacional de Negócios (CIN-RS), está organizando a sua Missão Prospectiva à Feira ANUGA, principal evento internacional do setor de bebidas e alimentos que ocorre na cidade de Colônia, na Alemanha, de 7 a 11 de outubro. As empresas interessadas podem se inscrever até o dia 11 de agosto. Nesta edição, o Sebrae/RS apoia financeiramente a participação de 10 micro e pequenas empresas gaúchas na feira, contribuindo com até 30% do valor total do pacote de viagem de cada organização.

A iniciativa é realizada a cada dois anos e reúne os segmentos de alimentos finos, lácteos, congelados, refrigerados e frescos, orgânicos, carnes, panificação e confeitaria, bebidas quentes e infusões, além de serviços de alimentação e catering. Uma das novidades é que neste ano haverá um novo espaço no pavilhão da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) para exposição coletiva de produtos de até 10 empresas brasileiras.

A programação conta ainda com circuitos guiados e visitas técnicas. A Feira reuniu mais de 7 mil expositores de 108 países em 2015, recebendo cerca de 160 mil visitantes nos cinco dias de evento. As inscrições podem ser feitas através do link: mundosphinx.com.br/app/cni_v2/index.php?acesso=mp_anuga.

Veículo: Página Rural

Link: <http://www.paginarural.com.br/noticia/245422/programa-juntos-para-competir-esta-aumentando-producao-de-leite-em-propriedades-rurais-gauchas-diz-sebraers>

Página: Notícias

Data: 12/07/2017



RS: Programa Juntos para Competir está aumentando produção de leite em propriedades rurais gaúchas, diz Sebrae/RS

Porto Alegre/RS

A Farsul, o Senar-RS e o Sebrae/RS, através do programa Juntos para Competir, atuam na cadeia produtiva do leite transformando pequenas

propriedades em negócios rentáveis e sustentáveis. As atividades desenvolvidas junto aos empreendedores seguem o conceito de produção integrada na propriedade, respeitando os preceitos ambientais e buscando melhorar a qualidade de vida do produtor rural. Atualmente, o programa atende 640 produtores de leite gaúchos. "A meta do nosso trabalho é aumentar em 50% o volume de leite produzido, percentual que está sendo atingido por praticamente todos os participantes", comemora a técnica da Gerência de Agronegócio do Sebrae/RS, Ana Carolina Cittolin.

Uma das possibilidades de negócio dentro de uma propriedade rural leiteira é o beneficiamento do produto em queijos e outros derivados. E, com o objetivo de ampliar o conhecimento de produtores e consumidores a respeito do tema, esse modelo de negócio fará parte do Salão do Empreendedor, uma das atrações da Expointer 2017. Conforme Ana Carolina, neste espaço serão apresentados os queijos e derivados produzidos no Rio Grande do Sul, com a demonstração de uma pequena agroindústria beneficiadora de queijos. Tudo isso acompanhado de muitas informações para quem quiser iniciar esse tipo de negócio", ressalta.

O Salão do Empreendedor é uma iniciativa da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-RS), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (Sebrae/RS), além da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Rio Grande do Sul (Senai-RS), Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Sul (Senac-RS).

A Expointer

A 40ª Expointer, exposição reconhecida como um dos maiores eventos do mundo no gênero, sendo considerada a maior feira a céu aberto da América Latina, reunirá as últimas novidades da tecnologia agropecuária e agroindustrial. Estarão expostas as mais modernas máquinas, o melhor da genética e as raças de maior destaque criadas no Estado.

Fonte: Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat)

Veículo: O Leite

Link: <http://www.oleite.com.br/Noticia/rs253a-embrapa-e-sindilat-revisam-metodologia-de-projeto-dos-medidores-497463>

Página: Notícias

Data: 12/07/2017

RS: Embrapa e Sindilat revisam metodologia de projeto dos medidores

Porto Alegre/RS

Reunidos na tarde desta terça-feira (04), representantes do Sindilat e da Embrapa debateram a necessidade de revisão no projeto que avalia a qualidade e confiabilidade dos medidores de vazão e coleta automática de amostras acoplados aos caminhões tanque em operação no Rio Grande do Sul. Iniciado efetivamente há cerca de um ano e meio, o projeto enfrentou dificuldades logísticas e de adaptação da tecnologia europeia à realidade gaúcha.

Ao lado do chefe geral da Embrapa Clima Temperado, Clênio Pillon, a pesquisadora em Qualidade do Leite Maira Zanela apresentou resultados parciais coletados ontem em Porto Alegre. Contudo, para obter conclusões será preciso readequar o projeto, revisando amostragem das rotas de coleta e operações.

O presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, ressaltou a importância da iniciativa, que busca dar mais exatidão no controle tanto para quem produz quanto para a sociedade. "Vamos revisar o projeto para que possamos ter dele os resultados", salientou.

O secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, lembrou que a ideia é apresentar um estudo aos laticínios sobre a viabilidades dos equipamentos. Atualmente, há um equipamento em operação na Cooperativa Piá e dois na Languiru.

O projeto "Metodologia de Coleta de Automática de Amostras de Leite" teve início em 2016 em uma parceria entre o Sindilat, a Embrapa Clima Temperado e Cosulati. A ideia, na época, era testar equipamentos de cinco empresas (Bartec, Fabbo Bombas, Arsopi, Gea Equipamentos e Gimenez) e traçar um comparativo com os resultados obtidos pelo sistema convencional de amostras (manual). Contudo, nem todos os equipamentos foram instalados como previsto para testagem.

Veículo: AgroLink

Link: https://www.agrolink.com.br/noticias/sector-lacteo-vai-a-brasilia-solicitar-compra-de-leite-em-po_395314.html

Página: Notícias

Data: 13/07/2017



Sector lácteo vai a Brasília solicitar compra de leite em pó

Preocupados com as importações de leite, representantes do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) e da Fetag

solicitaram, na tarde desta esta terça-feira (11/7) que o governo federal execute um plano de compras governamentais de leite.

O encontro ocorreu na sede do Ministério da Agricultura (Mapa) em Brasília e contou com a presença da coordenadora geral de acesso a mercados do Mapa, Ana Lúcia Oliveira Gomes. Para o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, é de extrema urgência que o governo assegure medidas para controlar o mercado, já que a importação de leite cria um desequilíbrio. "Precisamos de medidas emergenciais para tirar a pressão do mercado e minimizar os impactos negativos", reivindica Guerra.

Segundo os dirigentes presentes na encontro, o Mapa se comprometeu em estudar um plano de medidas e agendar uma reunião nos próximos dez dias. A ideia é que sejam adquiridos pelo governo 20 mil toneladas de leite em pó, o que representa um valor em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos.

A forma de operacionalizar as compras ainda está em discussão com o Ministério da Agricultura. Para o secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, este custo é pequeno frente às consequências que o excesso de leite traz às indústrias e ao campo. "Esta medida também será importante para não causar um desestímulo nos produtores", ressalta Palharini. A ideia é que o leite captado pelo governo nas operações seja destinado a projetos assistenciais.

Durante a reunião, também foi solicitada a criação de mecanismos de compra de estoque regulador para o leite, pedido já encaminhado pelo setor ao governo em outras ocasiões.

Veículo: MilkPoint

Link: <https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/sector-lacteo-vai-a-brasilia-solicitar-compra-de-leite-em-po-106178n.aspx>

Página: Notícias

Data: 13/07/2017



O ponto de encontro da cadeia
produtiva do leite

Sector lácteo vai a Brasília solicitar compra de leite em pó

Preocupados com as importações de leite, representantes do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) e da Fetag solicitaram, na tarde desta terça-feira (11/7) que o governo federal execute um plano de compras governamentais de leite. O encontro ocorreu na sede do Ministério da Agricultura (Mapa) em Brasília e contou com a presença da coordenadora geral de acesso a mercados do Mapa, Ana Lúcia Oliveira Gomes.

Para o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, é de extrema urgência que o governo assegure medidas para controlar o mercado, já que a importação de leite cria um desequilíbrio. "Precisamos de medidas emergenciais para tirar a pressão do mercado e minimizar os impactos negativos", reivindica Guerra. Segundo os dirigentes presentes no encontro, o Mapa se comprometeu em estudar um plano de medidas e agendar uma reunião nos próximos dez dias.

A ideia é que sejam adquiridos pelo governo 20 mil toneladas de leite em pó, o que representa um valor em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos. A forma de operacionalizar as compras ainda está em discussão com o Ministério da Agricultura. Para o secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, este custo é pequeno frente às consequências que o excesso de leite traz às indústrias e ao campo. "Esta medida também será importante para não causar um desestímulo nos produtores", ressalta Palharini. A ideia é que o leite captado pelo governo nas operações seja destinado a projetos assistenciais.

Durante a reunião, também foi solicitada a criação de mecanismos de compra de estoque regulador para o leite, pedido já encaminhado pelo setor ao governo em outras ocasiões.

As informações são do Mapa.

Veículo: Guialat

Link: http://guialat.com.br/?p=detalhar_noticia&id=672

Página: Notícias

Data: 13/07/2017



Sector lácteo vai a Brasília solicitar compra de leite em pó

Preocupados com as importações de leite, representantes do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) e da Fetag solicitaram, na tarde desta terça-feira (11/7) que o governo federal execute um plano de compras governamentais de leite. O encontro ocorreu na sede do Ministério da Agricultura (Mapa) em Brasília e contou com a presença da coordenadora geral de acesso a mercados do Mapa, Ana Lúcia Oliveira Gomes. Para o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, é de extrema urgência que o governo assegure medidas para controlar o mercado, já que a importação de leite cria um desequilíbrio. "Precisamos de medidas emergenciais para tirar a pressão do mercado e minimizar os impactos negativos", reivindica Guerra. Segundo os dirigentes presentes na encontro, o Mapa se comprometeu em estudar um plano de medidas e agendar uma reunião nos próximos dez dias.

A ideia é que sejam adquiridos pelo governo 20 mil toneladas de leite em pó, o que representa um valor em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos. A forma de operacionalizar as compras ainda está em discussão com o Ministério da Agricultura. Para o secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, este custo é pequeno frente às consequências que o excesso de leite traz às indústrias e ao campo. "Esta medida também será importante para não causar um desestímulo nos produtores", ressalta Palharini. A ideia é que o leite captado pelo governo nas operações seja destinado a projetos assistenciais.

Durante a reunião, também foi solicitada a criação de mecanismos de compra de estoque regulador para o leite, pedido já encaminhado pelo setor ao governo em outras ocasiões.

Veículo: AgroNovas

Link: <http://www.agronovas.com.br/liderancas-debatem-projetos-para-o-setor-em-lajeado/>

Página: Notícias

Data: 17/07/2017



LIDERANÇAS DEBATEM PROJETOS PARA O SETOR EM LAJEADO

Foi com auditório da Univates lotado que lideranças do setor lácteo debateram projetos de desenvolvimento na manhã desta quinta-feira (13/07), durante o evento Pensar o Vale, promovido pelo jornal A Hora, de Lajeado (RS). Presente no debate, o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, sugeriu a implementação de um projeto de incentivo tributário que permita estimular o aumento da produção de leite no Rio Grande do Sul. Só assim, acredita ele, será possível expandir e desenvolver o setor. Acompanhado do vice-presidente do Sindilat, Guilherme Portella, e do diretor Renato Kreinmeier, Guerra ainda defendeu a união do segmento em torno do pedido de compras governamentais de leite feito em Brasília esta semana, além da criação de uma linha para que o Governo Federal fizesse aquisição de lácteos para estoque regulador e futuro leilão em épocas de entressafra, como acontece em outros países. Isso contribuiria para evitar a desistência de produtores na atividade leiteira.

Representantes do Sindilat estiveram tratando do pedido junto ao Ministério da Agricultura. A pasta ficou de avaliar o tema. “É a única forma de retirar parte do leite do mercado e fomentar o setor, que vem enfrentando concorrência desleal em função das importações dos países do Prata. É preciso viabilizar a compra emergencial para minimizar os prejuízos das indústrias”, ressaltou Guerra. O assunto deve ser tratado ainda esta semana com o secretário nacional da Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Caio Rocha.

Durante o debate, também foi abordada a questão das contribuições para o Fundoleite e do futuro do Instituto Gaúcho do Leite (IGL). Também participaram da audiência o secretário da Agricultura, Ernani Polo, deputados, vereadores e lideranças locais.

Veículo: AgroNovas

Link: <http://www.agronovas.com.br/setor-quer-que-governo-compre-20-mil-toneladas-de-leite-em-po/>

Página: Notícias

Data: 17/07/2017



SETOR QUER QUE GOVERNO COMPRE 20 MIL TONELADAS DE LEITE EM PÓ

Setor quer que governo compre 20 mil toneladas de leite em pó Representantes do governo do Estado, do setor produtivo e entidades do agronegócio alinharam, na manhã desta sexta-feira (14/7), em reunião na Famurs, um pleito conjunto a ser apresentado ao secretário nacional da Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Caio Rocha. O pedido será para que o governo federal promova compras governamentais para retirar do mercado 20 mil toneladas de leite em pó, o que representa um valor em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos. Segundo o secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini, as entidades “bateram o martelo” sobre o valor a ser pleiteado e ainda defenderam a urgência do Brasil adotar uma política de

estoques reguladores para o mercado lácteo. O encontro com o representante do governo federal deve ocorrer em Porto Alegre no dia 28 de julho, às 10h, na sede Fetag. O assunto já foi tratado, esta semana, em reunião entre o Sindilat, Fetag e o Ministério da Agricultura.

Acompanhado pelo vice-presidente do Sindilat, Guilherme Portella, Palharini ainda apresentou ao grupo projeto de acordo comercial com o México. Segundo ele, além das compras governamentais, é essencial abrir novos mercados para absorver a produção brasileira no médio prazo . “O México compra muito leite em pó e queijo dos Estados Unidos. Um acordo com o Brasil ajudaria muito o segmento produtivo”. A reunião contou com o secretário da Agricultura, Ernani Polo, e representantes da Sefaz e da SDR. Pelo setor produtivo, também estavam presentes Piá e Languiru.

Veículo: Site município de Estrela

Link: <http://www.estrela.rs.gov.br/site/noticia/visualizar/id/3919/?Prefeito-participa-de-debate-sobre-desafios-da-cadeia-do-leite.html>

Página: Notícias

Data: 17/07/2017

Prefeito participa de debate sobre desafios da cadeia do leite

O prefeito Rafael Mallmann, presidente da Associação dos Municípios do Vale do Taquari, participou na manhã desta quinta-feira (13.07) de debate promovido pelo Jornal A Hora sobre os rumos e desafios da cadeia leiteira no Vale do Taquari. O evento foi realizado na Univates, em Lajeado, e reuniu lideranças de diversos segmentos ligados ao setor.

Os participantes cobraram providências dos governos, citando que a insegurança tem feito com que muitos produtores deixem a atividade. Mallmann citou a necessidade de reforçar a cadeia do leite e barrar a importação de leite em pó, que tem provocado a queda no preço pago aos produtores locais. Também destacou o importante papel das cooperativas neste processo.

Vários problemas foram citados pelos painelistas, como o alto custo de produção no país e, especificamente no caso do Rio Grande do Sul, o

fato de empresas multinacionais receberem incentivos para se instalar no Estado, prejudicando as organizações locais. A ausência de uma política do leite foi citada pelo presidente da Cooperativa Languiru. Dirceu Bayer disse também que falta uma liderança forte neste segmento, que no seu entender deve ser a Secretaria Estadual da Agricultura. A importação de leite em pó também foi citada, com pedidos de que sejam impostos limites, principalmente em relação ao que é comprado do Uruguai.

Já o deputado Edson Brum defendeu uma política de Estado para o leite, e não de governo. Talvez um erro do Fundopem, segundo ele, é conceder incentivos para empresas que acabam desestruturando a cadeia.

O secretário da Agricultura Ernani Polo afirmou que o governo tem procurado trabalhar de forma integrada com os setores ligados à produção de leite. “A harmonização dos agentes da cadeia do leite é fundamental. Deve haver esta sintonia para avançarmos”, ponderou. Polo citou mecanismos que estão sendo trabalhados para que haja avanços, como a Lei do Leite - que ainda está recebendo ajustes - e a tributação do leite UHT, como forma de proteção ao setor. Informou que está sendo buscado um realinhamento com o Instituto Gaúcho do Leite, onde participará de reunião para discutir o tema e novos mecanismos e ações que podem ser feitos para evitar mais prejuízos ao setor.

Além do presidente da Amvat, participaram como debatedores o secretário estadual da Agricultura, Ernani Polo; o deputado estadual Edson Brum; o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra; o diretor da Fetag Pedrinho Signor; a presidente do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (Codevat), Cíntia Agostini; o reitor da Univates, Ney Lazzari, diretor-superintendente da Cosuel, Carlos Alberto Freitas, e o presidente da Cooperativa Languiru, Dirceu Bayer.

Veículo: Canal Rural

Link: <http://www.canalrural.com.br/noticias/pecuaria/setor-quer-que-governo-compre-mil-toneladas-leite-68128>

Página: Notícias

Data: 17/07/2017



NEGOCIAÇÃO

RS: setor quer que governo compre 20 mil toneladas de leite em pó

15 de julho de 2017 às 17:30 | Canal Rural



.com...

Fonte: Divulgação/Governo SC

Após reunião no Rio Grande do Sul, ficou definido que a quantidade será oferecida por R\$ 300 milhões ao governo federal

NOTÍCIAS RELACIONADAS

 Amamentação de búfalos com leite em pó pode reduzir custo de produção

 Importação de leite em pó bate recorde em setembro

 Ligeira queda no preço do leite em pó no mercado internacional

Representantes do governo do Rio Grande do Sul, do setor produtivo e entidades do agronegócio alinharam, na manhã da última sexta-feira, dia 14, um pleito conjunto a ser apresentado ao secretário nacional da Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social, Caio Rocha.

O pedido será para que o governo federal promova compras governamentais para retirar do mercado 20 mil toneladas de leite em pó, o que representa um valor em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos. Segundo o secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Rio Grande do Sul (Sindilat), Darlan Palharini, as entidades “bateram o martelo” sobre o valor a ser pleiteado e ainda defenderam a

urgência do Brasil adotar uma política de estoques reguladores para o mercado lácteo.

O encontro com o representante do governo federal deve ocorrer em Porto Alegre no dia 28 de julho, às 10h, na sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag). O assunto já foi tratado, esta semana, em reunião entre o Sindilat, Fetag e o Ministério da Agricultura.

Acompanhado pelo vice-presidente do Sindilat, Guilherme Portella, Palharini ainda apresentou ao grupo projeto de acordo comercial com o México. Segundo ele, além das compras governamentais, é essencial abrir novos mercados para absorver a produção brasileira no médio prazo. “O México compra muito leite em pó e queijo dos Estados Unidos. Um acordo com o Brasil ajudaria muito o segmento produtivo”.

Veículo: AgroLink

Link: https://www.agrolink.com.br/noticias/setor-quer-que-governo-compre-20-mil-toneladas-de-leite-em-po_395461.html

Página: Notícias

Data: 17/07/2017



Setor quer que governo compre 20 mil toneladas de leite em pó

Representantes do governo do Estado, do setor produtivo e entidades do agronegócio alinharam, na manhã desta sexta-feira (14/7), em reunião na Famurs, um pleito conjunto a ser apresentado ao secretário nacional da Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Caio Rocha. O pedido será para que o governo federal promova compras governamentais para retirar do mercado 20 mil toneladas de leite em pó, o que representa um valor em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos. Segundo o secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini, as entidades “bateram o martelo” sobre o valor a ser pleiteado e ainda defenderam a urgência do Brasil adotar uma política de estoques reguladores para o mercado lácteo. O encontro com o representante do governo federal deve ocorrer em Porto Alegre no dia 28 de julho, às 10h, na sede Fetag. O assunto já foi tratado, esta semana, em reunião entre o Sindilat, Fetag e o Ministério da Agricultura.

Acompanhado pelo vice-presidente do Sindilat, Guilherme Portella, Palharini ainda apresentou ao grupo projeto de acordo comercial com o México. Segundo ele, além das compras governamentais, é essencial abrir novos mercados para absorver a produção brasileira no médio prazo. “O México compra muito leite em pó e queijo dos Estados Unidos. Um acordo com o Brasil ajudaria muito o segmento produtivo”. A reunião contou com o secretário da Agricultura, Ernani Polo, e representantes da Sefaz e da SDR. Pelo setor produtivo, também estavam presentes Piá e Languiru.

Veículo: Jornal A Hora

Link: <http://www.jornalahora.com.br/2017/07/15/estado-e-igl-definem-reuniao-com-ministros/>

Página: Notícias

Data: 17/07/2017

Estado e IGL definem reunião com ministros

Os assuntos discutidos durante o debate Pensar o Vale dessa quinta-feira, 13, ecoaram no governo do Estado. Na manhã de sexta-feira, representantes das secretarias da Fazenda, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e também do Sindilat se reuniram com a direção do Instituto Gaúcho do Leite (IGL) para definir ações diante da crise no setor.

De acordo com o presidente do instituto, Carlos Joel da Silva, o encontro serviu para alinhar posicionamento do IGL, do sindicato e do Piratini em relação à importação de leite em pó uruguaio e a medidas para controlar o estoque por meio de compras institucionais do produto gaúcho.

Conforme Silva, o leite em pó vindo do Uruguai é um dos principais causadores da queda no preço pago ao produtor. Segundo ele, uma das possibilidades é retirar a autorização para importação automática, permitindo ao governo segurar a entrada do produto durante a safra.

“Sabemos que existe um acordo comercial que impede o fechamento das importações, mas existem mecanismos capazes de segurar a entrada”, ressalta. Para Silva, se o governo não sinalizar essa possibilidade, terá de fazer um controle por meio de compras estatais.

Organização da cadeia

O presidente do IGL ressalta a importância de momentos como o debate realizado pelo A Hora e a reunião de sexta-feira para a organização do setor. Segundo ele, os dois momentos mostram que os líderes do estado estão unidos na busca por uma solução.

“Temos que criar mecanismos definitivos, para que os problemas solucionados agora não retornem no ano que vem”, alerta. A queda no preço do leite no mercado fez com que mais de 2,5 mil famílias abandonassem a produção nos últimos dois anos.

“Queremos que eles comprem quando tivermos produção excedente e vendam quando reduzir a oferta no mercado”, aponta. Para Silva, é

fundamental a busca de medidas capazes de impedir que novas famílias deixem a atividade devido à crise no setor.

Novos mercados

Além de debater a importação, Silva ressalta a intenção de buscar apoio para ampliar as exportações do leite gaúcho. Para ele, países como México e outros grandes importadores do produto podem representar um novo mercado para o setor.

Conforme o presidente do IGL, o secretário da Agricultura, Ernani Polo, e o secretário do Desenvolvimento Rural, Tarcísio Minetto, intermediarão audiências para tratar o tema em Brasília.

A intenção é falar com os ministros da Agricultura, Blairo Maggi, do Desenvolvimento Agrário, Caio Rocha.

Veículo: Jornal A Hora

Link: <http://www.jornalahora.com.br/2017/07/14/vale-pressiona-o-estado-para-barrar-a-crise-no-leite/>

Página: Notícias

Data: 17/07/2017

Vale pressiona o Estado para barrar a crise no leite

Líderes regionais cobraram soluções do secretário de Agricultura Ernani Polo durante debate Pensar o Vale. Evento realizado no Polo Tecnológico da

Univates discutiu temas como a importação de leite em pó do Uruguai, a desestruturação do IGL, a lei de créditos presumidos e o incentivo fiscal às empresas multinacionais.

Uma das principais fontes de renda da agricultura familiar, a cadeia leiteira gaúcha enfrenta uma debandada de produtores. A queda no preço do leite no mercado fez com que mais de 2,5 mil famílias da região abandonassem a atividade nos últimos dois anos. Caso a crise avance, o RS pode perder até 40 mil produtores nos próximos cinco anos.

Diante do cenário, o A Hora promoveu na manhã de ontem mais um debate Pensar o Vale. Mediado pelo diretor-geral do A Hora, Adair Weiss, o evento reuniu os principais agentes da cadeia leiteira, líderes regionais e teve a presença do secretário estadual de Agricultura, Ernani Polo.

De acordo com o reitor da Univates, Ney Lazzari, dos 12 mil alunos da instituição, ao menos dez mil são do Vale do Taquari e, portanto, pertencem direta ou indiretamente às cadeias produtivas do leite, aves e suínos. “Estamos economicamente ligados a toda a problemática relacionada a essas cadeias.”

Estamos economicamente ligados a toda a problemática relacionada a essas cadeias.”- Ney Lazzari, reitor da Univates

Conforme o presidente da Amvat e prefeito de Estrela, Rafael Mallmann, o cenário motiva uma das principais preocupações dos municípios, que é incentivar a permanência das famílias no campo.

ALÍVIO: motivo de apreensão, a mudança na política de créditos presumidos foi rechaçada pelo secretário Polo. Segundo ele, uma lei aprovada no Senado desobriga o Estado a reduzir os incentivos.
Crédito: Anderson Lopes

Presidente do Codevat, Cintia Agostini enfatizou as necessidades da região. “Queremos decisões, ações e resultados”, sentenciou. Segundo ela, o Vale responde a menos de 2% do território do RS, mas tem capacidade para produzir 1/3 do leite gaúcho. Para Cintia, um dos motivos que impede o desenvolvimento desse potencial é a importação de leite em pó.

Uruguai abala preços

A presidente do Codevat afirma que quase a metade das exportações de leite em pó uruguaio é comprada por indústrias instaladas no estado. Segundo ela, nos últimos dois anos, as importações do produto cresceram 300%, rebaixando os preços pagos ao produtor.

“São valores que não cobrem nem mesmo os custos de produção”, alerta. Cintia questiona como as famílias continuarão na atividade se estão operando no prejuízo. “É preciso uma decisão política para resolver esse problema”.

Temos que encontrar ações conjuntas e unificadas para sermos um país exportador.” - Alexandre Guerra, presidente do Sindilat

Presidente da Fetag, Pedrinho Signori ressalta os investimentos realizados pelos agricultores para participar dos programas de sanidade animal e outras ações visando a qualidade do leite. “Todos tinham a expectativa de melhorar o parâmetro de pagamento, e assim pagar as prestações dos investimentos.”

De acordo com Carlos Freitas, presidente- executivo da Dália Alimentos, tudo indica que o cenário adverso permanecerá pelo menos até março de 2018 caso não se encontre uma forma de estabelecer limites às importações.

“Entendemos que o comércio internacional não pode ser totalmente bloqueado, mas todos os países do mundo criam mecanismos para equilibrar a balança comercial”, alega. Freitas defende a ideia de estabelecer cotas de importação, da mesma forma como ocorre na relação entre Uruguai e Argentina.

Todos os dias os gestores buscam formas de evitar a saída das famílias da agricultura.” - Rafael Mallmann, presidente da Amvat

Segundo ele, a medida é fundamental diante da falta de competitividade do Brasil na comparação com os países vizinhos. Conforme Freitas, o preço médio pago por litro de leite no mercado global varia de US\$ 0,30 a US\$ 0,36, enquanto no país o valor precisa ficar ao menos em US\$ 0,40 para compensar o custo de produção.

“Considerando esse momento de globalização da economia, será muito difícil equilibrar isso no curto prazo”, aponta. Para aumentar a produtividade, atesta ser necessário investimento em tecnologia e em profissionais trabalhando no

campo, algo que só seria viável com medidas para impedir o volume elevado de importações.

*O produtor precisa saber quanto vai receber pelo leite. Sem isso, não tem segurança.” - **Pedrinho Signori, diretor da Fetag***

“Nos últimos seis meses, o Brasil importou US\$ 248 milhões a mais do que exportou”, informa. Conforme Freitas, um dos fatores que ainda assegura a atividade na região são as cooperativas que, mesmo perdendo competitividade, continuam comprando leite apenas dos produtores locais.

Produtores presentes no evento criticam a falta de uma política de proteção contra a entrada de leite em pó importado do Uruguai *Crédito: Anderson Lopes*

Incentivo desleal

Se o cooperativismo ainda é um dos pilares de sustentação da cadeia, o sistema enfrenta dificuldades devido a incentivos fiscais concedidos a empresas descritas por Freitas como extrativistas. “São organizações que, ao contrário das cooperativas, não têm qualquer ação de fomento agropecuário.”

Segundo ele, essas empresas, em geral provenientes da Região Sudeste, migram para o RS justamente devido ao trabalho de desenvolvimento do setor realizado pelo associativismo em parceria com a Emater.

Além de encontrar uma atividade bem desenvolvida, aponta, ainda ganham imensos benefícios do Fundopem. “Esse pessoal vem para cá com apenas dois profissionais, um para fazer lobby com o governo e conseguir incentivos fiscais, e outro para captar o leite.”

*“Nos falta um líder e união. O IGL frustrou as expectativas e os elos da cadeia não se comunicam.” - **Dirceu Bayer, presidente da Languiru***

Segundo ele, mesmo a qualidade do leite fica comprometida no momento em que o preço se torna o principal fator levado em consideração.

Nesse sentido, o presidente da Languiru, Dirceu Bayer, ressalta a inexistência de uma liderança forte, capaz de reunir as forças atuantes na cadeia produtiva em um objetivo comum. “Falta alguém que represente a cadeia e que tenha legitimidade.”

Desorganização

Bayer lembra do movimento de criação do IGL que, segundo ele, não trouxe efeitos desejados por falta de união. “Tão importante quanto as cooperativas, são os sindicatos e demais entes envolvidos. Precisamos falar a mesma linguagem.” Para ele, o Estado tem a capacidade técnica para produzir, mas não tem política para o leite. Deputado estadual,

Edson Brum alega que parte dessa desestruturação da cadeia se explica pela concorrência interna entre indústrias e cooperativas.

“O IGL foi enfraquecido por interesses ideológicos e políticos, inclusive da secretaria.” - Edson Brum, deputado estadual

Lembra que a criação do IGL visou justamente suprir essa lacuna. Segundo o parlamentar, foi um trabalho de anos para estabelecer algo parecido com o que é realizado com sucesso por países como Alemanha, Espanha e o próprio Uruguai.

“Depois de tudo isso, o IGL foi enfraquecido por interesses ideológicos e políticos”, critica. Para o deputado, parte da desestruturação do instituto ocorreu devido à intenção do IGL de mapear o rebanho bovino gaúcho para garantir a sanidade animal.

“O problema foi esse, pois não acredito nos números de abigeato, e sim em sonegação”, aponta. Diante disso, relata, foi abandonada uma política construída por várias pessoas de diferentes ideologias por outra completamente equivocada. “Precisamos também da consciência do Sindilat, pois são os associados desse sindicato que estão importando leite em pó”, ressalta.

O RS sofre com empresas extrativistas que recebem incentivos fiscais do Fundopem.” - Carlos de Freitas, presidente-executivo Dália

Presidente do Sindilat, Alexandre Guerra afirma que o Estado precisa repensar a sua produtividade para poder competir com o mercado internacional. “Temos que encontrar ações conjuntas para sermos um país exportador”, alega. Segundo ele, não é possível impedir as importações porque o Brasil vende mais produtos para o Uruguai do que compra do país vizinho.

Uma das sugestões de Guerra é estabelecer compras governamentais para tirar a pressão do mercado sobre os produtores, além de criar um plano de utilização da capacidade ociosa das indústrias do setor.

*“O que nós queremos são decisões e resultados para esse tema preocupante.” - **Cintia Agostini, presidente do Codevat***

Conforme o presidente do Sindilat, outro fator determinante para os problemas da cadeia é a guerra fiscal entre estados. Segundo Guerra, o RS é o que mais sofre consequências disso, por estar longe do Rio de Janeiro e de São Paulo, principais centros consumidores. “Nosso custo de logística é extremamente elevado.”

Ernani Polo convoca os representantes da cadeia a unificar discursos e estratégiaCrédito: Anderson Lopes

Secretário Polo pede mais unidade

Após ouvir as constatações, o secretário Ernani Polo afirmou que o papel de todos os envolvidos é encontrar caminhos para o setor. Segundo ele, o RS perde competitividade devido às dificuldades logísticas, não apenas no leite.

“Percebemos que as atividades exigem profissionalismo para reduzir custos e que os produtores sejam competitivos”, alega. Para melhorar as condições de competição, defende o trabalho integrado entre todos os elos da cadeia.

“Talvez uma relação contratual entre todos poderia ser um caminho”, sugere. Polo afirma que outros setores conseguem avançar de forma mais célere devido a essa sintonia, citando como exemplo a organização da cadeia do vinho.

“Passamos por um momento difícil com as ações da Operação Leite Compen\$ado, e hoje nossa produção é a mais fiscalizada do país”, ressalta. Diante disso, aponta, a atividade passou por uma transformação que resultou na profissionalização da cadeia.

Alega que o governo aprovou a tributação do leite UHT que entra no RS como forma de proteger o setor. Para ele, ainda é necessário tornar o estado em um produtor de derivados de leite com valor agregado, como queijo, requeijão e iogurte.

“Com simplicidade, humildade, podemos construir juntos esse caminho”, afirma. Segundo ele, as iniciativas do IGL e do Fundoleite foram bem

intencionadas, mas a falta de sintonia dos envolvidos no processo dificultou os trabalhos.

Edson Brum rebateu, dizendo que o tratamento dado pela secretaria ao IGL não foi o mesmo dado aos demais institutos. “Teve interesse ideológico e econômico por trás, inclusive por parte da secretaria.”

Polo respondeu dizendo que nunca houve essa diferenciação. Segundo ele, a diferença é que o IGL foi acionado judicialmente por uma cooperativa e por empresas que não queriam contribuir com o fundo, algo que não ocorreu nos demais institutos.

“Temos R\$ 1,5 milhão na conta do Fundoleite, e a Fazenda está executando quem não pagou”, assegura. Para o secretário, diante de tudo o que ocorreu nesse processo, ficou clara a dificuldade de representatividade do setor.

Mesmo assim, ressalta a intenção do governo em retomar as atividades do IGL. Segundo ele, hoje mesmo ocorre reunião entre o presidente do instituto, Carlos Joel da Silva, e o governo federal para tratar sobre a aquisição governamental de leite e a questão da importação.

“Essa equalização da balança comercial tem que ser feita ou pelo Piratini ou pela União”, acredita. Segundo Polo, o governo está disposto a mudar o que for necessário para melhorar as condições da atividade.

“Chega de discutir, a solução está dada.”

Diretor da CIC-VT e ex-secretário executivo do IGL, Oreno Ardêmio Heineck acredita que a solução passa por reestruturar o instituto. “Não podemos devolver ao Estado uma questão que discutimos para a iniciativa privada gerenciar.”

Segundo ele, a resistência ao IGL por parte de entidades como a Farsul e de algumas indústrias ocorre por desconhecimento do projeto. Caso o Estado não tenha o interesse de retomar o IGL, sugere o retorno da proposta de formar o Vale dos Lácteos. “Chega de discutir, a solução está dada. Senão colocarmos em prática o que foi construído nas duas últimas décadas, podemos ficar mais dez horas conversando e não sairemos do lugar.”

Menos conversa e mais ações

Representando os produtores, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teutônia e Westfália, Liane Brackmann, criticou o posicionamento do Sindilat quanto à importação. “Tratam com normalidade, como se as vacas do Uruguai fossem mais valiosas que as nossas”.

Para ela, é dever do Estado proteger o produtor, que está deixando a atividade por se sentir desamparado. “Este mês, R\$ 500 mil deixam de circular na economia de Teutônia por causa do impacto da crise do leite.”

Lembra ainda que as mudanças no Plano Safra fizeram com que os agricultores paguem juros superiores à inflação. “Até março do ano que vem, serão mais 30 mil produtores abandonando a atividade.” Secretário de Agricultura de Estrela, Adão Braun afirma que os agricultores exigem uma solução para não “morrer à míngua”. Ressalta o decreto do Estado que reduziu de 18% para 4% a alíquota cobrada na importação do leite.

“Precisamos eliminar esse incentivo para estancar a crise”, sentencia. Segundo ele, as autoridades brasileiras optaram por prestigiar o produtor uruguaio e três ou quatro grandes indústrias em detrimento das famílias que dependem da atividade.

Quais saídas restam?

O debate de ontem, no Tecnovates, denota a gravidade que enfrenta o setor leiteiro gaúcho. Feridas foram expostas, mas o entendimento de unidade prevaleceu.

O secretário Ernani Polo foi político. Mas deixou uma dose de esperança ao propor o consenso. Concorde com a importância do IGL e de abrir a discussão aos setores envolvidos.

A palavra empenhada por Polo cria expectativa e é uma das saídas. Afinal, sua origem é da agricultura familiar.

Hoje, em POA, no IGL, o tema volta à mesa. O debate de ontem em Lajeado, certamente, pesará na discussão. Espero que o apelo dos produtores e líderes setoriais tenha sensibilizado o secretário de Estado e os demais atores com poder de decisão.

Embora pareça difícil resolver o impasse das importações do Uruguai, é vital olhar para isso com a seriedade devida. Não há mais como resistir ao dano que o contrário causará.

Não menos importante é regar as concessões fiscais aos grupos econômicos estrangeiros que adotam modelo extrativista na cadeia.

Não faz qualquer sentido ignorar a ociosidade da planta fabril gaúcha e conceder incentivos fiscais a novos grupos econômicos. As plantas das nossas indústrias podem absorver mais 30% de leite. Logo, o governo do Estado deve ser estratégico e incentivar a melhoria da produtividade para tornar o setor forte na ponta mais fraca: o produtor. Trazer ou incentivar novas indústrias vai apenas desestabilizar o arranjo produtivo ainda muito frágil.

Por outro lado, se Polo não assumir posição e não fechar apoio aos pequenos produtores, o Vale terá de tomar uma atitude isolada: seguir o exemplo da Galícia e criar sua própria ferramenta de organização.

Um agência de desenvolvimento regional, com um fundo próprio. Não apenas pelas cooperativas, mas todas as empresas e setores ligados ao desenvolvimento regional devem aderir. Será uma alternativa em uma clara demonstração de protecionismo contra a falta de políticas públicas do Estado.

Por último, ao governador do Estado, José Ivo Sartori: olhe para o setor leiteiro como ferramenta estratégica de desenvolvimento social. Nenhum outro setor tem lastro tão profundo na economia gaúcha quanto o do leite. E, principalmente, é uma questão de sobrevivência dos pequenos municípios.

Veículo: Destaque Rural

Link: <http://www.destaquerrural.com.br/setores-gauchos-querem-que-governo-federal-compre-20-mil-toneladas-de-leite-em-po/>

Página: Notícias

Data: 18/07/2017

Setores gaúchos querem que governo federal compre 20 mil toneladas de leite em pó

Representantes do governo do Rio Grande do Sul, do setor produtivo e entidades do agronegócio alinharam, na manhã de sexta-feira 14, em reunião na Famurs, um pleito conjunto a ser apresentado ao secretário nacional da Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social, Caio Rocha. O pedido será para que o governo federal promova compras governamentais para retirar do mercado 20 mil toneladas de leite em pó, o que representa um valor em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos.

Segundo o secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini, as entidades “bateram o martelo” sobre o valor a ser pleiteado e ainda defenderam a urgência do Brasil adotar uma política de estoques reguladores para o mercado lácteo. O encontro com o representante do governo federal deve ocorrer em Porto Alegre no dia 28 de julho, às 10h, na sede Fetag. O assunto já foi tratado, esta semana, em reunião entre o Sindilat, Fetag e o Ministério da Agricultura.

Acompanhado pelo vice-presidente do Sindilat, Guilherme Portella, Palharini ainda apresentou ao grupo projeto de acordo comercial com o México. Segundo ele, além das compras governamentais, é essencial abrir novos mercados para absorver a produção brasileira no médio prazo. “O México compra muito leite em pó e queijo dos Estados Unidos. Um acordo com o Brasil ajudaria muito o segmento produtivo”. A reunião contou com o secretário da Agricultura, Ernani Polo, e representantes da Sefaz e da SDR. Pelo setor produtivo, também estavam presentes Piá e Languiru.

Veículo: MilkPoint

Link: <https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/setor-quer-que-governo-compre-20-mil-toneladas-de-leite-em-po-106234n.aspx>

Página: Notícias

Data: 18/07/2017



Setor quer que governo compre 20 mil toneladas de leite em pó

Representantes do governo do Estado, do setor produtivo e entidades do agronegócio alinharam, na manhã da última sexta-feira (14/7), em reunião na Famurs, um pleito conjunto a ser apresentado ao secretário nacional da Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Caio Rocha. O pedido será para que o governo federal promova **compras governamentais** para retirar do mercado 20 mil toneladas de leite em pó, o que representa um valor em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos.

Segundo o secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini, as entidades “bateram o martelo” sobre o valor a ser pleiteado e ainda defenderam a urgência do Brasil adotar uma **política de estoques reguladores** para o **mercado lácteo**. O encontro com o representante do governo federal deve ocorrer em Porto Alegre no dia 28 de julho, às 10h, na sede Fetag. O assunto já foi tratado, na semana passada, em reunião entre o Sindilat, Fetag e o Ministério da Agricultura.

Acompanhado pelo vice-presidente do Sindilat, Guilherme Portella, Palharini ainda apresentou ao grupo projeto de acordo comercial com o México. Segundo ele, além das compras governamentais, é essencial abrir novos mercados para absorver a produção brasileira no médio prazo. “O México compra muito leite em pó e queijo dos Estados Unidos. Um acordo com o Brasil ajudaria muito o segmento produtivo”. A reunião contou com o secretário da Agricultura, Ernani Polo, e representantes da Sefaz e da SDR. Pelo setor produtivo, também estavam presentes Piá e Languiru.

As informações são do Sindilat.

Veículo: EdairyNews

Link: <http://edairynews.com/br/setor-quer-governo-compre-53395/>

Página: Notícias

Data: 18/07/2017

Setor quer que governo compre 20 mil toneladas de leite em pó

Representantes do governo do Estado, do setor produtivo e entidades do agronegócio alinharam, na manhã da última sexta-feira (14/7), em reunião na Famurs, um pleito conjunto a ser apresentado ao secretário nacional da Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Caio Rocha. O pedido será para que o governo federal promova compras governamentais para retirar do mercado 20 mil toneladas de leite em pó, o que representa um valor em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos.

Segundo o secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini, as entidades “bateram o martelo” sobre o valor a ser pleiteado e ainda defenderam a urgência do Brasil adotar uma política de estoques reguladores para o mercado lácteo. O encontro com o representante do governo federal deve ocorrer em Porto Alegre no dia 28 de julho, às 10h, na sede Fetag. O assunto já foi tratado, na semana passada,

em reunião entre o Sindilat, Fetag e o Ministério da Agricultura.

Acompanhado pelo vice-presidente do Sindilat, Guilherme Portella, Palharini ainda apresentou ao grupo projeto de acordo comercial com o México. Segundo ele, além das compras governamentais, é essencial abrir novos mercados para absorver a produção brasileira no médio prazo. “O México compra muito leite em pó e queijo dos Estados Unidos. Um acordo com o Brasil ajudaria muito o segmento produtivo”. A reunião contou com o secretário da Agricultura, Ernani Polo, e representantes da Sefaz e da SDR. Pelo setor produtivo, também estavam presentes Piá e Languiru.

Fonte: Sindilat.

Veículo: O Leite

Link: <http://www.oleite.com.br/Noticia/setor-quer-que-governo-compre-20-mil-toneladas-de-leite-em-po-498762>

Página: Notícias

Data: 18/07/2017

Setor quer que governo compre 20 mil toneladas de leite em pó

Representantes do governo do Estado, do setor produtivo e entidades do agronegócio alinharam, na manhã da última sexta-feira (14/7), em reunião na Famurs, um pleito conjunto a ser apresentado ao secretário nacional da Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Caio Rocha. O pedido será para que o governo federal promova compras governamentais para retirar do mercado 20 mil toneladas de leite em pó, o que representa um valor em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos.

Segundo o secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini, as entidades “bateram o martelo” sobre o valor a ser pleiteado e ainda defenderam a urgência do Brasil adotar uma política de estoques reguladores para o mercado lácteo. O encontro com o representante do governo federal deve ocorrer em Porto Alegre no dia 28 de julho, às 10h, na sede Fetag. O assunto já foi tratado, na semana passada, em reunião entre o Sindilat, Fetag e o Ministério da Agricultura.

Acompanhado pelo vice-presidente do Sindilat, Guilherme Portella, Palharini ainda apresentou ao grupo projeto de acordo comercial com o México. Segundo ele, além das compras governamentais, é essencial abrir novos mercados para absorver a produção brasileira no médio prazo. “O México compra muito leite em pó e queijo dos Estados Unidos. Um acordo com o Brasil ajudaria muito o segmento produtivo”. A reunião contou com o secretário da Agricultura, Ernani Polo, e representantes da Sefaz e da SDR. Pelo setor produtivo, também estavam presentes Piá e Languiru.

Veículo: Jornal do Comércio

Link: http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/07/economia/574496-setor-leiteiro-foi-o-que-mais-investiu-em-indenizacoes.html

Página: Notícias

Data: 19/07/2017

Setor leiteiro foi o que mais investiu em indenizações

O setor leiteiro foi o que mais investiu recursos do Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa) no segundo trimestre de 2017. Foram destinados R\$ 2.151.433,46 - 76,2% a mais se comparado ao primeiro trimestre deste ano, quando foram investidos R\$ 1.222.275,67. No segundo trimestre, foram atendidos 112 pedidos de indenização de bovinos de leite, o que corresponde a 569 animais e totaliza R\$ 776.063,20. Os dados referem-se ao período entre 17 de abril a 17 de julho.

No acumulado do ano, foram destinados R\$ 1.763.628,73 milhão a indenizações - R\$ 472 mil a mais que no primeiro semestre de 2016. Para Alexandre Guerra, presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios (Sindilat), os dados deixam claro o movimento em prol da sanidade dos animais. "Esses números são resultado do trabalho do setor para deixar o seu rebanho livre de tuberculose e brucelose", diz. De acordo com o presidente do Fundesa, Rogério Kerber, a alta também é derivada da crescente demanda da Secretaria de Agricultura do Estado

Veículo: AgroLink

Link: https://www.agrolink.com.br/noticias/setor-leiteiro-foi-o-que-mais-investiu-em-indenizacoes-no-segundo-trimestre_395582.html

Página: Notícias

Data: 19/07/2017



Setor leiteiro foi o que mais investiu em indenizações no segundo trimestre

O setor leiteiro foi o que mais investiu recursos do Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa) no segundo trimestre de 2017. Segundo dados apresentados durante assembleia geral realizada na segunda-feira (17/7), em Porto Alegre (RS), foram destinados R\$ 2.151.433,46 - 76,2% a mais se comparado ao primeiro trimestre deste ano, quando foram investidos R\$ 1.222.275,67. Representando o Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio

Grande do Sul (Sindilat), participaram do encontro o presidente, Alexandre Guerra, e o secretário-executivo, Darlan Palharini. Na ocasião, foi homologada a indicação de Palharini para a função de presidente do Conselho Técnico Operacional da Pecuária Leiteira do Fundesa para o período de 2017/2018.

No segundo trimestre, foram atendidos 112 pedidos de indenização de bovinos de leite, o que corresponde a 569 animais e totaliza R\$ 776.063,20. Os dados referem-se ao período entre 17 de abril a 17 de julho. No acumulado do ano, foram destinados R\$ 1.763.628,73 milhão a indenizações - R\$ 472 mil a mais que no primeiro semestre do ano passado. Para Guerra, os dados deixam claro o movimento em prol da sanidade dos animais. “Esses números são resultado do trabalho do setor para deixar o seu rebanho livre de tuberculose e brucelose”, diz o dirigente. De acordo com o presidente do Fundesa, Rogério Kerber, o acréscimo também é derivado da crescente demanda da Secretaria de Agricultura do RS (Seapi).

Veículo: Página Rural

Link: <http://www.paginarural.com.br/noticia/245719/setor-leiteiro-foi-o-que-mais-investiu-em-indenizacoes-no-segundo-trimestre-diz-sindilat>

Página: Notícias

Data: 19/07/2017



RS: setor leiteiro foi o que mais investiu em indenizações no segundo trimestre, diz Sindilat

Porto Alegre/RS

O setor leiteiro foi o que mais investiu recursos do Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa) no segundo trimestre de 2017.

Segundo dados apresentados durante assembleia geral realizada na segunda-feira (17), em Porto Alegre (RS), foram destinados R\$ 2.151.433,46 - 76,2%

a mais se comparado ao primeiro trimestre deste ano, quando foram investidos R\$ 1.222.275,67.

Representando o Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), participaram do encontro o presidente, Alexandre Guerra, e o secretário-executivo, Darlan Palharini. Na ocasião, foi homologada a indicação de Palharini para a função de presidente do Conselho Técnico Operacional da Pecuária Leiteira do Fundesa para o período de 2017/2018.

No segundo trimestre, foram atendidos 112 pedidos de indenização de bovinos de leite, o que corresponde a 569 animais e totaliza R\$ 776.063,20. Os dados referem-se ao período entre 17 de abril a 17 de julho. No acumulado do ano, foram destinados R\$ 1.763.628,73 milhão a indenizações - R\$ 472 mil a mais que no primeiro semestre do ano passado.

Para Guerra, os dados deixam claro o movimento em prol da sanidade dos animais. "Esses números são resultado do trabalho do setor para deixar o seu rebanho livre de tuberculose e brucelose", diz o dirigente. De acordo com o presidente do Fundesa, Rogério Kerber, o acréscimo também é derivado da crescente demanda da Secretaria de Agricultura do RS (Seapi).

Fonte: Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat)

Veículo: AgroNovas

Link: <http://www.agronovas.com.br/setor-leiteiro-foi-o-que-mais-investiu-em-indenizacoes-no-segundo-trimestre/>

Página: Notícias

Data: 19/07/2017



SETOR LEITEIRO FOI O QUE MAIS INVESTIU EM INDENIZAÇÕES NO SEGUNDO TRIMESTRE

O setor leiteiro foi o que mais investiu recursos do Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa) no segundo trimestre de 2017. Segundo dados apresentados durante assembleia geral realizada nesta segunda-feira (17/7), em Porto Alegre (RS), foram destinados R\$ 2.151.433,46 – 76,2% a mais se comparado ao primeiro trimestre deste ano, quando foram investidos R\$ 1.222.275,67. Representando o Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), participaram do encontro o presidente, Alexandre Guerra, e o secretário-executivo, Darlan Palharini. Na ocasião, foi homologada a indicação de Palharini para a função de presidente do Conselho Técnico Operacional da Pecuária Leiteira do Fundesa para o período de 2017/2018.

No segundo trimestre, foram atendidos 112 pedidos de indenização de bovinos de leite, o que corresponde a 569 animais e totaliza R\$ 776.063,20. Os dados referem-se ao período entre 17 de abril a 17 de julho. No acumulado do ano, foram destinados R\$ 1.763.628,73 milhão a indenizações – R\$ 472 mil a mais que no primeiro semestre do ano passado. Para Guerra, os dados deixam claro o movimento em prol da sanidade dos animais. “Esses números são resultado do trabalho do setor para deixar o seu rebanho livre de tuberculose e brucelose”, diz o dirigente. De acordo com o presidente do Fundesa, Rogério Kerber, o acréscimo também é derivado da crescente demanda da Secretaria de Agricultura do RS (Seapi).

Veículo: O Leite

Link: <http://www.oleite.com.br/Noticia/setor-quer-que-governo-compre-20-mil-toneladas-de-leite-em-po-498762>

Página: Notícias

Data: 19/07/2017

Setor quer que governo compre 20 mil toneladas de leite em pó

Representantes do governo do Estado, do setor produtivo e entidades do agronegócio alinharam, na manhã da última sexta-feira (14/7), em reunião na Famurs, um pleito conjunto a ser apresentado ao secretário nacional da Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Caio Rocha. O pedido será para que o governo federal promova compras governamentais para retirar do mercado 20 mil toneladas de leite em pó, o que representa um valor em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos.

Segundo o secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini, as entidades “bateram o martelo” sobre o valor a ser pleiteado e ainda defenderam a urgência do Brasil adotar uma política de estoques reguladores para o mercado lácteo. O encontro com o representante do governo federal deve ocorrer em Porto Alegre no dia 28 de julho, às 10h, na sede Fetag. O assunto já foi tratado, na semana passada, em reunião entre o Sindilat, Fetag e o Ministério da Agricultura.

Acompanhado pelo vice-presidente do Sindilat, Guilherme Portella, Palharini ainda apresentou ao grupo projeto de acordo comercial com o México. Segundo ele, além das compras governamentais, é essencial abrir novos mercados para absorver a produção brasileira no médio prazo. “O México compra muito leite em pó e queijo dos Estados Unidos. Um acordo com o Brasil ajudaria muito o segmento produtivo”. A reunião contou com o secretário da Agricultura, Ernani Polo, e representantes da Sefaz e da SDR. Pelo setor produtivo, também estavam presentes Piá e Languiru.

Sindilat

Veículo: Guialat

Link: http://guialat.com.br/?p=detalhar_noticia&id=705

Página: Notícias

Data: 19/07/2017



Setor quer que governo compre 20 mil toneladas de leite em pó

Representantes do governo do Estado, do setor produtivo e entidades do agronegócio alinharam, na manhã desta sexta-feira (14/7), em reunião na Famurs, um pleito conjunto a ser apresentado ao secretário nacional da Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Caio Rocha.

O pedido será para que o governo federal promova compras governamentais para retirar do mercado 20 mil toneladas de leite em pó, o que representa um valor em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos. Segundo o secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini, as entidades "bateram o martelo" sobre o valor a ser pleiteado e ainda defenderam a urgência do Brasil adotar uma política de estoques reguladores para o mercado lácteo.

O encontro com o representante do governo federal deve ocorrer em Porto Alegre no dia 28 de julho, às 10h, na sede Fetag. O assunto já foi tratado, esta semana, em reunião entre o Sindilat, Fetag e o Ministério da Agricultura.

Acompanhado pelo vice-presidente do Sindilat, Guilherme Portella, Palharini ainda apresentou ao grupo projeto de acordo comercial com o México. Segundo ele, além das compras governamentais, é essencial abrir novos mercados para absorver a produção brasileira no médio prazo. "O México compra muito leite em pó e queijo dos Estados Unidos. Um acordo com o Brasil ajudaria muito o segmento produtivo". A reunião contou com o secretário da Agricultura, Ernani Polo, e representantes da Sefaz e da SDR. Pelo setor produtivo, também estavam presentes Piá e Languiru.

Veículo: Jornal do Comércio

Link: http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/07/economia/574779-inspecao-flexibilizada-nas-industrias-divide-opinioes.html

Página: Notícias

Data: 20/07/2017

Inspeção flexibilizada nas indústrias divide opiniões

Enquanto o Projeto de Lei (PL) nº 125/2017 está parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) devido ao recesso da Assembleia Legislativa, o governo se mobiliza para conseguir apoio à flexibilização na regras de inspeção sanitária no Estado. Em encontro na Federação dos Municípios (Famurs), ontem, com cerca de 80 pessoas, o secretário da Agricultura, Ernani Polo, apresentou a prefeitos e entidades o projeto encaminhado em regime de urgência à Assembleia para autorizar médicos veterinários privados a fazerem a inspeção nas indústrias de alimentos de origem animal.

A Famurs e o Sindicato da Indústria de Laticínios (Sindilat) se comprometeram a defender a iniciativa junto aos deputados, que têm até o dia 11 de agosto para avaliar a proposta antes que o PL 125/2017 comece a trancar a pauta. O projeto, porém, alimenta polêmicas que colocam, de um lado, o governo e entidades empresariais e, de outro, servidores do Estado e de órgão de defesa do consumidor, como o Ministério Público Estadual (MPE), que temem a fragilização do trabalho e maiores riscos à qualidade dos alimentos.

O presidente da Famurs, Salmo Dias, disse que a entidade tinha "o dever de se posicionar" sobre o tema, dada a relevância para os municípios, e que a proposta do Piratini estimularia os empreendedores e as economias locais. "A nossa preocupação é que os municípios consigam atender à necessidade do empreendedor local, garantir a qualidade dos alimentos e a saúde da população", afirmou. Empresários e governo asseguram que, sem condições de ampliação do quadro de fiscais estaduais e sem chance de novas contratações, projetos e ampliações têm ficado parados em razão da carência de estrutura para aprovação e fiscalização.

A ideia é ter médicos veterinários habilitados pelo Estado fazendo a inspeção e deixar aos servidores a fiscalização do trabalho, dando mais agilidade ao processo. "Estamos perdendo

cerca de R\$ 20 milhões em ICMS ao ano e a chance de gerar cerca de 500 vagas de trabalho. Isso é o reflexo que teremos com o PL aprovado e com o destravamento das ampliações e de novas indústrias que não estão sendo autorizadas a operar pela carência de fiscais", defende Polo.

Para a presidente da Associação dos Fiscais Agropecuários do Estado (Afagro), Ângela Antunes, deixar esse trabalho para um profissional, que seria, direta ou indiretamente, pago pela própria empresa que ele deve fiscalizar, vai gerar um relação de promiscuidade e colocará em risco a saúde do consumidor. "O processo industrial é dinâmico e não é possível separar a inspeção da fiscalização, como quer o governo. A carcaça que passar na linha de produção e tiver um problema não poderá ser resgatada. O animal é abatido, vai para a câmara fria e, muitas vezes, no outro dia, já está indo para o comércio", diz Ângela. Outro crítico é o promotor Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) para a área de Segurança Alimentar do MPE. Um dos responsáveis pela Operação Leite Compensado, Silva Filho teme que o modelo deixe ainda mais portas abertas para fraudes. "Inicialmente, sou refratário a esse autocontrole que o governo quer adotar. Não estamos preparados para isso, basta ver os problemas que enfrentamos na área do leite. Se isso passar e for aprovado, vamos ver o que será feito", alerta. O que está em debate Hoje, apenas servidores podem fazer a inspeção e a fiscalização sanitária e industrial. O Projeto de Lei nº 125/2017, de 27 de junho, torna a inspeção e a fiscalização atividades distintas e permite que médicos veterinários privados habilitados pelo Estado possam fazer a inspeção, sob fiscalização de servidores.

Neste caso, a indústria vai requerir o serviço da inspeção em seu estabelecimento, conforme suas necessidades, através de contrato de prestação de serviços com empresa credenciada pelo Estado, que será realizado por médico veterinário aprovado e habilitado também pelo governo. O sistema está destinado apenas para as indústrias com comércio dentro do estado do Rio Grande do Sul, não sendo permitido para empresas que vendem nacionalmente e exportadoras.

Veículo: AgroNovas

Link: <http://www.agronovas.com.br/industrias-apoiam-projeto-de-mudanca-na-fiscalizacao-do-rs/>

Página: Notícias

Data: 20/07/2017



INDÚSTRIAS APOIAM PROJETO DE MUDANÇA NA FISCALIZAÇÃO DO RS

O setor produtivo debateu, na tarde desta quarta-feira (19/7), na Famurs, o projeto de lei (PL) 125, que prevê a modernização do sistema estadual de fiscalização. A proposta, que sugere a habilitação de médicos veterinários para prestarem serviço de inspeção nas indústrias de proteína animal, tramita em regime de urgência na Assembleia Legislativa.

Atualmente, segundo o consultor da Foco Rural, Fernando Schwanke, há 22 pedidos de ampliação e dez para novos empreendimentos aguardando liberação devido à falta de profissionais. “Hoje, o Estado se dá ao luxo de negar novos projetos devido à falta de servidores para realizar inspeção”, comentou Schwanke.

Segundo o secretário da Agricultura, Ernani Polo, a proposta também prevê o nivelamento interno dos servidores por meio de qualificação e a melhoria dos processos nas empresas e indústrias por meio do Senai Alimentos. “A fiscalização seguirá sendo atribuição dos fiscais estaduais”, afirma Polo.

O Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) é favorável ao projeto. “Este modelo já existe em países que concorrem com o Brasil. O mundo todo avança no sentido de modernizar a inspeção”, avalia o secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini. Formato semelhante ao sugerido pelo PL já é adotado em países da Europa e até no Brasil, em estados como o Paraná.

Farsul, Fetag e Fundesa também são favoráveis à proposta. A Associação dos Fiscais Agropecuários do Rio Grande do Sul (Afagro), que representa os servidores, é contrária ao projeto.

Veículo: Agrolink

Link: https://www.agrolink.com.br/noticias/industrias-apoiam-projeto-de-mudanca-na-fiscalizacao-do-rs_395666.html

Página: Notícias

Data: 20/07/2017



Indústrias apoiam projeto de mudança na fiscalização do RS

O setor produtivo debateu, na tarde desta quarta-feira (19/7), na Famurs, o projeto de lei (PL) 125, que prevê a modernização do sistema estadual de fiscalização. A proposta, que sugere a habilitação de médicos veterinários para prestarem serviço de inspeção nas indústrias de proteína animal, tramita em regime de urgência na Assembleia Legislativa.

Atualmente, segundo o consultor da Foco Rural, Fernando Schwanke, há 22 pedidos de ampliação e dez para novos empreendimentos aguardando liberação devido à falta de profissionais. "Hoje, o Estado se dá ao luxo de negar novos projetos devido à falta de servidores para realizar inspeção", comentou Schwanke.

Segundo o secretário da Agricultura, Ernani Polo, a proposta também prevê o nivelamento interno dos servidores por meio de qualificação e a melhoria dos processos nas empresas e indústrias por meio do Senai Alimentos. "A fiscalização seguirá sendo atribuição dos fiscais estaduais", afirma Polo.

O Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) é favorável ao projeto. "Este modelo já existe em países que concorrem com o Brasil. O mundo todo avança no sentido de modernizar a inspeção", avalia o secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini. Formato semelhante ao sugerido pelo PL já é adotado em países da Europa e até no Brasil, em estados como o Paraná.

Veículo: Destaque Rural

Link: <http://www.destaquerural.com.br/industrias-apoiam-projeto-de-mudanca-na-fiscalizacao-do-rio-grande-do-sul/>

Página: Notícias

Data: 20/07/2017

Indústrias apoiam projeto de mudança na fiscalização do Rio Grande do Sul

O setor produtivo debateu, na tarde desta quarta-feira (19/7), na Famurs, o projeto de lei (PL) 125, que prevê a modernização do sistema estadual de fiscalização. A proposta, que sugere a habilitação de médicos veterinários para prestarem serviço de inspeção nas indústrias de proteína animal, tramita em regime de urgência na Assembleia Legislativa.

Atualmente, segundo o consultor da Foco Rural, Fernando Schwanke, há 22 pedidos de ampliação e dez para novos empreendimentos aguardando liberação devido à falta de profissionais. “Hoje, o Estado se dá ao luxo de negar novos projetos devido à falta de servidores para realizar inspeção”, comentou Schwanke.

Segundo o secretário da Agricultura, Ernani Polo, a proposta também prevê o nivelamento interno dos servidores por meio de qualificação e a melhoria dos processos nas empresas e indústrias por meio do Senai Alimentos. “A fiscalização seguirá sendo atribuição dos fiscais estaduais”, afirma Polo.

O Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) é favorável ao projeto. “Este modelo já existe em países que concorrem com o Brasil. O mundo todo avança no sentido de modernizar a inspeção”, avalia o secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini. Formato semelhante ao sugerido pelo PL já é adotado em países da Europa e até no Brasil, em estados como o Paraná.

Farsul, Fetag e Fundesa também são favoráveis à proposta. A Associação dos Fiscais Agropecuários do Rio Grande do Sul (Afagro), que representa os servidores, é contrária ao projeto.

Veículo: EdairyNews

Link: <http://edairynews.com/br/setor-leiteiro-foi-mais-investiu-53442/>

Página: Notícias

Data: 20/07/2017

Setor leiteiro foi o que mais investiu em indenizações

Indenizações. O setor leiteiro foi o que mais investiu recursos do Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa) no segundo trimestre de 2017. Foram destinados R\$ 2.151.433,46 – 76,2% a mais se comparado ao primeiro trimestre deste ano, quando foram investidos R\$ 1.222.275,67. No segundo trimestre, foram atendidos 112 pedidos de indenização de bovinos de leite, o que corresponde a 569 animais e totaliza R\$ 776.063,20. Os dados referem-se ao período entre 17 de abril a 17 de julho. No acumulado do ano, foram destinados R\$ 1.763.628,73 milhão a indenizações – R\$ 472 mil a mais que no primeiro semestre de 2016. Para Alexandre Guerra, presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios (Sindilat), os dados deixam claro o movimento em prol da sanidade dos animais. “Esses números são resultado do trabalho do setor para deixar o seu rebanho livre de tuberculose e brucelose”, diz. De acordo com o presidente do Fundesa, Rogério Kerber, a alta também é derivada da crescente demanda da Secretaria de Agricultura do Estado.

Veículo: Página Rural

Link: <http://www.paginarural.com.br/noticia/245801/industrias-apoiam-projeto-de-mudanca-na-fiscalizacao-do-rs-diz-sindilat>

Página: Notícias

Data: 20/07/2017



RS: indústrias apoiam projeto de mudança na fiscalização do RS, diz Sindilat

Porto Alegre/RS

O setor produtivo debateu, na tarde desta quarta-feira (19), na Famurs, o projeto de lei (PL) 125, que prevê a modernização do sistema estadual de fiscalização. A proposta, que sugere a habilitação de médicos veterinários para prestarem serviço de inspeção nas indústrias de proteína animal, tramita em regime de urgência na Assembleia Legislativa.

Atualmente, segundo o consultor da Foco Rural, Fernando Schwanke, há 22 pedidos de ampliação e dez para novos empreendimentos aguardando liberação devido à falta de profissionais. "Hoje, o Estado se dá ao luxo de negar novos projetos devido à falta de servidores para realizar inspeção", comentou Schwanke.

Segundo o secretário da Agricultura, Ernani Polo, a proposta também prevê o nivelamento interno dos servidores por meio de qualificação e a melhoria dos processos nas empresas e indústrias por meio do Senai Alimentos. "A fiscalização seguirá sendo atribuição dos fiscais estaduais", afirma Polo.

O Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) é favorável ao projeto. "Este modelo já existe em países que concorrem com o Brasil. O mundo todo avança no sentido de modernizar a inspeção", avalia o secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini. Formato semelhante ao sugerido pelo PL já é adotado em países da Europa e até no Brasil, em estados como o Paraná.

Farsul, Fetag e Fundesa também são favoráveis à proposta. A Associação dos Fiscais Agropecuários do Rio Grande do Sul (Afagro), que representa os servidores, é contrária ao projeto.

Veículo: Canal Rural

Link: <http://www.canalrural.com.br/videos/jornal-da-pecuaria/leite-setor-quer-que-governo-compre-mil-toneladas-81366>

Página: Notícias

Data: 21/07/2017



COMENTAR

JORNAL DA PECUÁRIA

Leite em pó: setor quer que governo compre 20 mil toneladas

20/07/2017 20:52 - Canal Rural

Mesmo com a queda nas importações de leite em pó este ano, o Brasil já está com um excedente de 24 mil toneladas do produto. De acordo com secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul, Darlan Palharini, para regular o mercado e evitar quedas nos preços o setor pediu ao Ministério da Agricultura uma compra governamental de 20 mil toneladas.

Veículo: MilkPoint

Link: <https://www.milkpoint.com.br/industria/cadeia-do-leite/giro-de-noticias/rs-industrias-apoiam-projeto-de-mudanca-na-fiscalizacao-106306n.aspx>

Página: Notícias

Data: 21/07/2017



RS: indústrias apoiam projeto de mudança na fiscalização

O setor produtivo debateu, na tarde desta quarta-feira (19/7), na Famurs, o projeto de lei (PL) 125, que prevê a **modernização do sistema estadual de fiscalização**. A proposta, que sugere a habilitação de médicos veterinários para prestarem serviço de inspeção nas indústrias de proteína animal, tramita em regime de urgência na Assembleia Legislativa.

Atualmente, segundo o consultor da Foco Rural, Fernando Schwanke, há 22 pedidos de ampliação e dez para novos empreendimentos aguardando liberação devido à falta de profissionais. "Hoje, o Estado se dá ao luxo de negar novos projetos devido à falta de servidores para realizar inspeção", comentou Schwanke.

Segundo o secretário da Agricultura, Ernani Polo, a proposta também prevê o nivelamento interno dos servidores por meio de qualificação e a melhoria dos processos nas empresas e indústrias por meio do Senai Alimentos. "A fiscalização seguirá sendo atribuição dos fiscais estaduais", afirma Polo.

O Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) é favorável ao projeto. "Este modelo já existe em países que concorrem com o Brasil. O mundo todo avança no sentido de modernizar a inspeção", avalia o secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini. Formato semelhante ao sugerido pelo PL já é adotado em países da Europa e até no Brasil, em estados como o Paraná.

Farsul, Fetag e Fundesa também são favoráveis à proposta. A Associação dos Fiscais Agropecuários do Rio Grande do Sul (Afagro), que representa os servidores, é contrária ao projeto.

As informações são do Sindilat.

Veículo: Jornal Dia Dia

Link: <http://jornaldiadia.com.br/2016/?p=310994>

Página: Notícias

Data: 21/07/2017



Indústrias apoiam projeto de mudança na fiscalização do RS

O setor produtivo debateu, na tarde desta quarta-feira (19/7), na Famurs, o projeto de lei (PL) 125, que prevê a modernização do sistema estadual de fiscalização. A proposta, que sugere a habilitação de médicos veterinários para prestarem serviço de inspeção nas indústrias de proteína animal, tramita em regime de urgência na Assembleia Legislativa.

Atualmente, segundo o consultor da Foco Rural, Fernando Schwanke, há 22 pedidos de ampliação e dez para novos empreendimentos aguardando liberação devido à falta de profissionais. “Hoje, o Estado se dá ao luxo de negar novos projetos devido à falta de servidores para realizar inspeção”, comentou Schwanke.

Segundo o secretário da Agricultura, Ernani Polo, a proposta também prevê o nivelamento interno dos servidores por meio de qualificação e a melhoria dos processos nas empresas e indústrias por meio do

Senai Alimentos. “A fiscalização seguirá sendo atribuição dos fiscais estaduais”, afirma Polo.

O Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) é favorável ao projeto. “Este modelo já existe em países que concorrem com o Brasil. O mundo todo avança no sentido de modernizar a inspeção”, avalia o secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini. Formato semelhante ao sugerido pelo PL já é adotado em países da Europa e até no Brasil, em estados como o Paraná.

Farsul, Fetag e Fundesa também são favoráveis à proposta. A Associação dos Fiscais Agropecuários do Rio Grande do Sul (Afagro), que representa os servidores, é contrária ao projeto.

Fotos: Bruna Karpinski

Fonte: Jardine Agência Comunicação

Veículo: Destaque Rural

Link: <http://www.destaquerural.com.br/industrias-apoiam-projeto-de-mudanca-na-fiscalizacao-do-rio-grande-do-sul/>

Página: Notícias

Data: 21/07/2017

Indústrias apoiam projeto de mudança na fiscalização do Rio Grande do Sul

O setor produtivo debateu, na tarde desta quarta-feira (19/7), na Famurs, o projeto de lei (PL) 125, que prevê a modernização do sistema estadual de fiscalização. A proposta, que sugere a habilitação de médicos veterinários para prestarem serviço de inspeção nas indústrias de proteína animal, tramita em regime de urgência na Assembleia Legislativa.

Atualmente, segundo o consultor da Foco Rural, Fernando Schwanke, há 22 pedidos de ampliação e dez para novos empreendimentos aguardando liberação devido à falta de profissionais. “Hoje, o Estado se dá ao luxo de negar novos projetos devido à falta de servidores para realizar inspeção”, comentou Schwanke.

Segundo o secretário da Agricultura, Ernani Polo, a proposta também prevê o nivelamento interno dos servidores por meio de qualificação e a melhoria dos

processos nas empresas e indústrias por meio do Senai Alimentos. “A fiscalização seguirá sendo atribuição dos fiscais estaduais”, afirma Polo.

O Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) é favorável ao projeto. “Este modelo já existe em países que concorrem com o Brasil. O mundo todo avança no sentido de modernizar a inspeção”, avalia o secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini. Formato semelhante ao sugerido pelo PL já é adotado em países da Europa e até no Brasil, em estados como o Paraná.

Farsul, Fetag e Fundesa também são favoráveis à proposta. A Associação dos Fiscais Agropecuários do Rio Grande do Sul (Afagro), que representa os servidores, é contrária ao projeto.

Veículo: AgroNovas

Link: <http://www.agronovas.com.br/entidades-formalizam-pedido-para-compras-governamentais/>

Página: Notícias

Data: 24/07/2017



ENTIDADES FORMALIZAM PEDIDO PARA COMPRAS GOVERNAMENTAIS

O Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) protocolou nesta sexta-feira (21/7) pedido de compras governamentais, de forma emergencial, de 20 mil toneladas de leite em pó ao governo federal. O pleito foi oficializado com o ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, e o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Caio Rocha, no Palácio Piratini, em Porto Alegre (RS). A expectativa é de que a medida retire a pressão do mercado no período de safra e evite a queda do

preço do leite. As compras solicitadas representam em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos.

Para o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, o pedido é uma alternativa emergencial, já que está entrando grande quantidade de leite importado com preços mais competitivos. “Nesse momento em que estamos com a safra no pico da produção de leite, se faz necessária essa ação para compras governamentais para que o preço não continue caindo. Tratamos de leite em pó porque é o produto que mais entra de fora via Mercosul”, explicou. O secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, também participou da cerimônia no Palácio. O pedido foi feito em conjunto com entidades do setor, entre elas Fetag, Famurs, IGL e Secretaria da Agricultura.

Rocha afirmou que o governo está priorizando as compras governamentais, mas que precisa aguardar a queda do preço do leite para efetivar a aquisição. “Para que a gente possa chegar nas 20 mil toneladas, precisamos que o preço baixe do mínimo”, explica Rocha, lembrando que o preço mínimo é estabelecido pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). “Se baixar, estaremos entrando no mercado, porque é nossa obrigação fazer esse estoque regulador”, disse o secretário.

Recursos para a agricultura familiar

Na manhã desta sexta-feira, o MDS anunciou a liberação de quase R\$ 20 milhões em investimentos, que serão destinados ao fortalecimento da agricultura familiar em 19 municípios gaúchos, além de prever recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Fomento e Programa Cisterna, que garante acesso à água de qualidade para escolas rurais.

Veículo: Portal Do Produtor

Link: <http://www.portaldoprodutor.com/?noticia=382>

Página: Notícias

Data: 24/07/2017

Laticínios e Prefeitos apoiam projeto de terceirização da fiscalização

O setor produtivo, prefeituras e Seapi debateram, na tarde desta quarta-feira (19), na Famurs, o projeto de lei (PL) 125, que prevê a mudanças no sistema estadual de fiscalização de produtos de origem animal. A proposta, que sugere a habilitação de médicos veterinários

para prestarem serviço de inspeção nas indústrias de proteína animal, tramita em regime de urgência na Assembleia Legislativa.

Atualmente, segundo o consultor da Foco Rural, Fernando Schwanke, há 22 pedidos de ampliação e dez para novos empreendimentos aguardando liberação devido à falta de profissionais. "Hoje, o Estado se dá ao luxo de negar novos projetos devido à falta de servidores para realizar inspeção", comentou Schwanke.

Segundo o secretário da Agricultura, Ernani Polo, a proposta também prevê o nivelamento interno dos servidores por meio de qualificação e a melhoria dos processos nas empresas e indústrias por meio do Senai Alimentos. Polo destacou que o Rio Grande do Sul "não estará abrindo mão do seu poder indelegável de Estado, de polícia, que é a fiscalização agropecuária. O que será habilitado será apenas o serviço de inspeção".

O Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) é favorável ao projeto. "Este modelo já existe em países que concorrem com o Brasil. O mundo todo avança no sentido de modernizar a inspeção", avalia o secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini. Formato semelhante ao sugerido pelo PL já é adotado em países da Europa e até no Brasil, em estados como o Paraná.

No encontro, a Federação das Associações de Municípios do RS deliberou sobre o encaminhamento de documento a todos os deputados apoiando o Projeto de Lei 125/2017. O presidente do Fundesa, Rogério Kerber, falou representando as cadeias de aves, suínos e bovinos e apoiou o projeto, informando que o Fundo foi demandado para contribuir na busca de soluções para a falta de profissionais. "Desde 2009 o Fundesa vem trabalhando, por demandas da secretaria, na construção de um projeto, passando por três governos. Só agora foi possível chegar a um denominador que coloca o estado na vanguarda deste tema".

Acsurs, Apil, Fetag, Farsul, Conagro (Fiergs) também são favoráveis à proposta. Sindicato dos Médicos Veterinários no Estado do Rio Grande do Sul (Simvet/RS), Associação dos Fiscais Agropecuários do

Estado do Rio Grande do Sul (Afagro) e Sindicato dos Técnicos-Científicos do Rio Grande do Sul (Sintergs) são contrários ao projeto, solicitando a retirada do regime de urgência do projeto, de forma que o debate possa ser realizado com a sociedade.

Veículo: Diário El Pueblo

Link: <http://www.diarioelpueblo.com.uy/agropecuario/ajuste-positivo-para-los-lacteos-en-subasta-de-fonterra-manteca-toco-precio-record.html>

Página: Notícias

Data: 24/07/2017

Ajuste positivo para los lácteos en subasta de FONTERRA; manteca tocó precio récord

Ajuste positivo en el precio promedio de los lácteos en el remate de GlobalDairyTrade de este martes. El valor promedio quebró la racha de bajas con una recuperación marginal de 0,2% hasta US\$ 3.387 por

tonelada. La estrella fue la manteca, que cruzó la barrera de los US\$ 6.000 por tonelada y tocó el valor más alto de la serie.

Por productos los resultados fueron mixtos, con subas para leche en polvo entera, manteca, queso cheddar y caseína de cuajo. Y bajas para leche en polvo descremada, lactosa y grasa anhidra.

En el caso de leche en polvo entera –principal lácteo exportado por Uruguay- confirmó su tercera suba consecutiva. El valor promedio se recuperó 0,3% respecto al evento anterior a US\$ 3.114.

Comparado con un año atrás la tonelada de leche en polvo entera trepó casi 50%. En la segunda subasta de 2016 de la plataforma GDT la tonelada promedió US\$ 2.079.

Manteca cruzó la barrera de los US\$ 6.000 y alcanzó precio récord

El precio de la manteca subió un 3,4% desde la subasta anterior a US\$ 6.004 la tonelada, logrando un avance de 40% en lo que va del 2017.

En el último año, el precio por tonelada de manteca más que se ha duplicado, teniendo en cuenta que a mediados de julio de 2016 la tonelada se ubicaba en US\$ 2.687. (Fuente: Lechería Uy)

Industrias lácteas brasileñas piden compras estatales de leche

Representantes del sector lácteo brasileño pidieron la semana pasada al gobierno un plan de compras estatales de leche. La reunión fue en la sede del Ministerio de Agricultura (MAPA) de Brasil con la coordinadora general de acceso a mercados del ministerio, Ana Lucía Oliveira.

Para el presidente del Sindicato de la Industria Láctea de Río Grande del Sur (Sindilat), Alexandre Guerra, son urgentes medidas para limitar el impacto negativo de las importaciones. Según los dirigentes presentes en el encuentro, el MAPA se comprometió a estudiar un plan de medidas y programar una reunión en los próximos 10 días.

Las gremiales piden que el gobierno compre 20.000 toneladas de leche en polvo por un valor cercano a R\$ 300 millones.

Durante la reunión las gremiales volvieron a plantear la creación de mecanismos de compra de stock regulador para la leche. (Fuente: Blasina y Asociados)

Rige aumento salarial para trabajadores de tambos de 3,25% hasta 5% desde el 1º julio.

De acuerdo a lo que establece el decreto del Poder Ejecutivo que fijó los mínimos por categorías para los trabajadores de los tambos, desde el pasado 1º de julio rige un nuevo aumento semestral. Los salarios más sumergidos tendrán una suba de 5% y los superiores de 3,25%.

De acuerdo a la normativa, aquellos salarios que al 30 de junio de 2016 no sobrepasaron los \$ 16.000 nominales por 48 horas de trabajo, recibirán un ajuste compuesto por la acumulación de los siguientes factores: a) 3,25% por ajuste semestral nominal y b) 1,75% por ajuste adicional previsto para salarios sumergidos, según lineamientos del Poder Ejecutivo. Esto arroja un ajuste total del 5%. (Fuente: Tardaguila y Asociados).

Conaprole cerrará ejercicio con caída de 4% en remisión

El próximo 31 de julio cerrará un nuevo ejercicio por parte de Conaprole, y en esta semana adelantaron a la Junta de ANPL que van a cerrar con una caída en la remisión de 4%, “comparados con un ejercicio anterior que fue de los peores en la historia de la cooperativa en producción de leche y este año cae un poco más” sostuvo Wilson Cabrera, presidente de la gremial de productores. (Fuente: Tardaguila y Asociados)

China con mayores perspectivas de importar lácteos en 2017

En lo que va del año, el desempeño de las importaciones, principalmente de leche en polvo entera, fue menor al esperado, considerando que China comenzó el año con niveles de stocks poco significativos.

En los primeros cinco meses del mes las importaciones chinas crecieron 22 % en valor. Rabobank estima que las importaciones se incrementarán.

De enero a mayo de 2017 las importaciones de lácteos realizadas por China se incrementaron en valor 22 %, sin embargo el incremento en leche equivalente fue de 4 %.

Aumentaron los volúmenes importados de las fórmulas infantiles (26 %), queso (24 %), LPD (12 %), suero en polvo (11 %) y manteca (2 %).

Por otro lado, disminuyeron los volúmenes importados de leche líquida (15 %) y leche en polvo descremada (5 %).

En lo que va del año, el desempeño de las importaciones, principalmente de leche en polvo entera, fue menor al esperado, considerando que China comenzó el año con niveles de stocks poco significativos.

Por lo tanto se espera un mejor desempeño para el segundo semestre.

Rabobank estima que para 2017 las importaciones aumentarían 20 % (en leche equivalente). Los precios al productor todavía están bajos y si bien se espera una mejora para lo que queda del año, la producción de leche en China se mantendría en 2017. (Fuente: elaborado por INALE con información de Aduanas de China y en base a perspectivas de Rabobank; foto de Ulleo).

Cubanos se especializan en Uruguay en producción e industria láctea

Los graduados residen en distintas provincias del estado caribeño y ahora llevarán sus conocimientos para ponerlos en práctica en el sector productivo y la industria de la rama ganadera.

Un total de nueve jóvenes cubanos finalizaron en Uruguay la segunda edición del diplomado de especialización en Producción e Industria Láctea, luego de cuatro meses de estudios en la Escuela Superior de Lechería, en el departamento de Colonia.

Los graduados residen en distintas provincias del estado caribeño y ahora llevarán sus conocimientos para ponerlos en práctica en el sector productivo y la industria de la rama ganadera.

En acto celebrado en la sede del Ministerio de Educación Cultura, presidido por su titular Marfa Julia Muñoz y la embajadora de Cuba

Mercedes Vicente, se destacou la solidariedade compartilhada entre la nación antillana y el país sudamericano en diversas áreas.

La diplomática trasladó en el nombre de su gobierno y el pueblo cubanos 'la profunda gratitud' por los conocimientos recibidos por los jóvenes y enfatizó que ellos son motivos de orgullo por su excelente conducta y el haber 'aprovechado el tiempo con mucha intensidad'.

Estamos viviendo momentos en el que la solidariedade adquiere un valor fundamental en la región, afirmó, y agradeció profundamente al gobierno uruguayo la voluntad y el deseo de contribuir en un área en la cual tienen experiencia.

Veículo: Jornal Dia Dia

Link: <http://jornaldiadia.com.br/2016/?p=311700>

Página: Notícias

Data: 24/07/2017

JORNAL DIA DIA
Trabalhando por você!

Setor lácteo formaliza pedido para compras governamentais de 20 mil toneladas de leite em pó

O Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) protocolou nesta sexta-feira (21/7) pedido de compras governamentais, de forma emergencial, de 20 mil toneladas de leite em pó ao governo federal. O pleito foi oficializado com o ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, e o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Caio Rocha, no Palácio Piratini, em Porto Alegre (RS). A expectativa é de que a medida retire a pressão do mercado no período de safra e evite a queda do preço do leite. As compras solicitadas representam em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos.

Para o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, o pedido é uma alternativa emergencial, já que está entrando grande quantidade de leite importado com preços mais competitivos. “Nesse momento em que estamos com a safra no pico da produção de leite, se faz necessária essa ação para compras governamentais para que o preço não continue caindo. Tratamos de leite em pó porque é o produto que mais entra de fora via Mercosul”, explicou. O secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, também participou da cerimônia no Palácio. O pedido foi feito em conjunto com entidades do setor, entre elas Fetag, Famurs, IGL e Secretaria da Agricultura. Rocha afirmou que o governo está priorizando as compras governamentais, mas que precisa aguardar a queda do preço do leite para efetivar a aquisição. “Para que a gente possa chegar nas 20 mil toneladas,

precisamos que o preço baixe do mínimo”, explica Rocha, lembrando que o preço mínimo é estabelecido pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). “Se baixar, estaremos entrando no mercado, porque é nossa obrigação fazer esse estoque regulador”, disse o secretário.

Recursos para a agricultura familiar

Na manhã desta sexta-feira, o MDS anunciou a liberação de quase R\$ 20 milhões em investimentos, que serão destinados ao fortalecimento da agricultura familiar em 19 municípios gaúchos, além de prever recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Fomento e Programa Cisterna, que garante acesso à água de qualidade para escolas rurais.

Fonte: *Jardine Agência Comunicação*

Veículo: Página Rural

Link: <http://www.paginarural.com.br/noticia/245868/seapi-e-entidades-do-setor-leiteiro-solicitam-compra-institucional-de-leite-em-po>

Página: Notícias

Data: 24/07/2017



RS: Seapi e entidades do setor leiteiro solicitam compra institucional de leite em pó

O pedido da cadeia produtiva do leite visa diminuir os estoques e evitar queda do preço pago ao produtor.

Porto Alegre/RS

Na manhã desta sexta-feira (21), o secretário adjunto, André Petry, representou o secretário estadual da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Ernani Polo, na entrega de documento ao ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra e ao secretário de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Caio Rocha, o qual solicitada a compra institucional de leite em pó excedente no Estado pela necessidade de diminuir os estoques e evitar queda do preço pago ao produtor, durante evento no Palácio Piratini.

Com a presença do presidente da Associação Gaúcha de Laticinistas e Laticínios (AGL), Ernesto Krug, do vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag), Nestor Bonfanti, do presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, do secretário adjunto do Desenvolvimento Rural e Cooperativismo, Iberê de Mesquita Orsi e do vice-presidente do Instituto Gaúcho do Leite (IGL) e representante da Famurs, Mário Nascimento, a solicitação efetuada à Secretaria de Segurança Alimentar do Mdsa atenderia programas sociais a fim de diminuir os estoques de leite em pó no Estado.

As entidades do setor pedem ao governo federal que atenda ao pleito, que busca alternativas para a comercialização do produto, beneficiando a classe produtora, movimentando os estoques da indústria.

Fonte: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (Seapi)

Veículo: AgroNovas

Link: <http://www.agronovas.com.br/impostos-no-setor-lacteo/>

Página: Notícias

Data: 24/07/2017



IMPOSTOS NO SETOR LÁCTEO

Dentro do pacote de medidas anunciadas pelo governo do Estado, o Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat) informa que não há espaço para medidas que aumentem a tributação no setor. A manifestação se refere a um dos projetos que prevê a redução de 30% nos créditos fiscais presumidos entre 2016 e 2018. Na avaliação do Sindilat, essa proposta é a volta do PL 214, apresentado pelo governo do Estado em 2015 e que não evoluiu na Assembleia Legislativa.

O Sindilat entende que o setor lácteo tem que ficar fora das medidas do pacote, uma vez que a situação financeira das indústrias e dos produtores é muito pior do que a do ano passado, quando o PL 214 foi apresentado pela primeira vez. Segundo o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, o setor passa por muitas dificuldades em virtude do crescimento das importações e da situação econômica geral do país.

- Não há margem para tributar algo a mais no leite. Os benefícios fiscais que temos é simplesmente para poder ter

condições de concorrer com os outros estados e não para ter vantagem sobre eles – explicou Guerra.

Fonte: Sindilat

Veículo: GuiaLat

Link: http://guialat.com.br/?p=detalhar_noticia&id=729

Página: Notícias

Data: 24/07/2017



RS: indústrias apoiam projeto de mudança na fiscalização

A proposta, que sugere a habilitação de médicos veterinários para prestarem serviço de inspeção nas indústrias de proteína animal, tramita em regime de urgência na Assembleia Legislativa.

O setor produtivo debateu, na tarde desta quarta-feira (19/7), na Famurs, o projeto de lei (PL) 125, que prevê a modernização do sistema estadual de fiscalização. A proposta, que sugere a habilitação de médicos veterinários para prestarem serviço de

inspeção nas indústrias de proteína animal, tramita em regime de urgência na Assembleia Legislativa.

Atualmente, segundo o consultor da Foco Rural, Fernando Schwanke, há 22 pedidos de ampliação e dez para novos empreendimentos aguardando liberação devido à falta de profissionais. "Hoje, o Estado se dá ao luxo de negar novos projetos devido à falta de servidores para realizar inspeção", comentou Schwanke.

Segundo o secretário da Agricultura, Ernani Polo, a proposta também prevê o nivelamento interno dos servidores por meio de qualificação e a melhoria dos processos nas empresas e indústrias por meio do Senai Alimentos. "A fiscalização seguirá sendo atribuição dos fiscais estaduais", afirma Polo.

O Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) é favorável ao projeto. "Este modelo já existe em países que concorrem com o Brasil. O mundo todo avança no sentido de modernizar a inspeção", avalia o secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini. Formato semelhante ao sugerido pelo PL já é adotado em países da Europa e até no Brasil, em estados como o Paraná.

Farsul, Fetag e Fundesa também são favoráveis à proposta. A Associação dos Fiscais Agropecuários do Rio Grande do Sul (Afagro), que representa os servidores, é contrária ao projeto.

Veículo: GuiaLat

Link: http://guialat.com.br/?p=detalhar_noticia&id=724

Página: Notícias

Data: 24/07/2017



RS: setor leiteiro foi o que mais investiu em indenizações no segundo trimestre

No segundo trimestre, foram atendidos 112 pedidos de indenização de bovinos de leite, o que corresponde a 569 animais.

O setor leiteiro foi o que mais investiu recursos do Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa) no segundo trimestre de 2017. Segundo dados apresentados durante assembleia geral realizada nesta segunda-feira (17/7), em Porto Alegre (RS), foram destinados R\$ 2.151.433,46 (76,2% a mais se comparado ao primeiro trimestre deste ano, quando foram investidos R\$ 1.222.275,67).

Representando o Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), participaram do encontro o presidente, Alexandre Guerra, e o secretário-executivo, Darlan Palharini. Na ocasião, foi homologada a indicação de Palharini para a função de presidente do Conselho Técnico Operacional da Pecuária Leiteira do Fundesa para o período de 2017/2018.

No segundo trimestre, foram atendidos 112 pedidos de indenização de bovinos de leite, o que corresponde a 569 animais e totaliza R\$ 776.063,20. Os dados referem-se ao período entre 17 de abril a 17 de julho. No acumulado do ano, foram destinados R\$ 1.763.628,73 milhão a indenizações - R\$ 472 mil a mais que no primeiro semestre do ano passado. Para Guerra, os dados deixam claro o movimento em prol da sanidade dos animais.

“Esses números são resultado do trabalho do setor para deixar o seu rebanho livre de tuberculose e brucelose”, diz o dirigente. De acordo com o presidente do Fundesa, Rogério Kerber, o acréscimo também é derivado da crescente demanda da Secretaria de Agricultura do RS (Seapi).

Veículo: Jornal A Hora

Link: <http://www.jornalahora.com.br/2017/07/23/do-taro-a-ordenha-robotizada/>

Página: Notícias

Data: 25/07/2017

Do taro à ordenha robotizada

A cadeia leiteira vive uma das piores crises da história. Abalada pelas fraudes e importações, tenta se reinventar e diminuir a discrepância entre os modelos adotados. Líderes defendem união e debatem políticas para aumentar a oferta de matéria-prima, a produtividade e o mix de produtos fabricados.

Dari Selge, 53, de Alto Conventos, em Lajeado, está na atividade desde os 22 anos, quando se casou com Noeli, 56. Em três hectares, mantém cinco vacas e uma produção média de 50 litros por dia. O leite é a única alternativa de renda. “Passaríamos fome sem esse dinheiro”, comenta Selge.

Os dois filhos, Leonardo e Luana, rumaram para a cidade. Não queriam levar a vida sofrida dos pais. O pai lamenta, mas apoia a decisão. “Aqui está cada dia mais difícil”, frisa.

A galpão está precário e nem está nos planos uma reforma. Novos investimentos como a compra de um resfriador a granel ou o aumento do plantel estão descartados. O leite é armazenado em taros e baldes em um freezer comprado há dois anos.

Aqui está cada dia mais difícil.” – Dari Selge, produtor

Selge critica a falta de orientação técnica para qualificar a produção e talvez despertar o interesse de um dos filhos em ficar na propriedade. “A Emater veio uma vez aqui. Queriam implantar uma pastagem”, recorda. Sem alternativas, o casal tenta se manter na atividade até Selge conseguir se aposentar. Faltam sete anos, isso se a Previdência não mudar, ressalta.

Dália Alimentos implantará quatro condomínios leiteiros. Estrutura é uma das mais modernas da América Latina

A 20 quilômetros da propriedade, em Arroio do Meio, a realidade é bem diferente. Idealizado pela Dália Alimentos, o Projeto Associativo de Produção Leiteira com Ordenha Robotizada é um dos mais modernos da América Latina.

Para Selge, a ordenha com robôs é vista com estranheza e certa desconfiança. Para o diretor-executivo da cooperativa, Carlos Alberto de Figueiredo Freitas, é uma ação revolucionária, que alia sanidade, escala e reduz custos, três aspectos fundamentais para sobreviver na cadeia leiteira.

Enquanto o modelo envolve poucas famílias, entidades ligadas ao setor tentam criar políticas públicas para manter o máximo de produtores na atividade. Fraudes, falta de pagamento, queda no consumo, idade avançada das famílias, ausência de sucessores, oscilação do preço e o mais recente “golpe”, a importação de leite em pó do Uruguai, fazem o setor mergulhar em uma crise sem precedentes.

Modelo associativo alia tecnologia, produtividade e escala .” – Carlos Alberto de Figueiredo Freitas, diretor-executivo,

Pelo levantamento da Emater Regional de Lajeado, entre janeiro de 2015 e dezembro do ano passado, 1.239 famílias abandonaram a produção. Caso nada seja feito para frear a crise, o RS pode perder até 40 mil produtores nos próximos cinco anos.

“Foram 17 anos de discussões. Temos que agir”

Diretor da CIC-VT e ex-diretor-executivo do IGL, Oreno Ardêmio Heineck acredita que a solução passa por renovar o Convênio do Estado com o Instituto Gaúcho do Leite (IGL), que foi criado para tal e tem o apoio da maioria das entidades ligadas ao setor. Reúne, assim, as melhores condições para desenvolver projetos que organizarão e qualificarão a cadeia, desde a propriedade até as gôndolas dos mercados.

Defende a oferta maior de produtos à base de leite. “Aqui temos 60. Em outros países, chega a 300. Pelo IGL projetamos um aumento de até 20% nas vendas, em quatro anos, no mercado interno e presença estável e competitiva no mercado externo”, calcula. “Precisamos expandir significativamente as vendas de lácteos”, complementa

Pede atenção especial ao produtor. Em um universo de 84,5 mil famílias que vendem o leite às indústrias, 45,3% produzem até 100 litros/dia (38 mil produtores na iminência de exclusão da atividade), 73,7% produzem até 200 litros/dia e 85% até 300 litros/dia.

Segundo Heineck, em outros países, milhares de famílias foram excluídas por descuido. “Depois que o produtor largou, não tem volta. Na Galícia, Espanha, nos disseram que o único pecado da sua organização e desenvolvimento da cadeia foi terem se descuidado dos produtores. Nos disseram: “Amem os produtores. São a base do processo todo”, enfatiza.

Para ele, o Prodeleite, Fundoleite e IGL são os pilares para qualificar e desenvolver o setor leiteiro. O primeiro consiste em regras e traz os princípios dos modelos (genética, sanidade, mercado, manejo, gestão, políticas públicas, assistência técnica, pesquisa e inovação) observados em países onde o leite é um segmento estável e de destaque.

O Fundoleite financia os projetos imprescindíveis para desenvolver o setor. É um fundo setorial em que indústria e Estado contribuem, cada um, com R\$ 0,0004 por litro de leite captado. A arrecadação projetada para 2016 era de R\$ 3,5 milhões.

Wickert deixará atividade após quatro décadas. Plantel será reduzido a duas vacas

Wickert deixará atividade após quatro décadas. Plantel será reduzido a duas vacas

E por fim o IGL, órgão privado representativo do setor, e gerenciaria a aplicação dos recursos e políticas públicas, conforme previsto nas normas do Fundoleite. Prodeleite e Fundoleite foram instituídos por leis estaduais aprovadas por unanimidade pela Assembleia Legislativa em dezembro de 2013. Defende um prazo máximo de quatro anos para, com medidas de curto, médio e longo prazos, tentar

“salvar”, o número máximo de produtores. “Temos estrutura legal e operacional para implantar um novo modelo de organização e desenvolvimento do setor, baseado na qualidade, produtividade e sanidade”, finaliza.

“Ajudei a enriquecer a indústria e mercados”

Entre as famílias desistentes, está o casal Hélio, 63, e Dulce Foster, 62, de Santa Clara do Sul. Cansados da falta de valorização, criam bezerros. “Durante 40 anos, ajudei a enriquecer a indústria e os mercados. Cansei de ver meu leite, de ótima qualidade, ser adulterado e vendido como se fosse um produto nobre”, desabafa Foster. Dulce lamenta pelos seis filhos, pois nenhum ficou na lavoura. “Como incentivar um jovem a produzir leite? Melhor ter emprego e renda fixa na cidade”, avalia.

Cansei de ver meu leite, de ótima qualidade, ser adulterado e vendido como se fosse um produto nobre.” – Hélio Foster, produtor

O vizinho Nestor Wickert, 65, também deixará a atividade em breve. No auge, chegou a vender 250 litros por dia. Hoje, não passa de 40. O plantel de cinco vacas será reduzido para duas. As demais serão abatidas. Sem sucessores, lamenta o declínio do setor. “Sem valorização, e com preço baixo, custo alto, calotes e seguidas fraudes, conseguiram acabar com a única fonte de lucro na pequena propriedade. Enquanto fazem reuniões, dezenas de produtores param, afundados em dívidas”, lamenta.

Calotes, fraudes, dívidas e importação destruturam setor

Um produtor, que prefere não se identificar por medo de represálias, sofreu três calotes de empresas da região. A dívida passa de R\$ 12 mil. “Trabalhamos de segunda à segunda, feriados, sem férias e não recebemos pelo produto entregue. Aí a Justiça determina o início do pagamento em dez anos. Isso é um desrespeito, é desumano”, lamenta.

Embora ainda não tenha desistido da atividade, busca outras alternativas para manter a estabilidade e quitar as dívidas acumuladas.

O vizinho também foi uma das vítimas. Para quitar as despesas com insumos e medicamentos, foi obrigado a derrubar um mato de eucalipto. “Isso desanima e ninguém faz nada para nos ajudar. Meus dois filhos estão na propriedade. Dá pena ver eles trabalhar para no fim do mês não receber. Ninguém nos representa, estamos abandonados. Somos um barco à deriva”, emociona-se.

Falta de políticas e união entre os elos da cadeia, ajudam a fechar mais porteiros a cada dia.” – Liane Brackmann, presidente do STR,

No Vale do Taquari, nos últimos cinco anos, pelo menos cinco empresas decretaram falência e não pagaram os produtores. O setor ainda é abalado pelas constantes fraudes, deflagradas pelo Ministério Público.

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teutônia, Liane Brackmann, lamenta a desistência de 30 mil produtores em todo estado. “Na nossa cidade, deixaram de circular R\$ 500 mil no último mês. Importações, fraudes, falta de políticas, de união entre os elos da cadeia, ajudam a fechar mais porteiros a cada dia. Não aguentamos mais”, expressa.

Foco na gestão

Carlos Alberto Kortz, 38, de Arroio do Meio, aposta na gestão para reduzir os custos. Além da contratação de um engenheiro agrícola para auxiliar no planejamento, liberação de crédito e correta aplicação dos recursos, foca no bem-estar dos animais.

A construção de um compost barn, além de melhorar o manejo e o conforto, reduziu em até 90% os casos de mastite e outras doenças. “A produtividade aumentou dez litros por vaca. A despesa com medicamentos e consultas estava orçada em R\$ 100 mil por ano e deixou de ser prejuízo e virou lucro”, destaca.

O lucro está no detalhe e ele acontece para dentro da porteira.” – Carlos Kortz, produtor

Kortz destaca a importância de buscar novas tecnologias e formas de produção, sempre com auxílio de profissionais qualificados.

“Sabemos produzir, mas falhamos na gerência. O lucro está no detalhe e ele acontece para dentro da porteira. Fora dela, não conseguimos interferir”, afirma.

Incentivos para extrativistas

Diante da gravidade do cenário, o A Hora promoveu na semana passada mais uma edição do debate Pensar o Vale, na Univates. Participaram produtores, líderes regionais e o secretário da Agricultura Ernani Polo.

Presidente do Codevat, Cintia Agostini enfatizou a necessidade de buscar soluções. Segundo ela, o Vale do Taquari responde a menos de 2% do território do RS, mas tem capacidade para produzir 1/3 do leite gaúcho. “Nos últimos dois anos, as importações cresceram 300% e derrubaram os preços. Quem se anima a continuar tendo prejuízo?”, questiona.

De acordo com Carlos Alberto de Freitas, presidente- executivo da Dália Alimentos, o cenário adverso se estenderá até março de 2018. Para ele, a atuação de cooperativas mantém parte dos agricultores na atividade, mas infelizmente elas perdem competitividade devido ao incentivo fiscal dado às multinacionais. “Nós temos técnicos, eles, compradores de leite e quem faz lobby para conseguir apoio financeiro. Isso permite melhor preço e desestrutura toda cadeia” critica.

O presidente da Languiru, Dirceu Bayer, ressalta a falta de uma liderança forte, capaz de reunir as forças atuantes na cadeia produtiva em um objetivo comum. “Ninguém fala a mesma língua. Falta uma política para o leite. Temos tecnologia, mão de obra e capacidade de produzir”, afirma.

Mais produtividade

Segundo o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra (foto), é preciso repensar a produtividade para poder competir com o mercado internacional. “A Argentina produz 4,7 mil por vaca ao ano. Aqui chegamos a três mil. Quanto maior a oferta, menor será o custo, a indústria ganha escala e consegue reduzir a ociosidade”, destaca.

A capacidade instalada é de 17 milhões de litro por dia, no entanto, a produção chega a 12 milhões. Outro fator determinante é a guerra fiscal e o custo logístico. “Os principais consumidores estão em São Paulo e Rio de Janeiro. A distância diminui os lucros”, diz.

Para o secretário Ernani Polo, melhorar as condições de competição depende de um trabalho integrado entre todos os elos da cadeia. “Temos o leite mais fiscalizado do país. Falta sintonia. Existem bons projetos, mas precisamos nos unir”, defende.

Veículo: Página Rural

Link: <http://www.paginarural.com.br/noticia/245976/sindilat-participa-do-1dh-workshop-nuplac>

Página: Notícias

Data: 25/07/2017



RS: Sindilat participa do 1º Workshop Nuplac

Porto Alegre/RS

Com o intuito de estreitar as relações da pecuária com a tecnologia, o Núcleo de Pesquisa em Pecuária Leiteira e Comportamento Animal (Nuplac) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) está organizando o 1º Workshop Nuplac - Formulação de Dietas para Bovinos de Leite. O evento ocorrerá no dia 8 de setembro, na Faculdade de Agronomia da Ufrgs, das 8h às 17h30min. A programação está dividida em módulos teóricos e práticos, ministrados pela professora Vivian Fischer (Ufrgs), que vai abordar os nutrientes do leite e as diferenças de cada dieta para os animais, e o professor brasileiro Phil Cardoso, que atua na University Of Illinois, nos Estados Unidos (EUA), que será responsável pela parte prática. Na ocasião, o Sindicato da Indústria de Laticínios (Sindilat) estará promovendo dois milk-breaks com queijos e bebidas lácteas que serão oferecidos pela manhã e à tarde.

Segundo Vivian, o workshop pretende reforçar a importância de oferecer aos animais uma dieta que seja eficiente e dê retorno financeiro. Além disso, os participantes aprenderão a usar os programas Spartan e NRC, específicos para as funções pecuárias. "Cada aluno terá o seu computador para formular a sua própria dieta. É muito importante que os técnicos saibam usar a ferramenta correta", diz, destacando que 50% dos custos de uma propriedade leiteira são destinados à alimentação.

Mais informações pelo email [**workshopnuplac@gmail.com**](mailto:workshopnuplac@gmail.com)

Fonte: Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat)

Veículo: AgroNovas

Link: <http://www.agronovas.com.br/sindilat-participa-do-1o-workshop-nuplac/>

Página: Notícias

Data: 25/07/2017



SINDILAT PARTICIPA DO 1º WORKSHOP NUPLAC

Com o intuito de estreitar as relações da pecuária com a tecnologia, o Núcleo de Pesquisa em Pecuária Leiteira e Comportamento Animal (Nuplac) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) está organizando o 1º Workshop Nuplac – Formulação de Dietas para Bovinos de Leite. O evento ocorrerá no dia 8 de setembro, na Faculdade de Agronomia da Ufrgs, das 8h às 17h30min. A programação está dividida em módulos teóricos e práticos, ministrados pela professora Vivian Fischer (Ufrgs), que vai abordar os nutrientes do leite e as diferenças de cada dieta para os animais, e o professor brasileiro Felipe Cardoso, que atua na University Of Illinois, nos Estados Unidos (EUA), e que será responsável pela parte prática. Na ocasião, o Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat) estará promovendo dois milk-breaks com queijos e bebidas lácteas que serão oferecidos pela manhã e à tarde.

Segundo Vivian, o workshop pretende reforçar a importância de oferecer aos animais uma dieta que seja eficiente e dê retorno financeiro. Além disso, os participantes aprenderão a usar os programas Spartan e NRC, específicos para as funções pecuárias. “Cada aluno terá o seu computador para formular a sua própria dieta. É muito importante que os técnicos saibam usar a ferramenta correta”, diz, destacando que 50% dos custos de uma propriedade leiteira são destinados à alimentação.

Serão 25 vagas para o workshop. O valor da inscrição até 11 de agosto é de R\$ 300 e após R\$ 400. As inscrições serão feitas pelo site: www.workshopnuplac.com.

Veículo: Portal DBO

Link: <http://www.portaldbo.com.br/Mundo-do-Leite/Noticias/RS-pede-ao-governo-compra-de-leite-em-po/21527>

Página: Notícias

Data: 25/07/2017

RS pede ao governo compra de leite em pó

O Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) protocolou nesta sexta-feira, 21, pedido de compras governamentais, de forma emergencial, de 20 mil toneladas de leite em pó ao governo federal. O pleito foi oficializado com o ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, e o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Caio Rocha, no Palácio Piratini, em Porto Alegre, RS. A expectativa é de que a medida retire a pressão do mercado no período de safra e evite a queda do preço do leite. As compras solicitadas representam em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos.

Para o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, o pedido é uma alternativa emergencial, já que está entrando grande quantidade de

leite importado com preços mais competitivos. “Nesse momento em que estamos com a safra no pico da produção de leite, se faz necessária essa ação para compras governamentais para que o preço não continue caindo. Tratamos de leite em pó porque é o produto que mais entra de fora via Mercosul”, explicou. O secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, também participou da cerimônia no Palácio. O pedido foi feito em conjunto com entidades do setor, entre elas Fetag, Famurs, IGL e Secretaria da Agricultura.

Rocha afirmou que o governo está priorizando as compras governamentais, mas que precisa aguardar a queda do preço do leite para efetivar a aquisição. “Para que a gente possa chegar nas 20 mil toneladas, precisamos que o preço baixe do mínimo”, explica Rocha, lembrando que o preço mínimo é estabelecido pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). “Se baixar, estaremos entrando no mercado, porque é nossa obrigação fazer esse estoque regulador”, disse o secretário.

Fonte: **Sindilat**

Veículo: MilkPoint

Link: <https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/rs-setor-lacteo-formaliza-pedido-para-compras-governamentais-de-20-mil-toneladas-de-leite-em-po-106351n.aspx>

Página: Notícias

Data: 25/07/2017



RS: setor lácteo formaliza pedido para compras governamentais de 20 mil toneladas de leite em pó

O Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) protocolou nesta sexta-feira (21/7) pedido de compras governamentais, de forma emergencial, de **20 mil toneladas de leite em pó ao governo federal**. O pleito foi oficializado com o ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, e o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Caio Rocha, no Palácio Piratini, em Porto Alegre (RS). A expectativa

é de que a medida retire a pressão do mercado no período de safra e evite a queda do preço do leite. As compras solicitadas representam em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos.

Para o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, o pedido é uma alternativa emergencial, já que está entrando grande quantidade de leite importado com preços mais competitivos. "Nesse momento em que estamos com a safra no pico da produção de leite, se faz necessária essa ação para compras governamentais para que o preço não continue caindo. Tratamos de leite em pó porque é o produto que mais entra de fora via Mercosul", explicou. O secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, também participou da cerimônia no Palácio. O pedido foi feito em conjunto com entidades do setor, entre elas Fetag, Famurs, IGL e Secretaria da Agricultura.

Rocha afirmou que o governo está priorizando as compras governamentais, mas que precisa aguardar a queda do preço do leite para efetivar a aquisição. "Para que a gente possa chegar nas 20 mil toneladas, precisamos que o preço baixe do mínimo", explica Rocha, lembrando que o preço mínimo é estabelecido pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). "Se baixar, estaremos entrando no mercado, porque é nossa obrigação fazer esse estoque regulador", disse o secretário.

Recursos para a agricultura familiar

Na manhã de sexta-feira, o MDS anunciou a liberação de quase R\$ 20 milhões em investimentos, que serão destinados ao fortalecimento da agricultura familiar em 19 municípios gaúchos, além de prever recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Fomento e Programa Cisterna, que garante acesso à água de qualidade para escolas rurais.

Veículo: EdairyNews

Link: <http://edairynews.com/br/pelo-fim-das-importacoes-53522/>

Página: Notícias

Data: 25/07/2017

Pelo fim das importações de leite em pó

Importacoes. Atendendo dois convites, um do deputado estadual Adilson Troca, presidente da Comissão de Economia, Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (CEDST) da Assembleia Legislativa (AL RS) e outro do deputado estadual José Nunes, participei no dia 6 de julho, de reunião para tratar sobre leite e crédito presumido. A proposta era discutir as repercussões e consequências de políticas

públicas (Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite – Fundoleite/Instituto Gaúcho do Leite (IGL)/créditos presumidos, entre outras) na cadeia produtiva do leite no Estado. Entendendo que a reunião era de interesse do produtor, eu compareci, assim como vários outros produtores.

O evento, que estava marcado para as 19h, no interior de São Lourenço do Sul, começou com exatos 50 minutos de atraso e qual foi a minha surpresa, o presidente da comissão, o deputado Adilson Troca, não compareceu. No entanto, estava presente, o deputado federal Henrique Fontana, que deixou bem clara a sua intenção ao participar da reunião, que era fazer campanha para as próximas eleições. Durante quase três horas (exatos 180 minutos), se ouviu os discursos de pelo menos dez pessoas, que integraram a mesa, representantes de várias entidades como Embrapa, Emater, Apil, prefeituras, enfim. No entanto, quando se inscreveram os do plenário para falar, e eu fui um deles, nos deram três minutos cronometrados. E esta foi a importância dada aos produtores e seus representantes durante a reunião.

No entanto, o mais impactante e que foi considerado por mim válida a minha presença ali, foi a apresentação feita pelo representante do Instituto Gaúcho do Leite (IGL), Jones Raguzoni, sobre importação de leite e que deixou bem claro o que já era sabido, o escandaloso aumento de mais de 300%

nas importações de leite em 2015/2016, conforme dados coletados junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Nos últimos três anos, 2014/2015 e 2016, a importação de leite em pó do Uruguai foi de 168.793.434 de quilos, o equivalente a mais de 543 milhões de dólares. O Rio Grande do Sul (85.427.479 quilos), o Espírito Santo (65.105.200) e Minas Gerais (10.850.805) foram os responsáveis pela maior parte destas importações. Do Espírito Santo, apenas uma empresa que importa, a Tangará Foods, detém mais de 90% da merenda escolar do Estado e por lei a merenda tem que ser com leite produzido no País.

Tudo o que eu ouvi nesta apresentação me impactou, pois se sabe que existem dois decretos do governador do Estado, assinados entre junho e setembro do ano passado e que facilitaram a isenção de taxas para importação. O primeiro deles (53.059) reduziu a alíquota do ICMS sobre importações de 18% para 12%. O segundo (53.184) para 4% para as empresas sediadas no RS e que transferem leite em pó para a industrialização em outros estados e que tem vigência até 31 de agosto deste ano. Gostaria de saber do nosso secretário de Agricultura, Ernani Polo, qual o posicionamento dele em relação a estes decretos.

Gostaria de saber ainda, qual o grau de comprometimento do Governo, Sindilat e Conseleite

em relação à fixação do preço do leite, com a multinacional francesa Lactalis, que anunciou no final do ano passado um investimento de R\$ 104 milhões no Estado e cujo acordo foi assinado pelo governador Sartori com a direção mundial da empresa, no seu escritório em Paris.

O Governo do Estado deve uma satisfação para os produtores do Rio Grande do Sul, que estão sendo penalizados com a baixa no preço do leite e a alta nos estoques. Com esta importação consolidada até agora, as vacas têm que ficar 32 dias sem produzir, ou seja, corresponde a mais de um mês de produção do Estado e isto vem acontecendo pela falta de ação das instituições ligadas ao leite.

Veículo: GuiaLat

Link: http://guialat.com.br/?p=detalhar_noticia&id=745

Página: Notícias

Data: 25/07/2017



Setor lácteo formaliza pedido para compras governamentais de 20 mil toneladas de leite em pó

O Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) protocolou nesta sexta-feira (21/7) pedido de compras governamentais, de forma emergencial, de 20 mil toneladas de leite em pó ao governo federal. O pleito foi oficializado com o ministro do Desenvolvimento Social,

Osmar Terra, e o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Caio Rocha, no Palácio Piratini, em Porto Alegre (RS). A expectativa é de que a medida retire a pressão do mercado no período de safra e evite a queda do preço do leite. As compras solicitadas representam em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos.

Para o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, o pedido é uma alternativa emergencial, já que está entrando grande quantidade de leite importado com preços mais competitivos. "Nesse momento em que estamos com a safra no pico da produção de leite, se faz necessária essa ação para compras governamentais para que o preço não continue caindo. Tratamos de leite em pó porque é o produto que mais entra de fora via Mercosul", explicou. O secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, também participou da cerimônia no Palácio. O pedido foi feito em conjunto com entidades do setor, entre elas Fetag, Famurs, IGL e Secretaria da Agricultura.

Rocha afirmou que o governo está priorizando as compras governamentais, mas que precisa aguardar a queda do preço do leite para efetivar a aquisição. "Para que a gente possa chegar nas 20 mil toneladas, precisamos que o preço baixe do mínimo", explica Rocha, lembrando que o preço mínimo é estabelecido pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). "Se baixar, estaremos entrando no mercado, porque é nossa obrigação fazer esse estoque regulador", disse o secretário.

Recursos para a agricultura familiar

Na manhã desta sexta-feira, o MDS anunciou a liberação de quase R\$ 20 milhões em investimentos, que serão destinados ao fortalecimento da agricultura familiar em 19 municípios gaúchos, além de prever recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa

Fomento e Programa Cisterna, que garante acesso à água de qualidade para escolas rurais.

Veículo: Laticínio

Link: http://www.laticinio.net/noticias/completa/18452_setor-lacteo-formaliza-pedido-para-compras-governamentais-de-20-mil-toneladas-de-leite-em-po

Página: Notícias

Data: 26/07/2017



SETOR LÁCTEO FORMALIZA PEDIDO PARA COMPRAS GOVERNAMENTAIS DE 20 MIL TONELADAS DE LEITE EM PÓ

O Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) protocolou nesta sexta-feira (21/7) pedido de compras governamentais, de forma emergencial, de 20 mil toneladas de leite em pó ao governo federal. O pleito foi

oficializado com o ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, e o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Caio Rocha, no Palácio Piratini, em Porto Alegre (RS). A expectativa é de que a medida retire a pressão do mercado no período de safra e evite a queda do preço do leite. As compras solicitadas representam em torno de R\$ 300 milhões aos cofres públicos. Para o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, o pedido é uma alternativa emergencial, já que está entrando grande quantidade de leite importado com preços mais competitivos. “Nesse momento em que estamos com a safra no pico da produção de leite, se faz necessária essa ação para compras governamentais para que o preço não continue caindo. Tratamos de leite em pó porque é o produto que mais entra de fora via Mercosul”, explicou. O secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, também participou da cerimônia no Palácio. O pedido foi feito em conjunto com entidades do setor, entre elas Fetag, Famurs, IGL e Secretaria da Agricultura. Rocha afirmou que o governo está priorizando as compras governamentais, mas que precisa aguardar a queda do preço do leite para efetivar a aquisição. “Para que a gente possa chegar nas 20 mil toneladas, precisamos que o preço baixe do mínimo”, explica Rocha, lembrando que o preço mínimo é estabelecido pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). “Se baixar, estaremos entrando no mercado, porque é nossa obrigação fazer esse estoque regulador”, disse o secretário. Recursos para a agricultura familiar Na manhã desta sexta-feira, o MDS anunciou a liberação de quase R\$ 20 milhões em investimentos, que serão destinados ao fortalecimento da agricultura familiar em 19 municípios gaúchos, além de prever recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa

Fomento e Programa Cisterna, que garante acesso à água de qualidade para escolas rurais.
Fonte: Jardine Agência Comunicação

Veículo: Laticínio

Link: http://www.laticinio.net/noticias/completa/18454_inspecao-flexibilizada-nas-industrias-divide-opinioes-secretario

Página: Notícias

Data: 26/07/2017



INSPEÇÃO FLEXIBILIZADA NAS INDÚSTRIAS DIVIDE OPINIÕES SECRETÁRIO

Enquanto o Projeto de Lei (PL) nº 125/2017 está parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) devido ao recesso da Assembleia Legislativa, o governo se mobiliza para conseguir apoio à flexibilização na regras de inspeção sanitária no Estado.

Em encontro na Federação dos Municípios (Famurs), ontem, com cerca de 80 pessoas, o secretário da Agricultura, Ernani Polo, apresentou a prefeitos e entidades o projeto encaminhado em regime de urgência à Assembleia para autorizar médicos veterinários privados a fazerem a inspeção nas indústrias de alimentos de origem animal.

A Famurs e o Sindicato da Indústria de Laticínios (Sindilat) se comprometeram a defender a iniciativa junto aos deputados, que têm até o dia 11 de agosto para avaliar a proposta antes que o PL 125/2017 comece a trancar a pauta. O projeto, porém, alimenta polêmicas que colocam, de um lado, o governo e entidades empresariais e, de outro, servidores do Estado e de órgão de defesa do consumidor, como o Ministério Público Estadual (MPE), que temem a fragilização do trabalho e maiores riscos à qualidade dos alimentos.

O presidente da Famurs, Salmo Dias, disse que a entidade tinha "o dever de se posicionar" sobre o tema, dada a relevância para os municípios, e que a proposta do Piratini

estimularia os empreendedores e as economias locais. "A nossa preocupação é que os municípios consigam atender à necessidade do empreendedor local, garantir a qualidade dos alimentos e a saúde da população", afirmou. Empresários e governo asseguram que, sem condições de ampliação do quadro de fiscais estaduais e sem chance de novas contratações, projetos e ampliações têm ficado parados em razão da carência de estrutura para aprovação e fiscalização. A ideia é ter médicos veterinários habilitados pelo Estado fazendo a inspeção e deixar aos servidores a fiscalização do trabalho, dando mais agilidade ao processo. "Estamos perdendo cerca de R\$ 20 milhões em ICMS ao ano e a chance de gerar cerca de 500 vagas de trabalho. Isso é o reflexo que teremos com o PL aprovado e com o destravamento das ampliações e de novas indústrias que não estão sendo autorizadas a operar pela carência de fiscais", defende Polo.

Para a presidente da Associação dos Fiscais Agropecuários do Estado (Afagro), Ângela Antunes, deixar esse trabalho para um profissional, que seria, direta ou indiretamente, pago pela própria empresa que ele deve fiscalizar, vai gerar um relação de promiscuidade e colocará em risco a saúde do consumidor. "O processo industrial é dinâmico e não é possível separar a inspeção da fiscalização, como quer o governo. A carcaça que passar na linha de produção e tiver um problema não poderá ser resgatada.

O animal é abatido, vai para a câmara fria e, muitas vezes, no outro dia, já está indo para o comércio", diz Ângela. Outro crítico é o promotor Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao

Crime Organizado (Gaeco) para a área de Segurança Alimentar do MPE. Um dos responsáveis pela Operação Leite Compensado, Silva Filho teme que o modelo deixe ainda mais portas abertas para fraudes. "Inicialmente, sou refratário a esse autocontrole que o governo quer adotar. Não estamos preparados para isso, basta ver os problemas que enfrentamos na área do leite. Se isso passar e for aprovado, vamos ver o que será feito", alerta.

O que está em debate Hoje, apenas servidores podem fazer a inspeção e a fiscalização sanitária e industrial. O Projeto de Lei nº 125/2017, de 27 de junho, torna a inspeção e a fiscalização atividades distintas e permite que médicos veterinários privados habilitados pelo Estado possam fazer a inspeção, sob fiscalização de servidores. Neste caso, a indústria vai requerir o serviço da inspeção em seu estabelecimento, conforme suas necessidades, através de contrato de prestação de serviços com empresa credenciada pelo Estado, que será realizado por médico veterinário aprovado e habilitado também pelo governo. O sistema está destinado apenas para as indústrias com comércio dentro do estado do Rio Grande do Sul, não sendo permitido para empresas que vendem nacionalmente e exportadoras.

A Arlon é uma empresa de investimentos voltada para a cadeia de valor de alimentos e agronegócio com uma rede global focada em empresas de médio porte no continente Americano. A equipe da Arlon traz bastante experiência em investimentos e uma vasta rede de contatos na indústria. Os profissionais de investimento da Arlon trabalham de forma colaborativa e integrada em todas as suas geografias de atuação, e as empresas investidas da Arlon se beneficiam do conhecimento compartilhado da equipe e das tendências regionais e globais no setor.

O foco de investimento da Arlon vem de seu investidor fundador, Continental Grain Company, um líder no espaço de alimentos e agronegócio com 200 anos de história. O Rabobank, um banco líder nos setores de alimentos e agronegócio globalmente, é também um dos principais investidores da Arlon. Na América Latina, a Arlon também trabalha em parceria com a VR Investimentos, uma empresa de investimentos brasileira de propriedade familiar que possui ampla experiência em investimentos em diversos setores. A Arlon tem aproximadamente US\$ 1,5 bilhão em ativos sob gestão e está sediada em Nova York com um escritório em São Paulo, Brasil. Para mais informações, visite www.arlongroup.com.

Veículo: Zero Hora

Link: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/opiniao/colunistas/gisele-loeblein/noticia/2017/07/crise-acentua-queda-do-preco-do-leite-9855097.html>

Página: Notícias

Data: 28/07/2017

Crise acentua queda do preço do leite

Acostumados com o sobe e desce do preço do leite, normalmente causado por problemas climáticos ou por períodos de entressafra, produtores e indústria se veem agora impactados por fatores econômicos do país. A instabilidade nos últimos meses levou os consumidores a diminuírem o consumo da bebida, principalmente de derivados do produto – com maior valor agregado. Nos últimos três meses, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (27) pelo Conselho Estadual do Leite (Conseleite), o valor de referência do litro pago ao produtor caiu 8,09%.

– A crise desaqueceu o comércio. Além disso, não tivemos um longo período de frio que estimulasse o consumo de leite – explica Alexandre Guerra, presidente do Conseleite e do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado (Sindilat).

O movimento é puxado pela baixa de 6% no valor do leite UHT, de 3,5% no pasteurizado e de 3,4% no queijo mussarela. Para piorar o quadro, o produto de países do Mercosul entra com valor mais competitivo no mercado brasileiro.

– Não temos condições de competir com o leite importado – lamenta Guerra.

A expectativa é de que o valor tenha chegado ao "fundo do poço", visto que as pastagens prejudicadas pela estiagem e pela geada não sustentarão aumento de produção nas próximas semanas.

– Teremos desaquecimento da produção a partir de agora, o que ajudará a recuperar os preços. Embora a queda pareça positiva para o consumidor, amanhã ou depois essa conta retorna – diz Márcio Langer, assessor de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetag).

Para regulação dos preços, o setor busca intervenção do governo federal, pressionando pela compra de 20 mil toneladas de leite em pó. Com a remoção de produto excedente, a esperança é de aliviar a pressão do mercado.

Veículo: Cenário MT

Link: <http://www.cenariomt.com.br/2017/07/18/setor-leiteiro-foi-o-que-mais-investiu-em-indenizacoes-no-segundo-trimestre/>

Página: Notícias

Data: 28/07/2017

Setor leiteiro foi o que mais investiu em indenizações no segundo trimestre

O setor leiteiro foi o que mais investiu recursos do Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa) no segundo trimestre de 2017. Segundo dados apresentados durante assembleia geral realizada na segunda-feira (17/7), em Porto Alegre (RS), foram destinados R\$ 2.151.433,46 – 76,2% a mais se comparado ao primeiro trimestre deste ano, quando foram investidos R\$ 1.222.275,67.

Representando o Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), participaram do encontro o presidente, Alexandre Guerra, e o secretário-executivo, Darlan Palharini. Na ocasião, foi homologada a indicação de Palharini para a função de presidente do Conselho Técnico Operacional da Pecuária Leiteira do Fundesa para o período de 2017/2018.

No segundo trimestre, foram atendidos 112 pedidos de indenização de bovinos de leite, o que corresponde a 569 animais e totaliza R\$ 776.063,20.

Os dados referem-se ao período entre 17 de abril a 17 de julho. No acumulado do ano, foram destinados R\$ 1.763.628,73 milhão a indenizações – R\$ 472 mil a mais que no primeiro semestre do ano passado.

Para Guerra, os dados deixam claro o movimento em prol da sanidade dos animais. “Esses números são resultado do trabalho do setor para deixar o seu rebanho livre de tuberculose e brucelose”, diz o dirigente. De acordo com o presidente do Fundesa, Rogério Kerber, o acréscimo também é derivado da crescente demanda da Secretaria de Agricultura do RS (Seapi).

Veículo: Band TV

Link: <http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/ultimos-videos/16279216/preco-do-leite-cai-13-8-nos-ultimos-12-meses-no-pais.html>

Página: Notícias

Data: 28/07/2017



Preço do leite cai 13,8% nos últimos 12 meses no país

Uma série de fatores derruba o preço do leite em todo o país. O que é bom para o consumidor, vira um problema para os produtores.

27/07/2017 59 visualizações



Veículo: Jornal Dia Dia

Link: <http://jornaldiadia.com.br/2016/?p=313910>

Página: Notícias

Data: 28/07/2017



Aumento da oferta e crise política provocam queda do preço do leite

O aumento da produção de leite no campo e a importação que eleva a oferta do alimento no mercado interno refletiram nos preços no Rio Grande do Sul. Dados divulgados pelo Conseleite, nesta quinta-feira (27/7), indicam que o valor de referência do litro projetado para o mês de julho é de R\$ 0,9515, queda de 3,77% em relação ao consolidado de junho (R\$ 0,9888). O movimento foi puxado pela baixa de 6% no valor do leite UHT, de 3,5% no pasteurizado e de 3,4% no queijo mussarela. “Tivemos uma importante redução no mercado do UHT, que é quem puxa os preços. Estamos vivendo tempos de preços ruins”, frisou o presidente do Conseleite, Alexandre Guerra. Nos últimos três meses, a redução, segundo o Conseleite, chega a 8,09%. Apesar disso, na ponta, o produtor vive um momento de custos de produção menores e recebe mais pelo litro, uma vez

que soma bonificação mensais por qualidade e quantidade que elevam o recebido a valores próximos a R\$ 1,20 por litro.

A preocupação, alerta Guerra, é que o setor já vem de um primeiro semestre difícil. “A indústria enfrentou meses de prejuízo e, agora, se começa um semestre com valores muito baixos”, salientou, lembrando que o pico da safra ocorre em agosto. Uma das soluções é o governo sinalizar favoravelmente ao pedido feito pelo setor de compra governamental de 20 mil toneladas de leite pó. O pleito foi levado pelo Sindilat e Fetag ao Ministério da Agricultura em reunião em Brasília neste mês.

Guerra alega que o cenário de preços em baixa reflete diversos fatores. Além do aumento de 20% na captação entre maio e julho, típica nesse período do ano, a importação crescente de leite a preços menores do que o praticado no país também contribuiu. A crise política também chegou ao varejo, o que demonstra a queda do poder de consumo da população. “Esse cenário ainda será impactado pelo aumento dos combustíveis recentemente anunciado”, completou o também presidente do Sindilat. Contudo, o Conseleite acredita que os preços chegaram ao “fundo do poço”, visto que as pastagens – prejudicadas pela estiagem e pela recente geada – não sustentarão um aumento substancial de produção nas próximas semanas.

O assessor da política agrícola da Fetag, Márcio Langer, citou o aumento de produção como um dos principais responsáveis pelos preços praticados atualmente. Os dados apresentados pelo Conseleite são resultado de

levantamento realizado pela UPF com indicadores coletados nas indústrias. Os números foram apresentados pelo professor Eduardo Finamore.

Carne Fraca - Durante a reunião, o presidente do Conseleite pontuou a importância de o setor reagir de forma unificada contra o acordo firmado recentemente pelo ministro Blairo Maggi para abrir o mercado de lácteos brasileiro, o que seria uma possível contrapartida a nações importadoras de carne. “O setor de leite e derivados vai entrar como moeda de troca para amenizar o impacto internacional da Operação Carne Fraca. Não podemos deixar isso acontecer”, concluiu Guerra.

Veículo: Jornal do Comércio

Link: http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/07/economia/576299-aumento-da-oferta-e-crise-politica-provocam-queda-do-preco-do-leite-ao-produtor.html

Página: Notícias

Data: 28/07/2017

Aumento da oferta e crise política provocam queda do preço do leite ao produtor

O aumento da produção de leite no campo e a importação que eleva a oferta do alimento no mercado interno refletiram nos preços no Rio Grande do Sul. Dados divulgados pelo Conselho Paritário Produtor/Indústria de

Leite (Conseleite) nesta quinta-feira indicam que o valor de referência do litro projetado para o mês de julho é de R\$ 0,9515, queda de 3,77% em relação ao consolidado de junho (R\$ 0,9888). O movimento foi puxado pela baixa de 6% no valor do leite UHT, de 3,5% no pasteurizado e de 3,4% no queijo muçarela. "Tivemos uma importante redução no mercado do UHT, que é quem puxa os preços.

Estamos vivendo tempos de preços ruins", frisou o presidente do Conseleite, Alexandre Guerra. Nos últimos três meses, a redução, segundo o Conseleite, chega a 8,09%. Apesar disso, na ponta, o produtor vive um momento de custos de produção menores e recebe mais pelo litro, uma vez que soma bonificação mensais por qualidade e quantidade que elevam o recebido a valores próximos a R\$ 1,20 por litro.

A preocupação, alerta Guerra, é que o setor já vem de um primeiro semestre difícil. "A indústria enfrentou meses de prejuízo e, agora, se começa um semestre com valores muito baixos", salientou, lembrando que o pico da safra ocorre em agosto. Uma das soluções é o governo sinalizar favoravelmente ao pedido feito pelo setor de compra governamental de 20 mil toneladas de leite pó.

O pleito foi levado pelo Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados (Sindilat) e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) ao Ministério da Agricultura em reunião em Brasília neste mês. Guerra alega que o cenário de preços em baixa reflete diversos fatores. Além do aumento de 20% na captação entre maio e julho, típica nesse período do ano, a importação crescente de leite a preços menores do que o praticado no País também contribuiu.

A crise política também chegou ao varejo, o que demonstra a queda do poder de consumo da população. "Esse cenário ainda será impactado pelo aumento dos combustíveis recentemente anunciado", completou o também presidente do Sindilat. Contudo o Conseleite acredita que os preços

chegaram ao "fundo do poço", visto que as pastagens - prejudicadas pela estiagem e pela recente geada - não sustentarão um aumento substancial de produção nas próximas semanas.

O assessor da política agrícola da Fetag, Márcio Langer, citou o aumento de produção como um dos principais responsáveis pelos preços praticados atualmente. Os dados apresentados pelo Conseleite são resultado de levantamento realizado pela Universidade de Passo Fundo (UPF) com indicadores coletados nas indústrias. Os números foram apresentados pelo professor Eduardo Finamore.

Veículo: AgroNovas

Link: <http://www.agronovas.com.br/wilson-zanatta-descerra-foto-em-galeria-de-ex-presidentes/>

Página: Notícias

Data: 28/07/2017



WILSON ZANATTA DESCERRA FOTO EM GALERIA DE EX-PRESIDENTES

O ex-presidente do Sindilat, Wilson Zanatta, descerrou sua foto na galeria de dirigentes do sindicato no início da tarde desta quinta-feira (27/7), em Porto Alegre. Ao lado do presidente Alexandre Guerra e do secretário executivo, Darlan Palharini, ele destacou sua admiração pelo trabalho da entidade e pelo crescimento vivenciado pela bacia leiteira gaúcha. Lembrou das importações de vacas leiteiras do Uruguai realizadas na década de 90 e dos avanços de manejo e nutrição animal verificados nas últimas décadas. “O Sindilat é uma entidade respeitada, sinto-me orgulhoso de ter passado por aqui”, salientou.

Zanatta foi dirigente da Laticínios Bom Gosto e, há alguns anos, está afastado do segmento. Contudo, segue com atividade rural no cultivo de soja e criação de gado. Entre seus projetos, está um empreendimento diferenciado e em menor escala no setor leiteiro fora do Rio Grande do Sul.

Veículo: Página Rural

Link: <http://www.paginarural.com.br/noticia/246117/valor-de-referencia-do-leite-para-julho-registra-queda-diz-conseleite-gaúcho>

Página: Notícias

Data: 28/07/2017



RS: valor de referência do leite para julho registra queda, diz Conseleite gaúcho

Porto Alegre/RS

O aumento da produção de leite no campo e a importação que eleva a oferta do alimento no mercado interno refletiram nos preços no Rio Grande do Sul. Dados divulgados pelo Conseleite, nesta quinta-feira (27), indicam que o valor de referência do litro projetado para o mês de julho é de R\$ 0,9515, queda de 3,77% em relação ao consolidado de junho (R\$ 0,9888). O movimento foi puxado pela baixa de 6% no valor do leite UHT, de 3,5% no pasteurizado e de 3,4% no queijo mussarela.

"Tivemos uma importante redução no mercado do UHT, que é quem puxa os preços. Estamos vivendo tempos de preços ruins", frisou o presidente do Conseleite, Alexandre Guerra. Nos últimos três meses, a redução, segundo o Conseleite, chega a 8,09%. Apesar disso, na ponta, o produtor vive um momento de custos de produção menores e recebe mais pelo litro, uma vez que soma bonificação mensais por qualidade e quantidade que elevam o recebido a valores próximos a R\$ 1,20 por litro.

A preocupação, alerta Guerra, é que o setor já vem de um primeiro semestre difícil. "A indústria enfrentou meses de prejuízo e, agora, se começa um

semestre com valores muito baixos", salientou, lembrando que o pico da safra ocorre em agosto. Uma das soluções é o governo sinalizar favoravelmente ao pedido feito pelo setor de compra governamental de 20 mil toneladas de leite pó. O pleito foi levado pelo Sindilat e Fetag ao Ministério da Agricultura em reunião em Brasília neste mês.

Guerra alega que o cenário de preços em baixa reflete diversos fatores. Além do aumento de 20% na captação entre maio e julho, típica nesse período do ano, a importação crescente de leite a preços menores do que o praticado no país também contribuiu. A crise política também chegou ao varejo, o que demonstra a queda do poder de consumo da população. "Esse cenário ainda será impactado pelo aumento dos combustíveis recentemente anunciado", completou o também presidente do Sindilat. Contudo, o Conseleite acredita que os preços chegaram ao "fundo do poço", visto que as pastagens - prejudicadas pela estiagem e pela recente geada - não sustentarão um aumento substancial de produção nas próximas semanas.

O assessor da política agrícola da Fetag, Márcio Langer, citou o aumento de produção como um dos principais responsáveis pelos preços praticados atualmente. Os dados apresentados pelo Conseleite são resultado de levantamento realizado pela UPF com indicadores coletados nas indústrias. Os números foram apresentados pelo professor Eduardo Finamore.

Carne Fraca

Durante a reunião, o presidente do Conseleite pontuou a importância de o setor reagir de forma unificada contra o acordo firmado recentemente pelo ministro Blairo Maggi para abrir o mercado de lácteos brasileiro, o que seria uma possível contrapartida a nações importadoras de carne. "O setor de leite e derivados vai entrar como moeda de troca para amenizar o impacto internacional da Operação Carne Fraca. Não podemos deixar isso acontecer", concluiu Guerra.

Veículo: AgroNovas

Link: <http://www.agronovas.com.br/aumento-da-oferta-e-crise-politica-provocam-queda-do-preco-do-leite/>

Página: Notícias

Data: 28/07/2017



AUMENTO DA OFERTA E CRISE POLÍTICA PROVOCAM QUEDA DO PREÇO DO LEITE

O aumento da produção de leite no campo e a importação que eleva a oferta do alimento no mercado interno refletiram nos preços no Rio Grande do Sul. Dados divulgados pelo Conseleite, nesta quinta-feira (27/7), indicam que o valor de referência do litro projetado para o mês de julho é de R\$ 0,9515, queda de 3,77% em relação ao consolidado de junho (R\$ 0,9888). O movimento foi puxado pela baixa de 6% no valor do leite UHT, de 3,5% no

pasteurizado e de 3,4% no queijo mussarela. “Tivemos uma importante redução no mercado do UHT, que é quem puxa os preços. Estamos vivendo tempos de preços ruins”, frisou o presidente do Conseleite, Alexandre Guerra. Nos últimos três meses, a redução, segundo o Conseleite, chega a 8,09%. Apesar disso, na ponta, o produtor vive um momento de custos de produção menores e recebe mais pelo litro, uma vez que soma bonificação mensais por qualidade e quantidade que elevam o recebido a valores próximos a R\$ 1,20 por litro.

A preocupação, alerta Guerra, é que o setor já vem de um primeiro semestre difícil. “A indústria enfrentou meses de prejuízo e, agora, se começa um semestre com valores muito baixos”, salientou, lembrando que o pico da safra ocorre em agosto. Uma das soluções é o governo sinalizar favoravelmente ao pedido feito pelo setor de compra governamental de 20 mil toneladas de leite pó. O pleito foi levado pelo Sindilat e Fetag ao Ministério da Agricultura em reunião em Brasília neste mês.

Guerra alega que o cenário de preços em baixa reflete diversos fatores. Além do aumento de 20% na captação entre maio e julho, típica nesse período do ano, a importação crescente de leite a preços menores do que o praticado no país também contribuiu. A crise política também chegou ao varejo, o que demonstra a queda do poder de consumo da população. “Esse cenário ainda será impactado pelo aumento dos combustíveis recentemente anunciado”, completou o também presidente do Sindilat. Contudo, o Conseleite acredita que os preços chegaram ao “fundo do poço”, visto que as pastagens – prejudicadas pela estiagem e pela recente geada – não sustentarão um aumento substancial de produção nas próximas semanas.

O assessor da política agrícola da Fetag, Márcio Langer, citou o aumento de produção como um dos principais responsáveis pelos preços praticados atualmente. Os dados apresentados pelo Conseleite são resultado de levantamento realizado pela UPF com indicadores coletados nas indústrias. Os números foram apresentados pelo professor Eduardo Finamore.

Carne Fraca – Durante a reunião, o presidente do Conseleite pontuou a importância de o setor reagir de forma unificada contra o acordo firmado recentemente pelo ministro Blairo Maggi para abrir o mercado de lácteos brasileiro, o que seria uma possível contrapartida a nações importadoras de carne. “O setor de leite e derivados vai entrar como moeda de troca para amenizar o impacto internacional da Operação Carne Fraca. Não podemos deixar isso acontecer”, concluiu Guerra.

Veículo: O Leite

Link: <http://www.oleite.com.br/Noticia/rs253a-valor-de-referencia-do-leite-registra-queda-em-julho252c-diz-conseleite-gaucha-500060>

Página: Notícias

Data: 28/07/2017

RS: valor de referência do leite registra queda em julho, diz Conseleite gaúcho

Porto Alegre/RS

O aumento da produção de leite no campo e a importação que eleva a oferta do alimento no mercado interno refletiram nos preços no Rio Grande do Sul. Dados divulgados pelo Conseleite, nesta quinta-feira (27), indicam que o valor de referência do litro projetado para o mês de julho é de R\$ 0,9515, queda de 3,77% em relação ao consolidado de junho (R\$ 0,9888). O movimento foi puxado pela baixa de 6% no valor do leite UHT, de 3,5% no pasteurizado e de 3,4% no queijo mussarela.

"Tivemos uma importante redução no mercado do UHT, que é quem puxa os preços. Estamos vivendo tempos de preços ruins", frisou o presidente do Conseleite, Alexandre Guerra. Nos últimos três meses, a redução, segundo o Conseleite, chega a 8,09%. Apesar disso, na ponta, o produtor vive um momento de custos de produção menores e recebe mais pelo litro, uma vez que soma bonificação mensais por qualidade e quantidade que elevam o recebido a valores próximos a R\$ 1,20 por litro.

A preocupação, alerta Guerra, é que o setor já vem de um primeiro semestre difícil. "A indústria enfrentou meses de prejuízo e, agora, se começa um semestre com valores muito baixos", salientou, lembrando que o pico da safra ocorre em agosto. Uma das soluções é o governo sinalizar favoravelmente ao

pedido feito pelo setor de compra governamental de 20 mil toneladas de leite pó. O pleito foi levado pelo Sindilat e Fetag ao Ministério da Agricultura em reunião em Brasília neste mês.

Guerra alega que o cenário de preços em baixa reflete diversos fatores. Além do aumento de 20% na captação entre maio e julho, típica nesse período do ano, a importação crescente de leite a preços menores do que o praticado no país também contribuiu. A crise política também chegou ao varejo, o que demonstra a queda do poder de consumo da população. "Esse cenário ainda será impactado pelo aumento dos combustíveis recentemente anunciado", completou o também presidente do Sindilat. Contudo, o Conseleite acredita que os preços chegaram ao "fundo do poço", visto que as pastagens - prejudicadas pela estiagem e pela recente geada - não sustentarão um aumento substancial de produção nas próximas semanas.

O assessor da política agrícola da Fetag, Márcio Langer, citou o aumento de produção como um dos principais responsáveis pelos preços praticados atualmente. Os dados apresentados pelo Conseleite são resultado de levantamento realizado pela UPF com indicadores coletados nas indústrias. Os números foram apresentados pelo professor Eduardo Finamore.

Carne

Fraca

Durante a reunião, o presidente do Conseleite pontuou a importância de o setor reagir de forma unificada contra o acordo firmado recentemente pelo ministro Blairo Maggi para abrir o mercado de lácteos brasileiro, o que seria uma possível contrapartida a nações importadoras de carne. "O setor de leite e derivados vai entrar como moeda de troca para amenizar o impacto internacional da Operação Carne Fraca. Não podemos deixar isso acontecer", concluiu Guerra.

Fonte: Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat)

Veículo: Portal DBO

Link: <http://www.portaldbo.com.br/Mundo-do-Leite/Noticias/Preco-do-leite-no-RS-cai-8-no-trimestre/21597>

Página: Notícias

Data: 31/07/2017

Preço do leite no RS cai 8% no trimestre

O aumento da produção de leite no campo e a importação que eleva a oferta do alimento no mercado interno refletiram nos preços no Rio Grande do Sul. Dados divulgados pelo Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado (Conseleite/RS) nesta quinta-feira, 27, indicam que o valor de referência do litro projetado para o mês de julho é de R\$ 0,9515, queda de 3,77% em relação ao consolidado de junho (R\$ 0,9888).

O movimento foi puxado pela baixa de 6% no valor do leite UHT, de 3,5% no pasteurizado e de 3,4% no queijo mussarela. “Tivemos uma importante redução no mercado do UHT, que é quem puxa os preços. Estamos vivendo tempos de preços ruins”, frisou o presidente do Conseleite, Alexandre Guerra. Nos últimos três meses, a redução, segundo o Conseleite, chega a 8,09%. Apesar disso, na ponta, o produtor vive um momento de custos de produção menores e recebe mais pelo litro, uma vez que soma bonificação mensais por qualidade e quantidade que elevam o recebido a valores próximos a R\$ 1,20 por litro.

A preocupação, alerta Guerra, é que o setor já vem de um primeiro semestre difícil. “A indústria enfrentou meses de prejuízo e, agora, se começa um semestre com valores muito baixos”, salientou, lembrando que o pico da safra ocorre em agosto. Uma das soluções é o governo sinalizar favoravelmente ao pedido feito pelo setor de compra governamental de 20 mil toneladas de leite pó. O pleito foi

levado pelo Sindilat e Fetag ao Ministério da Agricultura em reunião em Brasília neste mês.

Guerra alega que o cenário de preços em baixa reflete diversos fatores. Além do aumento de 20% na captação entre maio e julho, típica nesse período do ano, a importação crescente de leite a preços menores do que o praticado no país também contribuiu. A crise política também chegou ao varejo, o que demonstra a queda do poder de consumo da população. “Esse cenário ainda será impactado pelo aumento dos combustíveis recentemente anunciado”, completou o também presidente do Sindilat. Contudo, o Conseleite acredita que os preços chegaram ao “fundo do poço”, visto que as pastagens - prejudicadas pela estiagem e pela recente geada - não sustentarão um aumento substancial de produção nas próximas semanas.

O assessor de política agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag), Márcio Langer, citou o aumento de produção como um dos principais responsáveis pelos preços praticados atualmente. Os dados apresentados pelo Conseleite são resultado de levantamento realizado pela UPF com indicadores coletados nas indústrias. Os números foram apresentados pelo professor Eduardo Finamore.

Veículo: MilkPoint

Link: <https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/conseleite/aumento-da-oferta-e-queda-no-poder-de-consumo-provocam-queda-do-preco-do-leite-106445n.aspx>

Página: Notícias

Data: 31/07/2017



Conseleite/RS: aumento da oferta e queda no poder de consumo provocam queda do preço do leite

O aumento da **produção de leite no campo** e a importação que eleva a oferta do alimento no mercado interno refletiram nos preços no Rio Grande do Sul. Dados divulgados pelo Conseleite, nesta quinta-feira (27/7), indicam que o valor de referência do litro projetado para o mês de julho é de R\$ 0,9515, queda de 3,77% em relação ao consolidado de junho (R\$ 0,9888). O movimento foi puxado pela baixa de 6% no valor do

leite UHT, de 3,5% no pasteurizado e de 3,4% no queijo muçarela. “Tivemos uma importante redução no mercado do UHT, que é quem puxa os preços. Estamos vivendo tempos de preços ruins”, frisou o presidente do Conseleite, Alexandre Guerra.

Nos últimos três meses, a redução, segundo o Conseleite, chega a 8,09%. Apesar disso, na ponta, o produtor vive um momento de custos de produção menores e recebe mais pelo litro, uma vez que soma bonificação mensais por qualidade e quantidade que elevam o recebido a valores próximos a R\$ 1,20 por litro.

A preocupação, alerta Guerra, é que o setor já vem de um primeiro semestre difícil. “A indústria enfrentou meses de prejuízo e, agora, se começa um semestre com valores muito baixos”, salientou, lembrando que o pico da safra ocorre em agosto. Uma das soluções é o governo sinalizar favoravelmente ao pedido feito pelo setor de compra governamental de 20 mil toneladas de leite pó. O pleito foi levado pelo Sindilat e Fetag ao Ministério da Agricultura em reunião em Brasília neste mês.

Guerra alega que o cenário de preços em baixa reflete diversos fatores. Além do aumento de 20% na captação entre maio e julho, típica nesse período do ano, a importação crescente de leite a preços menores do que o praticado no país também contribuiu. A crise política também chegou ao varejo, o que demonstra a queda do poder de consumo da população. “Esse cenário ainda será impactado pelo aumento dos combustíveis recentemente anunciado”, completou o também presidente do Sindilat. Contudo, o Conseleite acredita que os preços chegaram ao “fundo do poço”, visto que as pastagens - prejudicadas pela estiagem e pela recente geada - não

sustentarão um aumento substancial de produção nas próximas semanas.

O assessor da política agrícola da Fetag, Márcio Langer, citou o aumento de produção como um dos principais responsáveis pelos preços praticados atualmente. Os dados apresentados pelo Conseleite são resultado de levantamento realizado pela UPF com indicadores coletados nas indústrias. Os números foram apresentados pelo professor Eduardo Finamore.

Carne Fraca – Durante a reunião, o presidente do Conseleite pontuou a importância de o setor reagir de forma unificada contra o acordo firmado recentemente pelo ministro Blairo Maggi para abrir o **mercado de lácteos brasileiro**, o que seria uma possível contrapartida a nações importadoras de carne. “O setor de leite e derivados vai entrar como moeda de troca para amenizar o impacto internacional da Operação Carne Fraca. Não podemos deixar isso acontecer”, concluiu Guerra.

Veículo: MilkPoint

Link: <https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/sindilat-reunese-com-secretario-fabio-branco-106448n.aspx>

Página: Notícias

Data: 31/07/2017



Sindilat reúne-se com secretário Fábio Branco

Os **laticínios associados ao Sindilat** reuniram-se na tarde desta quinta-feira (27/7) com o secretário da Casa Civil, Fábio

Branco, quando debateram os projetos de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Branco reforçou as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado e a coragem da atual administração de promover as mudanças necessárias para tentar ajustar as finanças públicas. "Esse não é um projeto de apenas um governo. Esperamos que tudo o que estamos fazendo não seja perdido", reforçou.

O secretário agradeceu o convite do Sindilat e a parceria pelo desenvolvimento durante o período que atuou junto à Sedai. Agora, na Casa Civil, garantiu que as portas seguem abertas para as indústrias do setor lácteo. O presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, agradeceu o apoio do governo em causas importantes para o segmento, como a questão do ajuste tributário do leite UHT. As empresas também pontuaram posição em relação ao Fundoleite.

Veículo: Edairy News

Link: <http://edairynews.com/br/sindilat-reune-se-com-secretario-fabio-branco-53570/>

Página: Notícias

Data: 31/07/2017

Sindilat reúne-se com secretário Fábio Branco

Os **laticínios associados ao Sindilat** reuniram-se na tarde desta quinta-feira (27/7) com o secretário da Casa Civil, Fábio Branco, quando debateram os projetos de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Branco reforçou as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado e a coragem da atual administração de promover as mudanças necessárias para tentar ajustar as finanças públicas. “Esse não é um projeto de apenas um governo. Esperamos que tudo o que estamos fazendo não seja perdido”, reforçou.

O secretário agradeceu o convite do Sindilat e a parceria pelo desenvolvimento durante o período que atuou junto à Sedai. Agora, na Casa Civil, garantiu que as portas seguem abertas para as indústrias do setor lácteo. O presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, agradeceu o apoio do governo em causas importantes para o segmento, como a questão do ajuste tributário do leite UHT. As empresas também pontuaram posição em relação ao Fundoleite.

Veículo: Terra Viva

Link: http://www.terraviva.com.br/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=12676:rs-valor-de-referencia-do-leite-para-julho-registra-queda-diz-conseleite-gaúcho

Página: Notícias

Data: 31/07/2017

RS: valor de referência do leite para julho registra queda, diz Conseleite gaúcho

Preço/RS - O aumento da produção de leite no campo e a importação que eleva a oferta do alimento no mercado interno refletiram nos preços no Rio Grande do Sul. Dados divulgados pelo Conseleite, nesta quinta-feira (27), indicam que o valor de referência do litro projetado para o mês de julho é de R\$ 0,9515, queda de 3,77% em relação ao consolidado de junho (R\$ 0,9888).

O movimento foi puxado pela baixa de 6% no valor do leite UHT, de 3,5% no pasteurizado e de 3,4% no queijo mussarela.

"Tivemos uma importante redução no mercado do UHT, que é quem puxa os preços. Estamos vivendo tempos de preços ruins", frisou o presidente do Conseleite, Alexandre Guerra. Nos últimos três meses, a redução, segundo o Conseleite, chega a 8,09%. Apesar disso, na ponta, o produtor vive um momento de custos de produção menores e recebe mais pelo litro, uma vez que soma bonificação mensais por qualidade e quantidade que elevam o recebido a valores próximos a R\$ 1,20 por litro.

A preocupação, alerta Guerra, é que o setor já vem de um primeiro semestre difícil. "A indústria enfrentou meses de prejuízo e, agora, se começa um semestre com valores muito baixos", salientou, lembrando que o pico da safra

ocorre em agosto. Uma das soluções é o governo sinalizar favoravelmente ao pedido feito pelo setor de compra governamental de 20 mil toneladas de leite pó. O pleito foi levado pelo Sindilat e Fetag ao Ministério da Agricultura em reunião em Brasília neste mês.

Guerra alega que o cenário de preços em baixa reflete diversos fatores. Além do aumento de 20% na captação entre maio e julho, típica nesse período do ano, a importação crescente de leite a preços menores do que o praticado no país também contribuiu. A crise política também chegou ao varejo, o que demonstra a queda do poder de consumo da população. "Esse cenário ainda será impactado pelo aumento dos combustíveis recentemente anunciado", completou o também presidente do Sindilat. Contudo, o Conseleite acredita que os preços chegaram ao "fundo do poço", visto que as pastagens - prejudicadas pela estiagem e pela recente geada - não sustentarão um aumento substancial de produção nas próximas semanas.

O assessor da política agrícola da Fetag, Márcio Langer, citou o aumento de produção como um dos principais responsáveis pelos preços praticados atualmente. Os dados apresentados pelo Conseleite são resultado de levantamento realizado pela UPF com indicadores coletados nas indústrias. Os números foram apresentados pelo professor Eduardo Finamore.

Carne Fraca

Durante a reunião, o presidente do Conseleite pontuou a importância de o setor reagir de forma unificada contra o acordo firmado recentemente pelo ministro Blairo Maggi para abrir o mercado de lácteos brasileiro, o que seria uma possível contrapartida a nações importadoras de carne. "O setor de leite e derivados vai entrar como moeda de troca para amenizar o impacto internacional da Operação Carne Fraca. Não podemos deixar isso acontecer", concluiu Guerra.

Veículo: GuiaLat

Link: http://guialat.com.br/?p=detalhar_noticia&id=789

Página: Notícias

Data: 31/07/2017



Aumento da oferta e crise política provocam queda do preço do leite no RS

O aumento da produção de leite no campo e a importação que eleva a oferta do alimento no mercado interno

refletiram nos preços no Rio Grande do Sul. Dados divulgados pelo Conseleite, nesta quinta-feira (27/7), indicam que o valor de referência do litro projetado para o mês de julho é de R\$ 0,9515, queda de 3,77% em relação ao consolidado de junho (R\$ 0,9888). O movimento foi puxado pela baixa de 6% no valor do leite UHT, de 3,5% no pasteurizado e de 3,4% no queijo mussarela. "Tivemos uma importante redução no mercado do UHT, que é quem puxa os preços. Estamos vivendo tempos de preços ruins", frisou o presidente do Conseleite, Alexandre Guerra. Nos últimos três meses, a redução, segundo o Conseleite, chega a 8,09%. Apesar disso, na ponta, o produtor vive um momento de custos de produção menores e recebe mais pelo litro, uma vez que soma bonificação mensais por qualidade e quantidade que elevam o recebido a valores próximos a R\$ 1,20 por litro.

A preocupação, alerta Guerra, é que o setor já vem de um primeiro semestre difícil. "A indústria enfrentou meses de prejuízo e, agora, se começa um semestre com valores muito baixos", salientou, lembrando que o pico da safra ocorre em agosto. Uma das soluções é o governo sinalizar favoravelmente ao pedido feito pelo setor de compra governamental de 20 mil toneladas de leite pó. O pleito foi levado pelo Sindilat e Fetag ao Ministério da Agricultura em reunião em Brasília neste mês.

Guerra alega que o cenário de preços em baixa reflete diversos fatores. Além do aumento de 20% na captação entre maio e julho, típica nesse período do ano, a importação crescente de leite a preços menores do que o praticado no país também contribuiu. A crise política também chegou ao varejo, o que demonstra a queda do poder de consumo da população. "Esse cenário ainda será impactado pelo aumento dos combustíveis recentemente anunciado", completou o também presidente do Sindilat. Contudo, o Conseleite acredita que os preços chegaram ao "fundo do poço", visto que as pastagens - prejudicadas pela

estiagem e pela recente geada - não sustentarão um aumento substancial de produção nas próximas semanas.

O assessor da política agrícola da Fetag, Márcio Langer, citou o aumento de produção como um dos principais responsáveis pelos preços praticados atualmente. Os dados apresentados pelo Conseleite são resultado de levantamento realizado pela UPF com indicadores coletados nas indústrias. Os números foram apresentados pelo professor Eduardo Finamore.

Carne Fraca – Durante a reunião, o presidente do Conseleite pontuou a importância de o setor reagir de forma unificada contra o acordo firmado recentemente pelo ministro Blairo Maggi para abrir o mercado de lácteos brasileiro, o que seria uma possível contrapartida a nações importadoras de carne. “O setor de leite e derivados vai entrar como moeda de troca para amenizar o impacto internacional da Operação Carne Fraca. Não podemos deixar isso acontecer”, concluiu Guerra.

Veículo: GuiaLat

Link: http://guialat.com.br/?p=detalhar_noticia&id=788

Página: Notícias

Data: 31/07/2017



Sindilat reúne-se com secretário Fábio Branco

Os laticínios associados ao Sindilat reuniram-se na tarde desta quinta-feira (27/7) com o secretário da Casa Civil, Fábio Branco, quando debateram os projetos de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Branco reforçou as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado e a coragem da atual administração de promover as mudanças necessárias para tentar ajustar as finanças públicas. "Esse não é um projeto de apenas um governo.

Esperamos que tudo o que estamos fazendo não seja perdido", reforçou.

O secretário agradeceu o convite do Sindilat e a parceria pelo desenvolvimento durante o período que atuou junto à Sedai. Agora, na Casa Civil, garantiu que as portas seguem abertas para as indústrias do setor lácteo. O presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, agradeceu o apoio do governo em causas importantes para o segmento, como a questão do ajuste tributário do leite UHT. As empresas também pontuaram posição em relação ao Fundoleite.

Veículo: JM Ijuí

Link: <http://www.jmijui.com.br/noticia/341/aumento-oferta-e-crise-politica-provocam-queda-do-preco-do-leite>

Página: Notícias

Data: 31/07/2017

Preço do leite em queda

O aumento da produção de leite no campo e a importação que eleva a oferta do alimento no mercado interno refletiram nos preços no Rio Grande do Sul. Dados divulgados pelo Conseleite, nesta quinta-feira (27/7), indicam que o valor de referência do litro projetado para o mês de julho é de R\$ 0,9515, queda de 3,77% em relação ao consolidado de junho (R\$ 0,9888).

O movimento foi puxado pela baixa de 6% no valor do leite UHT, de 3,5% no pasteurizado e de 3,4% no queijo mussarela. “Tivemos uma importante redução no mercado do UHT, que é quem puxa os preços. Estamos vivendo tempos de preços ruins”, frisou o presidente do Conseleite, Alexandre Guerra. Nos últimos três meses, a redução, segundo o Conseleite, chega a 8,09%. Apesar disso, na ponta, o produtor vive um momento de custos de produção menores e recebe mais pelo litro, uma vez que soma bonificação mensais por qualidade e quantidade que elevam o recebido a valores próximos a R\$ 1,20 por litro.

A preocupação, alerta Guerra, é que o setor já vem de um primeiro semestre difícil. “A indústria enfrentou meses de prejuízo e, agora, se começa um semestre

com valores muito baixos”, salientou, lembrando que o pico da safra ocorre em agosto. Uma das soluções é o governo sinalizar favoravelmente ao pedido feito pelo setor de compra governamental de 20 mil toneladas de leite pó.

Guerra alega que o cenário de preços em baixa reflete diversos fatores. Além do aumento de 20% na captação entre maio e julho, típica nesse período do ano, a importação crescente de leite a preços menores do que o praticado no país também contribuiu. “Esse cenário ainda será impactado pelo aumento dos combustíveis recentemente anunciado”, completou o também presidente do Sindilat.

Contudo, o Conseleite acredita que os preços chegaram ao “fundo do poço”, visto que as pastagens - prejudicadas pela estiagem e pela recente geada - não sustentarão um aumento substancial de produção nas próximas semanas. O assessor da política agrícola da Fetag, Márcio Langer, citou o aumento de produção como um dos principais responsáveis pelos preços praticados atualmente.